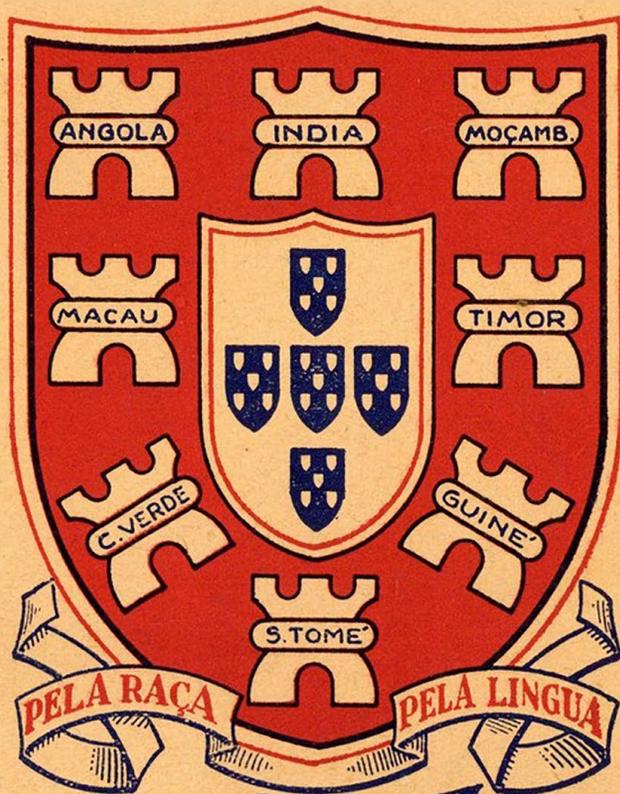


BOLETIM
DA



SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO
RIO DE JANEIRO.

DOIS CAMPEÕES INVENCÍVEIS

PREMIADOS COM MEDALHA DE OURO

Diz-se que ONDE ESTIVER O HOMEM ESTÁ O PERIGO mas com as senhoras também sucede o mesmo.

Em desportos ou passeios, como em casa, no escritório, ou na oficina, muitos perigos nos ameaçam:

Pequenos ferimentos, golpes, picadas venenosas,
podem causar invalidez ou morte.

Contra êsses perigos e contra eczemas, impigens, frieiras, ou martirios atribuidos ao ácido úrico só DERMOL é campeão seguro e rápido.

Já não há ninguém que se preze que não use DERMOL, que dispensa pomadas e outros tratamentos.

Em outras doenças outro CAMPEÃO DE IGUAL VALOR nos dois sexos; uso interno ou externo:

Rins, bexiga, areias, prostatites, etc. etc.

recentes ou antigas, qualquer causa, mesmo não contagiosa, só BLENOL.

Flores-brancas, em senhoras e meninas, só BLENOL.

DERMOL e BLENOL vendem-se em boas farmácias e drogarias.

Dr. DERMOL - Caixa postal 688 - Rio de Janeiro.

Instruções e literatura gratis.

PAPEL PARA CARTAS COMMERCIAES



E PAPEL AEREO



COM A MARCA - DE - AGUA



"CAVALLO MARINHO"



CARL SCHLEICHER & SCHÜLL

R. TH. OTTONI, 156

REPRESENTANTE:
ALFREDO BUCHHEISTER
RIO DE JANEIRO

CAIXA POSTAL 1421

TELEPHONE 4-2928

BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA



ÓRGAN OFICIAL

Dirigido por:

ANTÓNIO DE SOUSA AMORIM

RIO DE JANEIRO — BRASIL

RUA 13 DE MAIO, 33

5.º andar — sala 144

Distribuido gratuitamente

"As ideias não se vendem, dão-se" — TEÓFILO BRAGA

N.º 5

Abril — Maio — Junho

1933

CAMÕES



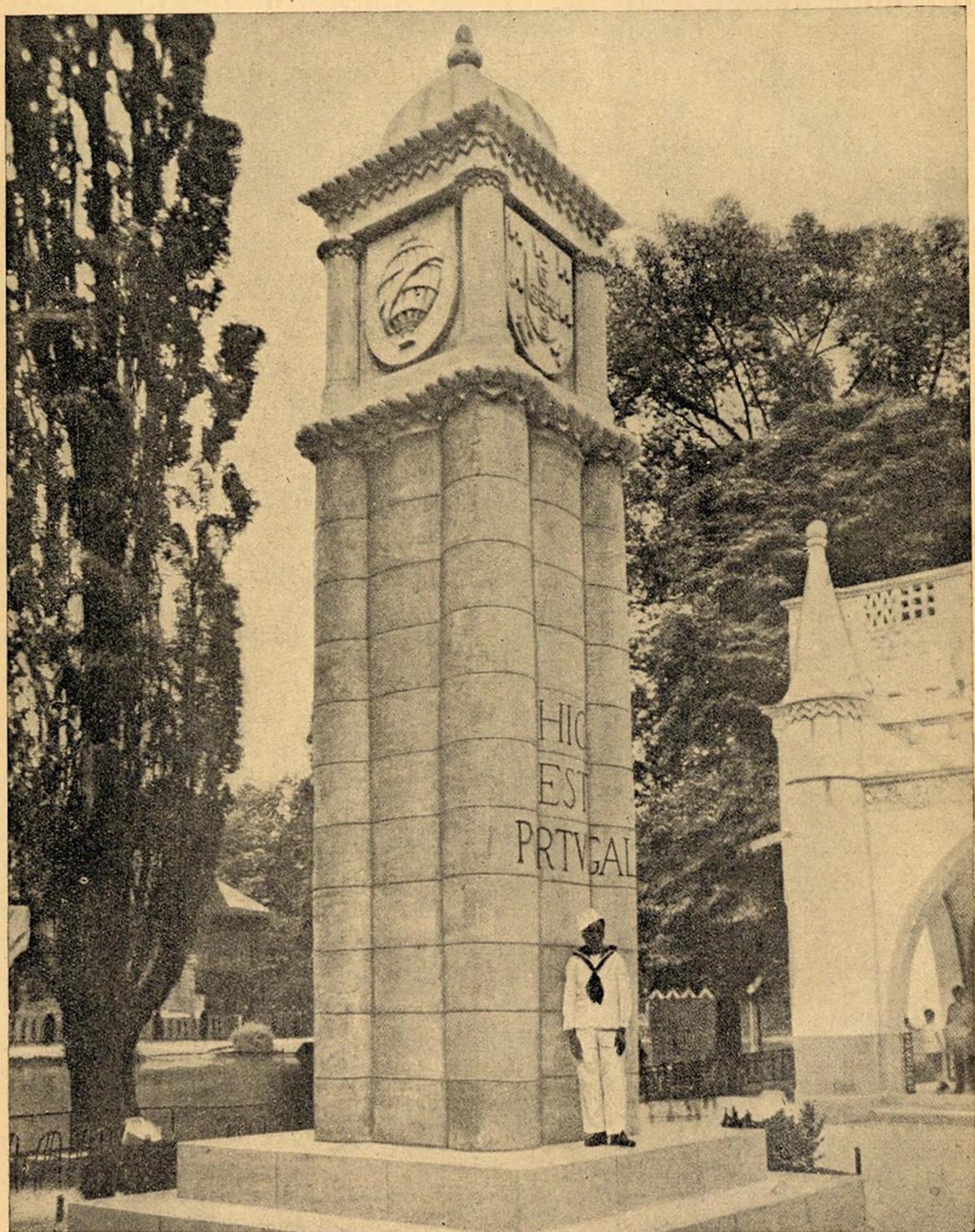
I NCONTESTÁVELMENTE AS HOMENÁGENS PRESTADAS ENTRE NÓS ÊSTE ANO Á MEMÓRIA DE LUÍS DE CAMÕES — EGRÉGIO CANTOR DAS IMORTAIS GLÓRIAS E DOS VARONÍS FEITOS DOS PORTUGUESES —, CONSTITUIRAM PARA A COLÓNIA PORTUGUESA DOMICILIADA NO BRASIL E PARA QUANTOS SE PROPÕEM SERVIR A CAUSA DO PAN-LUSITANISMO, O ACONTECIMENTO DE MAIOR RELEVÃO OCORRIDO DURANTE O SEGUNDO TRIMESTRE DO CORRENTE ANO. INICIADAS NESTA MARAVILHOSA E DESLUMBRANTE CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO COM O ACTO SOLÊNE DA COLOCAÇÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO MONUMENTO COM QUE O GENIAL AUTOR DOS *LUSÍADAS* VAI SER GLORIFICADO, SOB OS AUSPÍCIOS DA "SOCIEDADE BENEFICENTE MEMÓRIA A LUÍS DE CAMÕES", NO SEIO DESTAS UBÉRRIMAS TERRAS AMERICANAS, ONDE DESABROCHOU EXUBERANTE E CAPITOSAMENTE A LINGUA EM QUE ÊLE VERSEJOU, TIVERAM O APLAUSO DA INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA, LEGITIMAMENTE REPRESENTADA PELOS ILUSTRES E LAUREADOS ACADEMICOS, PROFESSORES DOUTORES FERNANDO DE MAGALHÃES, REITOR DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO, GUSTAVO BARROSO, PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, E AFRÂNIO PEIXOTO, QUE PRONUNCIARAM, OS DOIS PRIMEIROS, PALAVRAS DE CALOROSO LOUVOR Á ACÇÃO DOS PORTUGUESES ATRAVÉS DE SÉCULOS, E O ÚLTIMO, UMA CONFERÊNCIA NOTABILÍSSIMA ACÊRCA DOS *LUSÍADAS*, ONDE FORAM MAIS UMA VEZ POSTOS EM EVIDÊNCIA A SUA VASTA ERUDIÇÃO E OS SEUS EXTRAORDINÁRIOS CONHECIMENTOS A RESPEITO DA OBRA CAMONEANA. TAMBÉM NÃO PODEMOS DEIXAR EM OLVIDO A ORAÇÃO POR TODOS OS TÍTULOS BRILHANTE PROFERIDA NESTA MESMA NOITE E NO MESMO RECÍNTO DO "GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA" PELO SR. CARLOS MALHEIRO DIAS, DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DO BRASIL, E AINDA PARA QUE A TÃO JUSTAS HO-

MENÁGENS NÃO FALTÁSSEM OS APLAUSOS POPULARES, PARA QUE TIVESSEM O CONCURSO DO POVO — CERNE DAS NACIONALIDADES. — CUJO SEGURO E AGUDO INSTINTO CAMÕES ORGULHOSAMENTE CELEBROU, HOVE FESTAS PÚBLICAS NA QUINTA DA BOA VISTA, COROADAS DO MAIOR ÊXITO.

CAMÕES, NA REALIDADE, BEM MERECE A GRATIDÃO ETERNA DE TODOS NÓS, JÁ PELO ESPLENDOR DO SEU ÊSTRO E PELA SUBLIMIDADE DA SUA INSPIRAÇÃO, JÁ PELA CÓPIA DOS SEUS VASTOS E ENCICLOPÉDICOS CONHECIMENTOS E PELA RADIOSA PROECÇÃO DA SUA ELEVADA CONCEPÇÃO NACIONAL, JÁ PELO CÁLIDO SÔPRO DE LUSITANISMO QUE DÁ ANIMO Á SUA OBRA, JÁ, MESMO, PARA TRANQUÍLIDADE DE UNS TANTOS QUE PERDEM O SONO AO OUVIR FALAR EM LUSITANISMO, COMO EXPRESSÃO TRIUNFANTE DE HUMANISMO E DE ESPIRITO UNIVERSAL, E BEM ASSIM AS HOMENÁGENS DE TODOS AQUELES, BRASILEIROS E PORTUGUESES, AOS QUAIS ÚNE ENTRE MUITOS OUTROS PODEROSOS LAÇOS, ESTA CADEIA DE OIRO DE LEI. — A LÍNGUA OPULENTE QUE FALAMOS, "ESTA LÍNGUA QUE FOI, NA ARREBATADA E FELIZ CONCEPÇÃO DO SAUDOSO PRESIDENTE ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA, INSPIRAÇÃO ÉPICA EM CAMÕES, GEMIDO FLÉBIL EM BERNARDES, ESCULTURA DE MÁRMORE EM ANTÉRO DE QUENTAL, IMPULSO MAGNÂNIMO EM JUNQUEIRO, SONHO DE AMOR EM GONÇALVES DIAS E CASIMIRO DE ABREU, ESTUPENDA REALIZAÇÃO DA POESIA HARMONIZADA COM A LIBERDADE E A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS NESSE SURPREENDENTE CASTRO ALVES!"

A *SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO*, QUE NÃO SE PODE CONSERVAR ALHEIA A TÔDAS AS MANIFESTAÇÕES QUE VISAM EXALTAR O BOM NOME DA TERRA PORTUGUESA, ASSOCIA-SE DESTARTE ÀS FESTAS PROMOVIDAS LUSITANAMENTE EM HONRA DE CAMÕES, — O MAIOR GÊNIO POÉTICO DA RAÇA E DO IMPÉRIO!

A DIRECÇÃO



PADRÃO DE PORTUGAL, LEVANTADO, EM 1931, NO PARQUE DE VINCENNES,
POR OCASIÃO DA EXPOSIÇÃO COLONIAL INTERNACIONAL DE PARIS

O brilhante discurso do Sr. Carlos Malheiro Dias na festa comemorativa do terceiro aniversário da Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro

EXMO. SR. CONSUL GERAL DE PORTUGAL, DR. PEDRO RODRIGUES E REPRESENTANTE DE S. EXIA. O SR. EMBAIXADOR:

EXMO. SR. CONSUL DR. MARCELO MATIAS:

SRS. PRESIDENTES DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA" E DO "CENTRO LUSITANO D. NUNO ALVARES PEREIRA":

SR. REPRESENTANTE DA "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DO BRASIL":

MINHAS SENHORAS:

SENHORES:

COMEMORAMOS esta noite o terceiro aniversário de uma sociedade fundada por portugueses, no Brasil, em condições excepcionalíssimas.

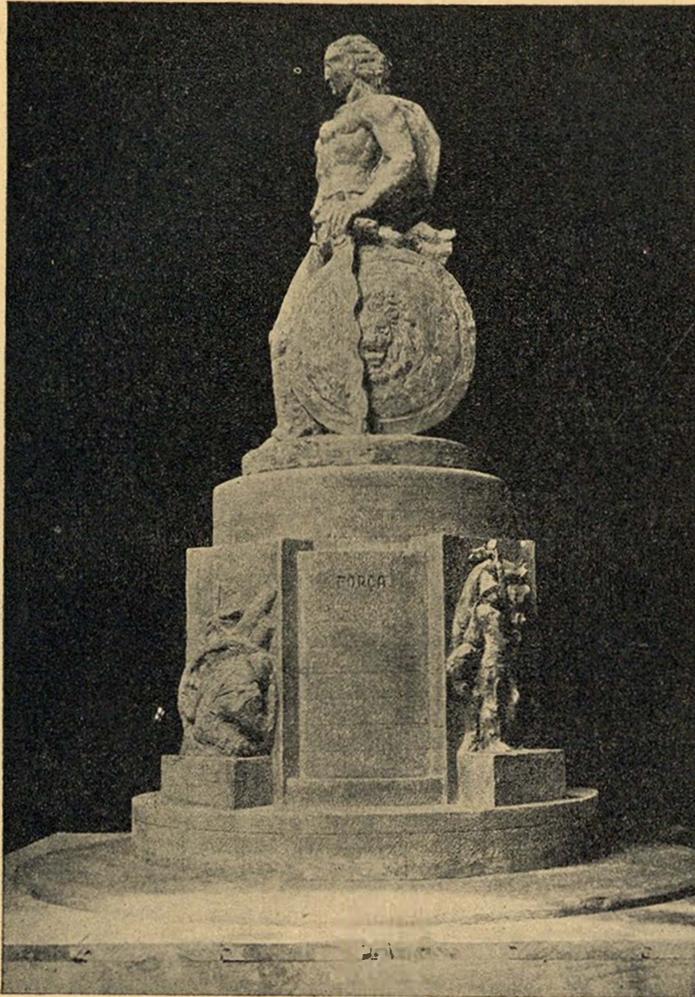
Dentro do nosso quadro associativo, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA pode parecer, à primeira vista, uma anomalia. Antes mesmo de posuirmos uma instituição dedicada a intensificar no Brasil o conhecimento de Portugal entre portugueses e brasileiros, que sob tantos aspectos o ignoram, um grupo de homens abnegados, que não faltará quem considere visionários, funda uma sociedade de propaganda das possessões portuguesas, da África, da Ásia e da Oceânia, destinada a acordar entre os portugueses da América e seus irmãos brasileiros o interesse pela vida das amplísimas e longínquas províncias do ultramar português! Corresponderá este objectivo a interesses que compensem o esforço, a inteligência, a perseverança, o sacrifício dos seus patrióticos promotores?

Para que melhor possamos preparar-nos para encontrar resposta a cada um destes quesitos é indispensável ter presente um facto que anda frequentemente divorciado das cogitações portuguesas, cá e lá. Computando a população da metrópole e ilhas adjacentes em 6 milhões, a Colónia Portuguesa do Brasil, com seus prováveis 600.000 exilados, representa 10 % da população metropolitana. Cinjo-me a uma hipótese, bem entendido, pois um recenseamento rigoroso nunca se levantou, e se houvermos de nos ajustar ao censo brasileiro do centenário, o número de portugueses, declaradamente portugueses, domiciliados no Brasil, está muito à quem dos computos fantasistas em circulação, e seria exíguo se a contagem se fizesse pelas inscrições dos Consulados.

A existência hipotética de 600.000 portugueses no Brasil justificaria, porém, demasiadamente, a divulgação entre eles da extensão, história, valor político e económico dos domínios coloniais portugueses. Nenhum português poderá ter uma noção do lugar que Portugal ocupa no mundo, se ignorar a sua expansão territorial nos continentes africano, asiático e oceânico. Mas também a nossa posição perante o conceito brasileiro não se exalçará á devida equivalência se nos reduzirmos ás províncias do continente europeu.

Infelizmente, inteligivelmente, só em época recente se começou a consolidar na consciência patriótica portuguesa o sentimento da unidade imperialista. Vivia-se a agitar, a vasculhar o passado, a ressuscitar as figuras heróicas de outrora, a remexer no panteon da história, a invocar gloriosos fantasmas. O povo português parecia o espectador de um drama histórico: o seu próprio drama. E' recente o início de transformação que tão profundamente vai alterando a psicologia do patriotismo português e o elevou até à visão ampliadora, unitária, imperialista, da sua missão no mundo. Este seria o tema digno de ser desenvolvido aqui, esta noite, numa conferência devidamente, laboriosamente preparada. Mas pedem-me que fale em tão desfavoráveis condições, colhido de surpresa por um convite imprevisto, que me obriga a confiar ás incertezas de um improvisado assunto da maior magnitude, que não se submetem à mesquinha palavra das improvisações. Não é que me falte o instinto ou o sentimento de compreensão dos problemas que se acumulam no âmbito imenso do império ultramarino de Portugal. Mas eu não passaria de um cabotino se me propusesse a convencer alguém da minha autoridade para debater tais assuntos sem as luzes da reflexão e do estudo.

Acredito que, antes mesmo de findar o século XX, as condições geográficas em que se enfrentam parte dos litorais atlânticos brasileiros e os litorais luso-africanos, e bem assim a localização das ilhas e arquipélagos de Fernando Noronha, Cabo Verde e Madeira, criarão uma nova política luso-brasileira. Acredito que, possivelmente, devido a êsses providenciais imperativos geográficos, o Atlântico Sul, que primeiro foi sulcado pelos nautas portugueses, se converterá no gigantesco palco da acção triunfante da raça lusitana fixada e expandida na Europa, na América e na África. Acredito que essa portentosa aliança de interesses e de sentimentos encerrará o longo periodo de incerteza, de injustiça, de incompreensão que atravessamos. Mas creio também que ainda vem longe a hora em que se implantará na consciência brasileira e na política internacional do Brasil a concepção rial do império português, de modo a que Portugal seja considerado na sua expressão geográfica integral. E, de qualquer ma-



MONUMENTO EM CONSTRUÇÃO AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA
EM LOURENÇO MARQUES
CLICHÉ CEDIDO PELA COMISSÃO EXECUTIVA DOS PADRÕES DA GRANDE GUERRA

neira, para que aquelas perspectivas grandiosas não se desvançam como fumo, será preciso que a obra reconstrutora da pequena metrópole europeia, se continue, se prolongue na África e logre recomeçar e completar no continente africano a tarefa monumental que executamos na América. Ouvimos dizer com frequência e ingratidão que essa obra ingente foi manchada por enormes, deploráveis déficits orgânicos. Os factos, não obstante, patenteiam que essa obra defeituosa produziu a maior nação da América do Sul, que gerou um povo de tal maneira apto a zelar pela sua independência e autonomia, que está aglutinando, incorporando ao seu património étnico raças as mais heterogêneas sem se desnacionalizar; sem perder os seus distintivos diferenciais, revelando cada dia maiores capacidades civilizadoras, desacreditando as teorias arrogantemente dogmáticas de Gobineau e de Buckle. E é isto que mais importa. Em 1500, Cabral encontrou em Porto Seguro os acolhedores Tupiniquins. Em 1822, ao proclamar a independência, D. Pedro dispunha de uma elite brasileira capaz de exercer os mais altos postos do governo e da diplomacia. A unidade da língua e a unidade da religião foram, porventura, as maio-

res forças que derriuíram as veleidades irrequietas das separações e das mutilações. Os materiais da nação foram todos transportados pelos construtores. O edifício era sólido. Desafiava as convulsões. Resistiu a todos os factores externos e internos da desagregação. O sangue português mostrou ser como que uma argamassa indestructível.

O passado consente-nos confiar no futuro. Tenhamos todos, para alento e recompensa dos nossos esforços, a perspectiva daquelas esperanças!

Mas é em Portugal que será preciso alimentar as fornalhas recém-acesas da irradiante fé patriótica. Não as deixar arrefecer! O combustível tem que ser outro que não a vã retórica, a paixão sectária, o romantismo doutrinario e dissolvente. Um realismo voluntarioso, eis o melhor combustível.

Para dotar com tôdas as aptidões realizadoras essa renascença patriótica é necessário incorporar á antiga noção modesta do século XIX, que tanto nos reduzia, a concepção da unidade, que dilata a Pátria até aos confins do Oriente e que nos coloca perante os deveres e as possibilidades da nossa missão no mundo. Este me parece ser o *subtractum* do programa da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, porventura ainda incompreensível para a quasi totalidade dos portugueses residentes no Brasil.

A identidade dos nossos pontos de vista foi, talvez, que me estimulou, que me animou a vir aqui esta noite, nas condições em que me apresento.

Na *Exortação á Mocidade*, que compus em 1924, quando convidado pela Faculdade de Letras para realizar uma conferência na Universidade de Coimbra, o meu apêlo no sentido de se restaurar a concepção unitária, imperialista, da Pátria, se não era eloquente — porque não é eloquente quem quer, — tinha, ao

menos, o fervor, o ímpeto, o calor da convicção.

Mal me pareceu sempre o invocar no Brasil, entre os meus compatriotas, muitíssimos dos quais, quasi por completo a desconhecem, a minha existência portuguesa. Tenho preferido arrostar com os males e contratempos de uma dupla personalidade. Mas desta vez tenho de abandonar por momentos esse sistema. Repetir-vos-ei, pois, as palavras que, em 1924, dirigi á Mocidade de Portugal e nas quais podereis reconhecer a concordância dos meus pensamentos com a concepção dilatada de Pátria que originou a fundação da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO:

“Portugal dispõe ainda de vastos e transbordantes reservatórios de vitalidade e prosperidade. Com muito menos outras nações se consideram opulentas. Do dilúvio que submergiu o imensurável império português do século XVI, emergem as imponentes relíquias das nossas províncias africanas. A nossa bandeira flutua nas distantes parágens da Ásia e da Oceânia, onde mais longínquamente compareceu a energia realizadora da raça. Somos, depois da Grécia e de Roma, a nação que, na radiosa adolescência da sua formação histórica, mais influiu nos

destinos da humanidade, inaugurando a revelação da parte oculta do planeta, estabelecendo as comunicações marítimas inter-continentais. Somos a terceira de tôdas as nações da Europa na sua actual configuração territorial; e só nos falta que a consciência da nossa soberania unitária se prolongue ás dispersas províncias ultramarinas para que Lisbôa volva a ser a cabeça de um grande Império, a metrópole dos Estados Unidos de Portugal”.

Penso não me exceder quando, momentâneamente, nesta sala, na presença dos directores e dos sócios da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, me reconheço um dos precursores, embora dos mais obscuros, da política patriótica que professais, que preconizais, que propagais. O que eu nunca poderia suspeitar é que encontraria tão depressa no Brasil um núcleo irradiador daquela doutrina. Podeis dos factos que vos cito deprender as razões poderosas que quebraram a minha resistência ao vosso convite.

Nunca fiz praça, no Brasil, das minhas inclinações políticas, mas as novas gerações de Portugal não as ignoram. Elas não derivam da submissão a qualquer programa partidário. A minha política amadureceu na observação e na reflexão. Suas raízes estão na razão, não na paixão. Há mais de vinte anos que vivo á margem dos partidos. Nunca me filiei no Brasil em qualquer grémio político, muito embora a minha mentalidade tenha sido sempre, irremediavelmente, atraída pela política. Ignoro quais sejam, nessa matéria, as inclinações, as persuasões e os compromissos doutrinaários ou partidários dos homens que fundaram e mantêm a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA. Basta-me saber que há entre êles e mim a identidade de uma mesma concepção do Portugal Maior. Afigura-se-me que um português do século XX, que restringe ao solo continental europeu a sua noção e o seu sentimento de Pátria se pode comparar a um habitante do Rio de Janeiro que, por absurdo, limitasse à área do Distrito Federal a sua concepção da Pátria Brasileira. De que teriam valido quási dois séculos de epopéa, desde a tomada de Ceuta até á reconquista do Rio de Janeiro e do Maranhão aos franceses; da Bahia, de Pernambuco, e de Angola aos holandeses se de todo êsse afan dilatador, de tôda essa actividade obstinada de todo êsse esforço heróico, os descendentes não guardassem mais do que a estéril lembrança? E' preciso que implantêmos profundamente em nossa consciência que o Império Português não é uma fantasmagoria, não existe apenas nas estrôfes dos "Lusíadas". E' necessário que na mente de cada português se acrescente ao solo continental o seu prolongamento nas províncias ultramarinas, membros do mesmo corpo, regados pelo mesmo sangue. As pátrias não são apenas o passado. A pátria terá de ser uma permanente continuação. E' precisamente a herança sobrevivente do que nos legaram os antepassados que constitue o penhor da nossa acção no futuro, a garantia do papel que ainda teremos a desempenhar no universo. Foi a ausência desse sentimento unitário, cioso e férvido da Pátria que tornou possível as negociações anglo-alemãs, abaladas pela attitude do ministro Manuel Teixeira Gomes e definitivamente derruídas pela conflagração europeia de 1914. Então, nesses dois anos que precederam a guerra, uma tôrva



MONUMENTO EM CONSTRUÇÃO AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA EM LUANDA

CLICHÉ CEDIDO PELA COMISSÃO EXECUTIVA DOS PADRÕES DA GRANDE GUERRA

maquinação se desenvolveu nas chancelarias de Londres e Berlim, suspensa pela sagacidade de um admirável escritor improvisado em habilíssimo diplomata, mais tarde eleito presidente da República.

Conheci pessoalmente alguns dos actores dêsse drama político. Manuel Teixeira Gomes, primeiro ministro da República Portuguesa em Londres, e voluntariamente exilado de Portugal desde a sua renúncia de Chefe de Estado, é um velho amigo de há trinta anos, desde os meus tempos escolares de Lisbôa. Apresentado por êle, em Londres, conheci Sir Eyre Crowe, sub-secretário do Foreign-Office, e que foi o seu fiel aliado nos lances inquietadores da sua porfiada opposição ao clandestino acôrdo anglo-germânico sobre as colónias portuguesas da África Ocidental. Evocar êsse tempo é como que resuscitar uma vida morta. São cousas que pertencem à minha encarnação portuguesa. Reconheço agora que poderia, com as minhas reminiscências desde a juventude, desde o tempo do "ultimatum" de Lord Salisbury até aos tempos em que dirigia a legação de Gloucester Place o ministro e meu amigo Teixeira Gomes, entreter-vos em assuntos que não ficariam deslocados na sessão aniversária da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA. Mas essas reminiscências e depoimentos pertencem todos, — como já vos

deixei entrever — na minha dupla personalidade, ao meu sosia português, e nós estamos no Brasil.

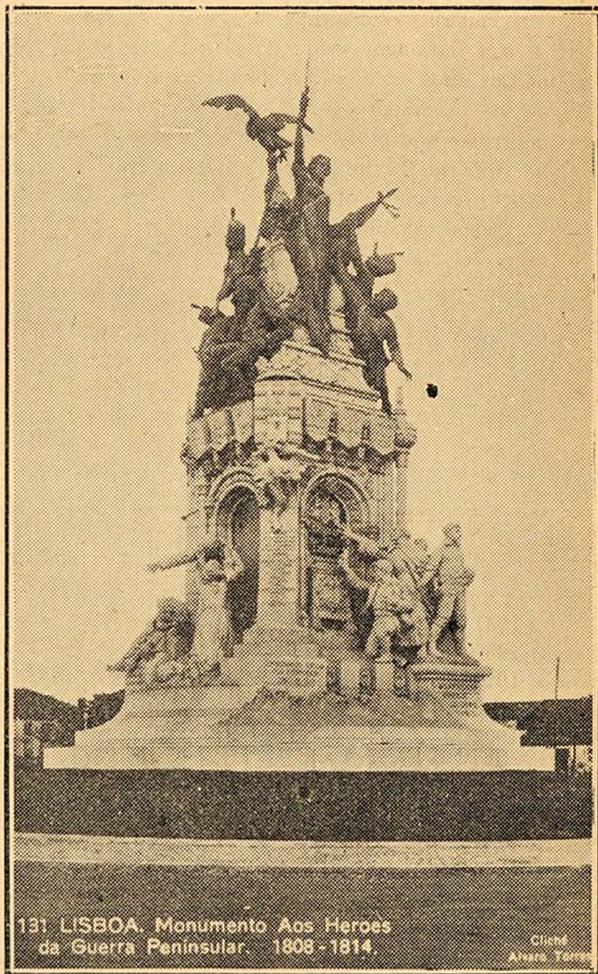
Não me propus a justificar, para enaltecê-lo, êste grêmio de portugueses, fundado para prêgar no Brasil a causa do Portugal Maior, lembrando aos portugueses da América que a sua Pátria não tem apenas os 88.000 quilómetros que ocupa na península ibérica, mas sim os 2 milhões e 170 mil quilómetros que abrangem as ilhas adjacentes dos Açores e Madeira, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, a Índia, Macau e Timôr.

Quisera poder, com a instruída autoridade com que o consul dr. Marcelo Matias há dois anos vo-las expunha, em algumas preleções de uma precisão pedagógica, animadas pelo seu ardor juvenil, esboçar-vos o quadro amplíssimo em que cabem todos os materiais de formação dêsse Portugal Maior, que as novas gerações trazem na sua regenerada consciência. Mas seria profanação enfrentar as responsabilidades de um tal tema com a leviana superficialidade de um improvisado. Contornando o obstáculo, alongarei pois, estas modestas considerações com a reprodução das palavras que tive a honra de pronunciar, há dois anos, nas festas do 4.º centenário de S. Vicente, perante a oficialidade brasileira da Divisão Naval do capitão de mar e guerra Tancredo de Alcântara Gomes, e os oficiais portugueses do "Carvalho Araujo". A falta de outro mérito, vereis nelas a obstinação e a convicção com que ali prêguei a propaguei o progrâma com que as novas gerações de Portugal vivificaram o culto livreco, teatral e tribunício do Passado, transmitindo á múmia a circulação sanguínea da vitalidade e da acção.

"Decerto, houve nações que atingiram, em certo momento da sua existência, pelos excessos da sua actividade e pela sua longevidade, a fase da invalidez, e para as quais, nêsse período crepuscular, a recordação do passado é como o narcótico que mitiga os transe da agonia. Não estão nesses casos o adolescente Brasil, que inicia os passos de gigante na senda do seu grandioso porvir, nem o antigo Portugal, descobridor de mundos desconhecidos, criador de nações, que depois de haver ressuscitado os arquipélagos da Madeira e dos Açores, revelou, baptisou e inscreveu no mapa do mundo os litorais imensos da África Ocidental e Oriental, quási tôda a costa oriental da América do Sul, quási tôdas as ilhas do Atlântico Austral; que primeiro contemplou as paisagens inéditas dos mundos-novos; que conduziu os navios da civilização ocidental ao Extrêmo Oriente; que primeiro compareceu com as suas armadas na Índia, em Ceilão, na Pérsia, na China e no Japão, na Gûanabara e no Rio da Prata; que em sinal indelével da sua participação na revelação da América inscreveu no planisfério, como as balizas boreal e austral do continente, os nomes portugueses de Côte-Real, do Lavrador e de Fernão de Magalhães. Sem dúvida, essa faina gigantêsca consumiu energias incalculáveis. Espectadores que somos da debilidade em que quatro anos de insensata guerra deixaram as robustas, as poderosas nações da Europa, podemos calcular o que nos custaram cem anos de navegações mortíferas, cem anos de glórias e de naufrágios, de vitórias e de hêcatombes, que reduziram a metade a população de Portugal. Seria, porém, inexplicável, dada a resistência com que a natureza dotou a essência vital da espécie, que tamanhas energias se tivessem exaurido por completo, que a seiva

de uma tal raça houvesse estiolado nas sobreviventes raízes e que o tempo, que faz reverdecer as árvores depois do sono reparador do inverno, não restaurasse a fronde lusitana, depois da indispensável convalescença. Portugal, com as suas glórias, as suas conquistas e os seus domínios, não ficou reduzido ás apologias dos seus cronistas e ás estrôfes da sua epopeia. A sua bandeira não foi recolhida ao panteon da História. Continúa ondeando em quatro continentes. Sem contar os domínios vastíssimos de Angola e da Guiné, tão extensos como os territórios dos Estados do Rio, Espirito Santo, Sergipe, Alagôas, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba; daquele império do Oriente, banhado pelo Índico, em cujos épicos anais reinam os espectros fulgurantes de Vasco da Gama, de Afonso de Albuquerque, de D. Francisco de Almeida, de Duarte Pacheco e de D. João de Castro, restam ainda na posse de Portugal os 760.000 quilómetros quadrados de Moçambique, com 2.300 quilómetros de costa; Gôa, no Malabar, com as províncias de Salcete e Baroês; Damão, na costa ocidental do Indústão; a gloriosa Diu, cuja fortaleza inexpugnável foi iniciada pelo donatário de São Vicente, quando capitão do mar das Índias; Macau e as pequenas ilhas da Taipa e Caloane; e já nos páramos longínquos da Oceânia, cêrca de 29.000 quilómetros de Timor, na Malásia.

A herança é opulenta. A missão de Portugal no mundo, em prosseguimento da tarefa que lhe foi distri-



131 LISBOA. Monumento Aos Heróis da Guerra Peninsular. 1808 - 1814.

Cliché
Alvaro Torres

buída pelo pródigo destino, está longe de poder considerar-se rematada. Portugal tem no planeta mais de dois milhões de quilómetros para povoar, para colonizar, para converter em vindouras nações. Teria bastado que as Constituintes, menos fascinadas pelo modelo revolucionário francês, houvessem convertido o velho Portugal da dinastia de Aviz nos Estados Unidos de Portugal, agrupando seus domínios em províncias ultramarinas, para que figurássemos na carta política do mundo com a configuração de um grande Império”.

Ainda depois que se realizaram em Santos e S. Vicente as solenidades comemorativas do 4.º centenário de Martim Afonso de Sousa, eu aproveitava a oportunidade de saudar no Dia da Cólônia, perante o Chefe de Estado do Brasil e do sr. ministro das Relações Exteriores, o recém-chegado Embaixador de Portugal, para destacar a circunstância do seu nascimento numa província africana, e apontando-o como o representante nato daquela concepção imperialista de unidade da metrópole com seus domínios ultramarinos. Essas minhas palavras mereceram a honra de ser citadas pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras na inolvidável sessão acadêmica do dia 18, em que foi recebido o sr. Embaixador de Portugal e na qual o sr. dr. Martinho Nobre de Melo proferiu, como sabeis, um notabilíssimo discurso, de intensa repercussão nos meios intelectuais e políticos brasileiros, digno de ingressar nas antologias, como modelo de doutrina e de eloquência.

Poderia nesta altura indagar-se de nós, puerilmente, se sou eu quem venho propagando, antecipadamente, há dez anos, o programa da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, ou se é ela quem espousou e agita e vulgariza as mesmas doutrinas que professo. A verdade é que esta concepção do Império Português, recentemente oficializada e que, dentro de poucos dias, receberá na Conferência Imperial de Lisboa, reinida no palácio do Parlamento, a sua consagração, não é mais do que o ressurgimento, actualizado, ajustado ás condições do mundo moderno, da concepção

portuguesa seiscentista, em cujos moldes Disraeli e seus sucessores criaram no século XIX a organização política do Império Britânico, com seus domínios autónomos, semelhantes aos antigos Estados da Índia e do Brasil, sob o governo de vice-reis. Decaída progressivamente, no decurso dos séculos XVII e XVIII, ela se havia já por completo eclipsado no alvorecer do século XIX com a independência do Brasil. O grande assunto, que empolgava então todas as consciências, passara a ser a Liberdade. Só quando aquiétadas as dissensões políticas e concluído o primeiro ciclo das revoluções, dos pronunciamentos e das guerras civís, os estadistas do liberalismo se dignaram enfrentar a esfinge colonial. Perdêra-se, porém, o sentido unitário do Império. Quem progressiva e lentamente o reacordou do profundo sono cataleptico fôram as expedições de Capelo e Ivens e Serpa Pinto, instigados pelas explorações geográficas inglesas, e as campanhas e pelejas africanas, em que ressuscitaram numa plíade de bravos soldados, as energias da expansão e do domínio. Os planos coloniais de Leopoldo da Belgica, a erupção imperialista de Cecil Rhodes na África Austral, o comparecimento da Alemanha no continente africano tinham apanhado de surpresa Portugal, sobre cujos vastíssimos domínios se abatera a cupidez das grandes potências expansionistas. O *ultimatum* que provocou o malogrado movimento republicano de 31 de Janeiro, acabou de despertar, ofendida e reagente, a nação. Eis as fontes mais longínquias do recente imperialismo português, entrevisto por Antonio Ínes. Para o vincular na alma nacional era, todavia, necessário que se operasse essa metamorfóse psíquica a que todos assistimos, êsse deflagramento de fé nas virtudes da raça, êsse renascimento de esperança nos seus destinos, que caracterizam o que se convencionou chamar a éra nacionalista.

Que ela possa atingir os seus objectivos, sobrevivendo ao entrechoque das competições políticas mundiais é o voto fervoroso que se exala da minha consciência portuguesa. E' em nome dêsse ideal que eu saúdo os fundadores e os dirigentes da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA.

A RIQUEZA PECUARIA DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

ARROLAMENTO GERAL DOS GADOS, POR CABEÇAS, DURANTE OS ANOS DE 1927 A 1931

ANOS	Total geral	Total dos distritos	Lourenço Marques	Inhambane	Quelimanc	Tete	Moçambique	Territorios de Manica e Sofata
1931	1.000.845	900.991	521.029	114.303	45.363	173.634	46.662	99.854
1930	980.131	878.634	489.303	109.353	46.778	188.781	44.419	101.497
1929	917.219	819.501	491.642	96.961	26.556	157.607	46.735	97.718
1928	830.435	730.879	448.372	78.226	26.888	145.861	31.532	99.556
1927	722.801	629.789	422.767	67.143	27.550	88.122	24.207	93.012

Procurem lêr a mais recente novidade
da literatura colonial portuguesa

PRINCESA NEGRA

O preço da civilização em África

por LUIZ FIGUEIRA (Socio-Correspondente da Sociedade Luso-Africana)

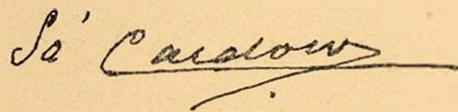
Leitura empolgante e vivamente emocionante

DOTADO de vasta cultura, que lhe permitia versar os vários problemas sociais e económicos, Álvaro de Castro aliava a uma lúcida inteligência, bom senso e audácia, a probidade inconcussa e a lialdade sem limites.

Se a morte avára o tem poupado, se o não leva aos 50 anos e o deixa, á vontade, pôr aquelas qualidades ao serviço do seu esclarecido espírito de previsão, aberto a todos os progressos e iniciativas, Álvaro de Castro teria atingido, em pouco, o mais preeminente lugar na política portuguesa.

Colheu-o a morte a meio da jornada. Contudo, tão grande era já o seu valor e prestígio que, perseguido pela sua coêrência e amor á liberdade, nem os seus adversários — sem laivo, portanto, de parcialidade — puderam furtar-se a homenagzá-lo após a morte, perpétuando-lhe o nome numa das ruas de Lisboa e lançando sôbre o cadáver do mártir, a Gran-Cruz do Império Colonial

GENERAL



(ANTIGO PRESIDENTE DO MINISTÉRIO)

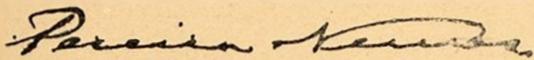
ESPÍRITO lucidíssimo, inteireza de carácter, entusiasmo e firmeza na luta, tacto governativo, correcção na oratória, muita honestidade, tudo concorreu para que Álvaro de Castro tivesse sido um hábil político. Como chefe de partido não impunha a sua opinião, apresentava-a e persuadia; como deputado não injuriava, expunha o seu parecer e justificava-o; na intimidade criava amigos dedicados, para ser um verdadeiro homem de Estado aliava á arte de governar, que requer estudo e não se exerce de improviso, amplos conhecimentos literários.

A acção de um clima inospito ao norte de Moçambique, quando do seu exemplar govêrno daquela proíncia ultramarina, o arduo labôr durante o exercício dos cargos de presidente do Ministério e de Ministro das Finanças, e por último o seu voluntário exílio motivado por acontecimentos políticos, não lhe quebrantaram o ânimo, mas consumiram-lhe a saúde.

Infeliz amigo! Foi para o cemitério sem honras officiais porque não lhas prestaram, e sem pompas porque viveu e morreu pobre: estas grandezas muitos as teem tido mas a Álvaro de Castro cabe este epitáfio, simples na forma e profundo no conceito, "aqui jaz um insigne patriota e republicano e um grande homem de bem".

LISSBOA, 2 MARÇO 1933.

ALMIRANTE



(ANTIGO MINISTRO)

ALVARO DE CASTRO

Governador Geral de Moçambique e Comandante Superior das Forças em Operações no Norte da Colonia, durante a Grande Guerra

EM 28 de Maio de 1926, no magnífico Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa pronunciou o Dr. Álvaro de Castro o Elogio Histórico do General José Augusto Alves Roçadas, falecido 30 dias antes.

Falou o Dr. Álvaro de Castro em nome da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, enaltecendo a figura do distinto colonial e glorioso Chefe Militar, que fôra o General Alves Roçadas, Presidente de Honra daquela Comissão, como antigo comandante da 1.^a Expedição a Angola em Setembro de 1914.

Dêsse discurso, que foi lido com intensa comoção, só resta a lembrança inesquecível daqueles que ouviram a palavra ponderada, a frase brilhante e equilibrada com que o Dr. Álvaro de Castro, apaixonado pela obra da colonização portuguesa, se referiu aos grandes serviços prestados na realização dessa Obra pelo General Alves Roçadas.

Nunca nos foi possível obter as notas dêsse notável discurso em que a previsão política do eminente estadista e nobilíssimo carácter, que era o Dr. Álvaro de Castro, se salientava em termos bem definidos. Tentamos a reconstituição dessas palavras, onde o tumulto dos pensamentos e dos sentimentos, que envolviam nêsse momento o Dr. Álvaro de Castro, não se pressentia; palavras proferidas com a serenidade maravilhosa de quem se domina e com elevação cumpria um dever de reconhecimento, falando em nome da própria Pátria agradecida.

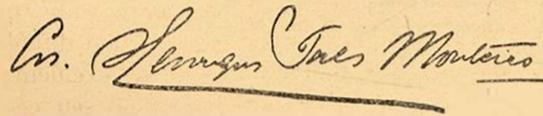
A figura gentil do Dr. Álvaro de Castro, espírito de fina sensibilidade, inteligência de sólida e bem cuidada cultura, incapaz de violências, mas enérgico e firme na sua áspera luta contra os adversários da Democracia, ergueu-se nessa tribuna ao Sol formoso da Liberdade, pela última vez.

Pela última vez o ouvimos. Tolerante e intransigente, o Dr. Álvaro de Castro tinha o necessário poder da conveniente e tão difficil harmonia dêsses termos que não se excluem. Ninguém, como Ele, os coordenava no seu cérebro privilegiado e no seu coração generoso de democrata.

Nêsse seu último discurso de enaltecimento da figura histórica do General Alves Roçadas, referindo-se às nossas grandes possibilidades coloniais e á pacificação de Angola realizada pelo glorioso chefe militar de 1907 e de 1914, o Dr. Álvaro de Castro prestou o tributo do seu apreço pela brilhante biografia militar e colonial do extinto. As suas palavras não foram esbatidas pelo conhecimento de quaisquer divergências na orientação da política interna.

A obra colonial do Dr. Álvaro de Castro e a sua acção como chefe militar durante um período bastante curto, afirmaram as suas excepcionais qualidades de homem de acção patriótica. Á sua memória veneranda Moçambique prestou no momento doloroso do seu falecimento as devidas homenagens e á lembrança da sua obra de verdadeiro estadista continua ligada, recordando o nome do Dr. Álvaro de Castro com verdadeiro reconhecimento. Só raros conheceram essas merecidas manifestações de apreço pelo Homem que governára Moçambique e que manifestára, mais uma vez, tão invulgares qualidades de organizador, ao dirigir as operações militares no Norte da Província. Só muito poucos conhecem o que foi a sentida trasladação do seu Corpo, já inerte, para o cemiétrio de Coimbra, onde ficou inumado. Na nossa recordação viverá peréne. Na história da Pátria o seu nome, aureolado pelo martírio do exílio e pela fé nos destinos da República, está indelêvelmente marcado com letras de ouro do mais puro quilate.

Á justa homenagem que a patriótica "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO" presta ao Dr. Álvaro de Castro nestas páginas do seu BOLETIM, nos associamos juntando as expressões da nossa profunda saudade pelo Homem, pelo Camarada e pelo correligionário, que foi o mais alto e mais moderno exemplo de perseverança na defesa do Ideal.

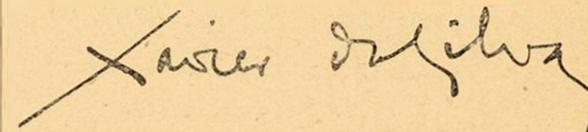


ANTIGO MINISTRO DO COMÉRCIO
DIRECTOR DA "REVISTA MILITAR"

A memória de Álvaro de Castro evoca no meu espírito saudosíssima recordação, em que se associam, a uma fraterna amizade de longos anos, uma profunda estima pela honestidade do seu carácter e por suas raras virtudes cívicas, e um alto apreço pelas suas notáveis qualidades de estudioso e de homem de acção.

Tendo consagrado ao bem da sua Pátria o melhor das suas faculdades de inteligência e de trabalho, prestou á Administração Pública, no exercício dos mais elevados cargos, no Continente e nas Províncias Ultramarinas, relevantes serviços; devotado, com isenção máxima, á causa da liberdade e da democracia, por elas lutou herôicamente, nunca abandonando o seu posto de combate, com sacrificio da saúde e da própria vida. Todos os patriotas devem á sua memória, honrada e gloriosa, o preito de homenagem de uma imperecível gratidão.

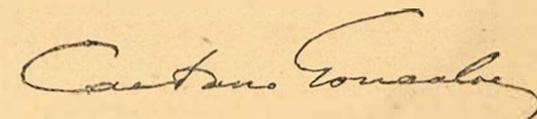
Lisboa, 1933.



(ANTIGO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

NA invulgar fisionomia moral e política de Álvaro de Castro associaram-se maravilhosamente a energia e o aprumo do militar disciplinado e valente, e a desenvolvida serenidade e a firme intransigência do "civilista" (como a si próprio se apelidou na resposta ao convite oficial para voltar a governar Moçambique) formado no regime das leis e ao contacto das doutrinas filosóficas que dominaram todo o agitado século em que viveu. A estas qualidades êle juntou a fé herôica no seu esforço e nos destinos gloriosos da sua raça; e foi essa fé que o lançou e distinguiu na empresa ultramarina em que foi, a um tempo, o digno sucessor dos capitães e navegadores portugueses do século XVI e o émulo e o continuador da pleiade de excelentes, modelares administradores coloniais que fôram António Enes, Mouzinho, Joaquim Machado, Eduardo Costa, Freire de Andrade

Paiva Couceiro e Norton de Matos.



(JUIZ DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

O notabilíssimo discurso de S. Ex.^{ia} o Snr. Ministro das Colónias na reunião inaugural do Congresso do Instituto Colonial Internacional

SR. PRESIDENTE E MEUS COLEGAS DO INSTITUTO COLONIAL INTERNACIONAL:

COM profunda satisfação cumpro o dever de vos dirigir as mais efusivas saudações. Representantes categorizados da ideia colonial de que há muitos séculos os portugueses foram os precursores audaciosos têm os membros do Instituto Colonial Internacional, mais do que nin-

guém direito a elas. Em nenhum lugar poderiam elas soar melhor do que nesta velha cidade de Lisbôa, berço de descobertas e conquistas longínquas, fonte do movimento da colonização moderna. E nenhuma oportunidade mais perfeita do que esta se poderia oferecer, para trocarmos opiniões sobre alguns dos mais inquietantes problemas do nosso tempo, a homens que, como V. Excelências, com o seu engenho, saber ou acção prática, tão farta contribuição têm dado para a obra do prolongamento da civilização cristã na África, na Ásia e na Oceânia.

Interesses de enorme extensão, ambições nem sempre bem cabidas, juízos muitas vezes falsos, têm desviado as questões ultramarinas. E' clara a falta de contacto entre as verdades coloniais e a opinião pública; e o acolhimento dado a erros coloniais, por certa opinião de homens de Estado, facilmente toma aspectos que por vezes assustam e desanimam.

As palavras que possam dizer-se aqui farão talvez compreender melhor cousas que são diferentes das que na Europa se vêem todos os dias e que por isso não podem ser julgadas com os elementos da lógica que se aplicam aos acontecimentos correntes.

As questões coloniais exigem, ao lado de uma competência própria, um sentido especial: é assim nos homens

como nos povos. Não é colonizador o povo que um dia sonhou com empresas longínquas, ou com prosperidades que da emigração para remotas paragens lhe pudessem vir, só porque na metrópole tem gente a mais ou capitais abundantes. A colonização exige um génio específico, uma vocação característica, uma força íntima, que participa do gôsto da aventura e do desconhecido, do desprezo pelo bem estar imediato

e ao mesmo tempo da ansia de conquistar a riqueza através de mil sofrimentos e perigos; reclama uma maneira de ser especial em que ao lado de uma infinita tolerância e piedade pelo que lhe é inferior na gente do sertão, figura a intransigência, o sentimento e a actividade, á clara luz duma vida mais nobre. O êxito de uma colonização não é o resultado de factores quantitativos — em gente e capitais. Depende essencialmente da qualidade dos elementos que nelas se lançaram — das suas virtudes em primeiro lugar, da sua organização depois e da sua preparação também.

E' preciso desvanecer o erro de se supor que a posse das

colónias pode dar a qualquer povo solução ao problema da colocação dos seus excessos demográficos ou dos seus capitais inactivos, erro que pode ser de consequências trágicas para o futuro de toda a obra colonizadora moderna.

A emigração acode sobretudo ás zonas em que o desenvolvimento do capital é mais rápido do que o da mão de obra. E' esta circunstância que sobretudo explica as formidáveis cifras da emigração para os países americanos em todo o correr do século XIX. As possibilidades do meio natural, favorecendo a criação e a acumulação de capitais, sollicitavam ali incessantemente novos braços. Assistimos a uma verdadeira sucção das multidões europeias. Apesar do avanço

COMO, A RESPEITO DE TÃO RETUMBANTE ORAÇÃO, SE REFERIU O "DIÁRIO DE NOTÍCIAS", DE LISBOA:

"CAUSOU UMA PROFUNDA SENSACÃO DE ADMIRAÇÃO E ASSOMBRO O DISCURSO PROFERIDO PELO SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS NA SESSÃO DE ABERTURA DO INSTITUTO COLONIAL INTERNACIONAL, REÜNIDO EM LISBÔA. NÃO EXPRESSAMOS APENAS UMA OPINIÃO PRÓPRIA MAS REFLECTIMOS, PRINCIPALMENTE, A IMPRESSÃO DE TODOS OS QUE OUVIRAM ESSA MEMORÁVEL ORAÇÃO.

PELA VOZ DO SR. DR. ARMINDO MONTEIRO EXPRESSOU-SE PORTUGAL INTEIRO, AFIRMANDO TUDO O QUE TEM FEITO PARA HONRAR O NOME DE GRANDE NAÇÃO COLONIZADORA QUE É, DEMONSTRANDO QUE ESSA GLÓRIA NÃO SE CONQUISTA COM LARGAS DISPONIBILIDADES DE HOMENS E DE CAPITAIS, MAS COM QUALIDADES BEM CARACTERÍSTICAS E, POR ASSIM DIZER, INTRÍNSECAS.

O SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS DISSE PRECISAMENTE O QUE UM MINISTRO DE PORTUGAL DEVIA DIZER PERANTE A ASSEMBLEIA TÃO ILUSTRE QUE O ESCUTAVA. FALOU COMO UM VERDADEIRO HOMEM DE ESTADO O DEVIA FAZER, ANULANDO E PULVERIZANDO MUITAS DAS ACUSAÇÕES INJUSTAS QUE TÊM SIDO LEVANTADAS CONTRA NÓS. E FALOU TAMBÉM COMO UM ECONOMISTA INSIGNE, UM PENSADOR CAPAZ DE SE ELEVAR ÀS ESFÉRAS MAIS ALTAS DO PENSAMENTO E DA CIÊNCIA, MONRANDO, DÊSSE MODO, SIMULTÂNEAMENTE, O SEU NOME E O PRESTÍGIO DO SEU PAÍS. O SEU DISCURSO FOI UM ELOQUENTE E FUNDAMENTADO GRITO DE PATRIOTISMO E, AO MESMO TEMPO, UMA ADMIRÁVEL LIÇÃO DE PROFESSOR. POR ÊLE CONQUISTOU UM NOVO TITULO Á GRATIDÃO DE TODOS OS PORTUGUESES".



LOURENÇO MARQUES — MOÇAMBIQUE - HOSPITAL

da ocupação dos territórios que hoje são as colónias de todos os que aqui nos encontramos, a direcção dos movimentos emigratórios não marcava um desvio. Continuavam indiferentes a trilhar os seus velhos caminhos. Enquanto na América as populações brancas se multiplicavam rapidamente, na África e na Ásia só causavam aumentos insignificantes.

Na África não há agora decerto uma população de raça branca superior a 3,5 milhões de habitantes. Mas no século XIX saíram da Europa para longínquos continentes cerca de 150.000.000 de pessoas. Ainda hoje é verdadeiramente microscópico o contingente da emigração para as Colónias. Ao lado de 50 ou 60 milhões de europeus que em 1913 habitavam fóra do país natal, fazia na verdade pequena figura o parco milhão e meio que tinha escolhido a África para campo de acção.

Mas poderá esta cifra surpreender?

Sem contarmos com as dificuldades de adaptação ao meio — dificuldades que dia a dia vão diminuindo — a verdade é que nas colónias, apesar do período de intenso desenvolvimento por que têm passado, só em pontos perfeitamente conhecidos é sensível a falta da mão de obra. E facilmente estas insuficiências são satisfeitas pelo braço negro ou amarelo. O branco não poderá concorrer com eles. Imaginem que misérias e tragédias provocaria um país cujo governo se lembrasse de transportar para as colónias grandes massas dos seus naturais, para resolver o problema do desemprego, ou da sua meia miséria na Europa; depois de ter gasto fabulosas quantias, pouco mais conseguiria do que criar um vasto proletariado branco em regiões onde difícil seria valer ao seu abandono. A colonização que dêste modo se fizesse seria apenas a forma de entregar á fome, á doença, á morte quasi sem defesa, multidões que apesar da violência da crise, ainda hoje encontram na Europa o amparo de uma solidariedade geral que na África naturalmente lhes faltaria.

Há longos anos que algumas das nações de mais forte população possuem no continente africano vastas colónias. Se examinarmos, ao fim de porfiado trabalho nelas desenvolvido, os resultados alcançados, com desânimo verificamos que estão abaixo do mínimo que com pessimismo se devia calcular. A emigração só vagarosamente acode ao apelo dos

países africanos. E constata-se que povos que longa e ásperamente lutaram pela posse de Colónias — não têm afinal todos os colonos que quereriam. Os grupos dos seus nacionais estabelecidos no estrangeiro são muito mais importantes e numerosos do que os que tomaram o rumo dos territórios adquiridos na África, na Ásia ou na Oceânia.

Ao lado deste facto convem referir um outro, para mostrar a inanidade da tese dos que vêem nas colónias possíveis sorvedouros da população. E' que muitos dos grandes países europeus começaram a interessar-se pelas actividades ultramarinas precisamente no momento em que as cifras mostravam que o desequilíbrio demográfico tinha desaparecido diante do desenvolvi-

mento industrial. Certos países entraram na vida colonial quando a sua emigração tendia a desaparecer: e a sua população não sentiu a influência das aquisições ultramarinas.

Na verdade, a colonização não dará nunca uma fórmula que permita a resolução do problema dos excessos demográficos. Estes acudirão, no futuro como no passado, aos territórios que, com menor esforço, permitirem a colocação mais lucrativa. Não é este o caso das colónias africanas.

Por uma espécie de fatalidade superior, a população tem-se acumulado nelas muito lentamente, na medida em que a acção do homem sobre o meio foi modificando as condições naturais, domando o que nelas há de violento ou de inconciliável com a vida da gente da nossa raça. Por isso a difícil função de colonizar pode ser desempenhada tão perfeitamente por povos de pequenas cifras demográficas, como por aqueles em que estas atingem dezenas de milhões. A colonização não é uma questão de número. Para colonizar, importa ter colonos. Não ter colonos não é o mesmo que não ter gente em demasia.

E também não é tanto uma questão directamente ligada á grande abundância de capitais, como a muitos pode parecer. Há argumentos que se empregam facilmente e que encontram tão favorável acolhimento, mesmo entre pessoas de cultura económica, que ao fim de certo caminho tomam aspecto de dogmas. Encontrámo-los depois, por falta de um exame atento, repetidos como verdades indiscutíveis, elevados ás culminâncias de ideias directoras do governo dos povos. Está nessas condições a opinião que aponta a necessidade dos grandes capitais disponíveis como factor essencial da colonização.

Ora o certo é que, se exceptuarmos as zonas mineiras onde, em qualquer ponto do globo, são fáceis e possíveis sempre as grandes concentrações de capital, na quasi totalidade das regiões tropicais o dinheiro só encontrará emprego na medida em que o seu desenvolvimento agrícola o permitir. Este será sempre lento: depende não só de elementos respeitantes ás próprias colónias, mas também de factos externos. De entre os primeiros, devem destacar-se as possibilidades de integração do negro na disciplina de um trabalho ordenado e contínuo, e uma prolongada acção sobre as

condições naturais do meio, para lhes tirarmos a sua irregularidade e violência: de entre os segundos, convem mencionar, pela sua fundamental importância, as probabilidades de absorção dos produtos pelos mercados externos. Quem examinar a lista dos géneros coloniais, facilmente poderá verificar que o mundo chegou quanto á maioria deles ao estado de saturação. A política do aumento de produção nas colónias tem hoje um sentido quasi exclusivamente nacional. E' uma tábua de salvação. Cada país, fechado no seu egoísmo, procura assentar a actividade produtora ultramarina apenas nas necessidades dos seus próprios mercados — excluindo o recurso á produção alheia. Se para além d'este nacionalismo violento encararmos o problema, vemos que da applicação de grandes capitais ao desenvolvimento da produção saíram complicadas as condições da crise africana: desenvolver-se-á a produção dos géneros a que os mercados não poderão dar fácil escoamento. E' de notar, como circunstância de enorme valor, que ainda hoje muitas empresas agrícolas coloniais se mantem em laboração graças apenas aos lucros noutros tempos acumulados. Os efeitos da crise sentir-se-iam em África com maior agudeza, se por um lado, os Estados não tivessem acudido a muitas das mais prementes dificuldades e se, por outro, as reservas do passado não fôsem cobrindo os prejuizos do presente. Mas já chegamos á super-produção. Muitas das matérias primas coloniais obtiveram noutro tempo preços que naturalmente não voltarão a ter em épocas próximas, porque as condições em que eram oferecidas mudaram. Temos em Portugal um exemplo de singular evidência na economia da Ilha de São Tomé, cujo brilhante desenvolvimento se deve em grande parte ás altas cotações do cacau, e que hoje as circunstâncias do mundo tristemente arrasaram até níveis que, se durante muito tempo se mantiverem, serão insuportáveis. Está ameaçada, assim, na sua própria vida, uma das mais fecundas e altas manifestações da actividade colonizadora da nossa época

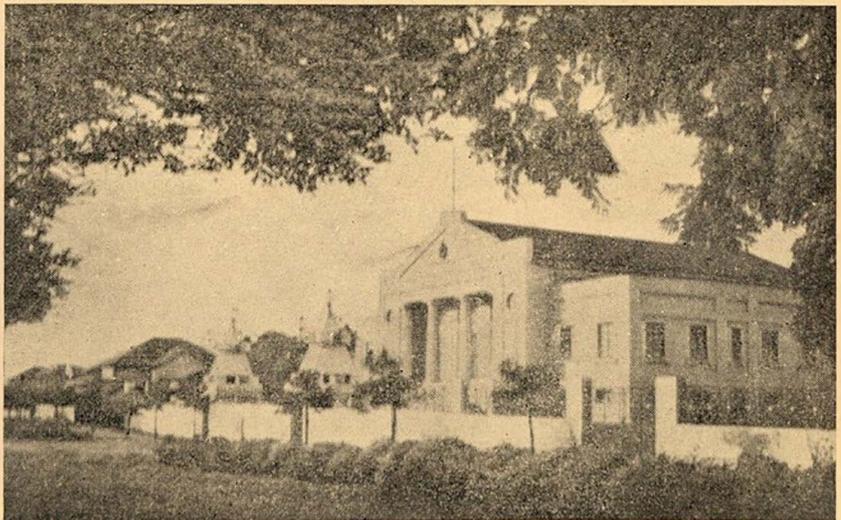
O que serão os preços do futuro? Ouço com frequência afirmar que é preciso ser optimista. Ao contrário, eu creio que é preciso ser pessimista — prevendo o mal para lhe fazermos face. O optimismo afasta-nos da realidade. Desvaira a opinião. Por em certos meios comerciais se ter encarado a vida das colónias com excessiva confiança, a crise atingiu álem-mar a intensidade que lhe conhecemos. Não julgo que os tempos dourados vollem facilmente: e boa rota será a de preparar os povos para aceitarem o trabalho árduo, a disciplina e os sacrificios que as duras eventualidades do presente exigem. Os coloniais precisam de se defender da opinião dos que encaram a prosperidade como o estado natural das cousas e sobre ella alicerçam as suas organizações. Quantas ruínas se teriam evitado se, na arquitectura das actividades ultramarinas, todos os países tivessem considerado os grandes lucros como excepção e o esgotamento rápido de

lôda a produção como um favor da fortuna, que é por natureza inconstante?

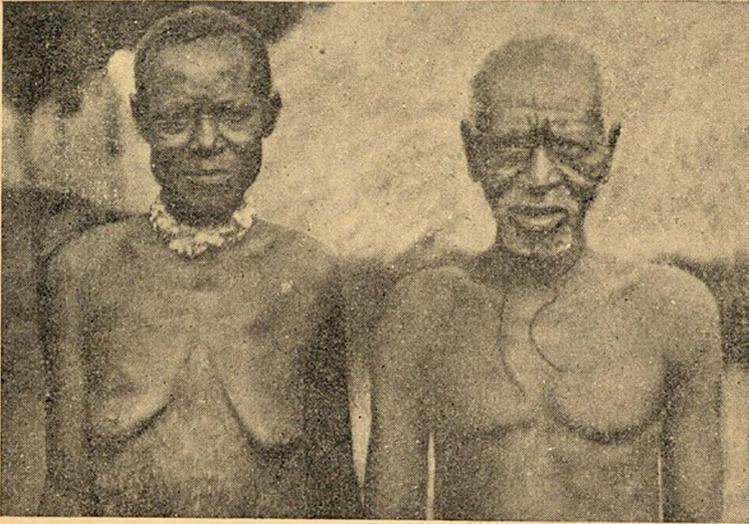
Um momento de crise como éste, oferece, mais do que nenhum outro, uma boa oportunidade para estudarmos as cousas coloniais, sobretudo as africanas, sob o aspecto da sua resistência.

Fácilmente verificamos que as grandes empresas foram as primeiras a ceder diante do grande temporal económico que se levantou. Não é animadora a paisagem que por esse lado temos diante dos olhos. Muitas d'as que não vivem do favor do Estado, vivem amparadas pelo crédito, ou fechadas dentro de moralórias, de acórdos, de transações com crédores, quando não entram ousadamente no campo das liquidações. Grande número delas parou completamente a sua actividade. Assim acontece em grande escala, por exemplo na zona das industrias mineiras. Há colónias onde dois terços dos capitais investidos se consideram perdidos. Através da fórmula das grandes empresas, tinha a colonização penetrado no grande público, absorvendo largas quotas das economias privadas. A colonização pela bolsa é hoje uma grande ruína. E atrás dela ficou, para durar muito tempo, a desconfiança geral.

Nem pode isto surpreender a quem pensar nos grandes riscos que oferece a colocação de capitais em regiões fracamente povoadas, em que o trabalho é uma força incipiente e cuja riqueza é muitas vezes uma obscura interrogação. Constituíram-se, em muitos casos, grandes acumulações de capital, com fins que se diziam coloniais: no fundo, visavam o sustento de certas industrias europeias, ou simples manobras de bolsa. Assim se ergueram em África construções gigantescas que, se não conseguirem sustentar-se dos orçamentos metropolitanos, por muito tempo hão-de onerar a pobre economia colonial com encargos que os recursos locais difficilmente poderão comportar e que, na verdade, não são sempre justificáveis á face das necessidades das várias regiões. O estudo imparcial da actividade das grandes empresas coloniais que muitas vezes dispuseram de somas astronómicas, mostra quasi sempre o seu insucesso. Os industrias e os financeiros abusaram das colónias como objectos de lucro: estas tomam agora a sua terrível vingança. Para evitarmos abalos profundos, é preciso que a



LOURENÇO MARQUES — PALÁCIO MAÇONICO



ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA — VELHO CASAL DE MUCHOP'S

aplicação de capitais no Ultramar se faça atendendo exclusivamente ás necessidades dêste e não ás das indústrias ou das finanças metropolitanas. Nas colónias é preciso talhar com mão larga, mas devemos contentar-nos com a terra sem logo ambicionar o céu. Nem sempre se fez assim e êsse foi o erro. Sôbrecarregaram-se por isso as colónias com o pêso de juros e de amortizações que a sua economia não poderá suportar; em vez de lhe dar seguros elementos de fôrça, a desordenada e imoderada entrada de capitais acabará sempre por se revelar um factor de ruína. O capital deve ser como o entusiasmo: que nunca falte o necessário mas que nunca transborde.

A média e a pequena colonização têm mostrado maior poder de resistência do que os grandes capitais. As duas vastas colónias portuguesas de Angola e Moçambique dão-nos um exemplo flagrante do que elas valem como fôrça de vanguarda colonial. Varridos pelos primeiros vendáveis os casos de simples má gestão, pode dizer-se que as fôrças das colónias ficaram intactas. O comerciante e o agricultor não abandonaram os seus postos. Apesar de tôdas as dificuldades da hora presente, quási podemos sem erro falar da permanência das quantidades exportadas. Em muitos casos mesmo estas aumentaram.

Não admira: a administração por elas exercida tem um carácter imediato. A direcção não se dilui: as ordens não se afastam dos seus objectivos: o trabalho sofre a influência de um incitamento eficaz; o estado maior e a burocracia são os estritamente indispensáveis. Nenhuma actividade se perde; nenhum esforço é desproporcionado; nenhuma despesa deixa de ter um fim útil. E eu considero, cada dia com mais fortes razões, que estas são as grandes molas do êxito nas actividades coloniais.

Não sei assim se o triste correctivo que ás passadas aulências do capital privado esta crise infringiu, os não terá desencorajado por muito tempo, nem se eles consentirão em retomar os longínquos caminhos da África, da Ásia e da Oceânia, sem sólidas garantias por parte dos Estados. Mas sei que a colonização pelas grandes massas de capitais não teve a fecundidade e não deixou — no ultramar — atrás de si a sólida e resistente obra que as pequenas iniciativas,

as pequenas economias applicadas e administradas por quem as reuniu, têm construído lentamente.

Nas colónias portuguesas estamos em frente de um caso típico de colonização levada a cabo por um povo de pequena população e de moderados recursos monetários: e que, apesar disso, chegou modernamente na África a resultados que não têm confrontos com os que conseguiram os povos mais populosos e ricos do mundo. Examinemos em primeiro lugar a questão das populações. Permitam-me que cite alguns números.

Em 1913 nos 3 milhões de quilómetros quadrados que tinham de superfície as vastas colónias alemãs espalhadas pelo globo, viviam 24.389 europeus; nas grandes colónias italianas de África, segundo dados dignos de fé, habitam agora 54.500 europeus, o que inegavelmente representa um bonito esforço; nos 7 milhões de quilómetros que têm de superfície a África Occidental e Equatorial Francesa, o Camarão e Madagáscar, vivem 49.000 europeus e assimilados; no Congo Belga havia há pouco 20.000 europeus; no Gold Coast, Serra Leôa, Kenya, Uganda, Tanganyka, Zanzibar, Niassaland e Rodésia do Norte, segundo publicações dignas de crédito, haverá 42.000 europeus.

Nas colónias portuguesas da África residem na hora actual, calculando baixo, não menos de 60.000 europeus e mais de 120.000 assimilados. Temos 80 brancos por 10.000 indígenas; das outras colónias seguidas a cifra mais alta é de 25 europeus por 10.000 negros.

E enquanto que Portugal apresenta 30 europeus por 1000 quilómetros quadrados, nas outras colónias tropicais a proporção não deve ir, em área igual, além de 24.

Assim, parece que nenhum país conseguiu tanto como Portugal, interessar as suas populações no desenvolvimento das colónias tropicais. Um país de pequena demografia obteve resultados que não sei se outros terão atingido, apesar das massas da sua gente. Atribue-se a Bismark, com ou sem verdade, a afirmação de que Portugal é um país com colónias e sem colonos. Os números desmentem categoricamente esta opinião — que foi posta a correr mundo e deu origem a muitas e injustas apreciações sobre a actividade colonial do meu país. Portugal é no mundo um dos países que mais colonos têm.

Pode considerar-se prodigioso o desenvolvimento do comércio africano nas últimas dezenas de anos. Tôdas as nações que sobre si tomaram a grande tarefa de desbravarem o mistério do continente negro, teem sabido estar, sem excepções, á altura das suas graves responsabilidades.

A nenhuns sacrificios de vidas ou de dinheiro se têm poupado. Em lugar das raquíticas cifras que indicavam o comércio de há 30 ou 40 anos, encontramos hoje números que resumem sempre milhões.

E' difícil sempre, nesta matéria, reunir elementos que não possam ser discutidos. Nas próprias publicações officiais topamos com divergências. São diferentes os métodos de notação e de elaboração: números que parecem comparáveis não o são em rigor. Com tôdas as justas reservas me permito, por isso, ler aqui algumas cifras.

Em 1928 o comércio total das colónias da África ocidental francesa com os seus 11 milhões de habitantes foi de 2.761 milhões de francos: a cada pessoa pertenceram 249 francos. No mesmo ano na África Equatorial Francesa, Madagáscar e suas dependências movimentaram 1.550 milhões de francos nas suas importações e exportações: a cada um dos 6.750.000 habitantes que estes domínios têm, corresponde uma quota de 230 francos. Traduzem estes números um esforço de extraordinária importância e intensidade.

Em 1929 o comércio geral das colónias inglesas de Kenya, Uganda e Tanganyika somou 26.071.291 libras — o que corresponde a 2 libras 6 shilings por cabeça. A Nigéria, povoada por mais de 19 milhões de negros, teve um comércio avaliado em cerca de 31 milhões de libras — ou seja por habitante £ 1-12.

As colónias italianas da África tiveram em 1930 um comércio marítimo que vejo totalizado em 851,5 milhões de liras: é de 373 liras a captação obtida e que é sem dívida muito alta.

O comércio externo do Congo Belga atingiu em 1930 o enorme quantitativo de 3.320 milhões de francos: são 395 francos por habitante. Não podiam sequer sonhar com estas cifras ou ousados pioneiros belgas que não há ainda muitos anos trouzeram o Congo para a civilização, escrevendo na história do seu país páginas de imperecível glória. Os seus esforços e lutas frutificaram em larga seara.

Tendo falado dos outros não parecerá mal que fale agora do meu país. Ficam bem no alto dos números citados, os algarismos que marcam o movimento comercial das colónias portuguesas de África. Em 1930 somou ele a enorme quantia de 4.244.578 milhares de escudos. Apesar da crise, a captação comercial correspondente foi de cerca de 1598 escudos.

Se é certo que todos os países fizeram o que deviam e trabalharam com o afinco e o denodo que a nobre missão de colonizar exige, bem parece que Portugal soube dignamente enfileirar entre eles — levando até um lugar que avulta entre os primeiros, a exploração das terras que ocupa.

*

Como elementos essenciais de toda esta imensa actividade comercial aparecem-nos os portos, as estradas e os caminhos de ferro. Milagrosamente a iniciativa do europeu sulcou as colónias em todos os sentidos, com vias de comunicação moderna.

Há oito ou nove meses atravessei a África de costa a costa em poucos dias: partindo do Lobito sobre o Atlântico, deixei o comboio sem interrupções, em Lourenço Marques, sobre o Índico. Pela primeira vez um veículo sobre "rails" foi de Oceano a Oceano. Cito este facto, que ficou ligado á história dos Caminhos de Ferro de Benguela, como índice do imenso trabalho realizado e das facilidades de comunicação já existentes.

E consintam que reivindique para o meu país um lugar de relevo entre os que mais intensamente se têm dedicado á tarefa de abrir na selva os caminhos da civilização. Façamos primeiro dos portos.

Não se tem Portugal poupado a despesas para construir nas suas colónias de Angola e Moçambique portos que satisfaçam a todas as exigências da técnica moderna. E pode dizer-se que, pelo seu próprio esforço, já em ambos os litorais de África, Lobito e Lourenço Marques, oferecem

á navegação uma utensilagem modelar. As obras em curso no Lobito custaram cerca de 50 milhões de francos; em obras e utensilagem empregamos em Lourenço Marques mais de £ 2.300.000. São portos magníficos, a que o maior futuro está reservado. Convém juntar-lhes a Beira, onde obras importantes vão avançando e que, em breve tempo rivalizará com os melhores portos de África.

Para se ter a noção exacta do valor relativo dos grandes portos africanos portugueses basta dizer que em 1930 entraram em Lourenço Marques 1.671 navios, tendo embarcado e desembarcado 1.876.000 toneladas e 163.026 passageiros. Em Durban entraram 1.383 navios, em East London 740, na Beira 644, em Dar-es-Salaam 601 e 687 em Mombaça.

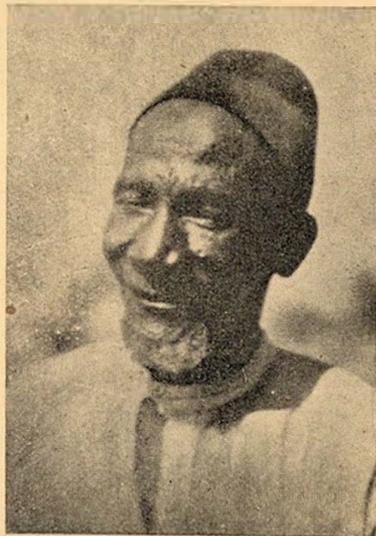
Se é certo que a natureza favoreceu singularmente os nossos portos, não é menos certo que das suas condições próprias nós temos procurado tirar todo o proveito possível. Assim os vamos elevando até ao nível em que se encontram os mais importantes.

*

Em matéria de estradas e de caminhos de ferro não tem sido o nosso esforço menor do que o dos outros países coloniais. Temos em Angola e Moçambique 3.750 quilómetros de vias férreas em exploração e mais de 58.000 quilómetros de boas estradas em todas as possessões africanas.

Desculpem-me se ponho diante dos vossos olhos os números que justificam a minha afirmação. Mas pertenço a um país que tem sido no estrangeiro tantas vezes injustamente apreciado, que eu não posso perder esta ocasião de dizer o que temos construído e o que somos como elemento criador de riqueza e de civilização.

Para a África Ocidental Francesa, Madagáscar e África Equatorial, vasto império com mais de 20 milhões de habitantes e 6.735.000 quilómetros quadrados cita o "Annuaire Statistique de la France" 3.069 quilómetros de via férrea. O Congo Belga tinha em 1930 conseguido já 3.750 quilómetros, realizando assim uma tarefa imensa. A Itália nas suas grandes colónias tinha 849. A Nigéria,



ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA
VELHO MOCHILEIRO DO NIASSA



O REI DO CONGO, D. PEDRO VII

para as necessidades de 19 milhões de habitantes tinha 1.831 milhas e a Rodésia do Norte 506.

Obra de titans se pode chamar a que levou a estes resultados. Já hoje não podemos fazer uma ideia certa das dificuldades que foi preciso vencer para cruzar o sertão africano, em todas as direcções, com dezenas de milhares de caminhos de ferro, dominando a resistência dos homens e das coisas. Há poucos anos ainda o interior da África era praticamente inacessível. Tudo dependia da lenta marcha

das caravanas. O "rail" mudou as condições da vida. Entregou a África ao branco e ás sociedades negras, tradicionalmente tumultuárias, levou desconhecidos elementos de riqueza e de bem estar. Deu-lhes sobretudo um que elas ignoravam: a paz.

Ao citar os números que ai ficam quis apenas atribuir a Portugal a sua grande e justa parte nesta gloriosa transformação.

Lugar de igual relêvo nos cabe na matéria da protecção ao indígena, de ensino, de assistência sanitária, agrícola e pecuária. Não documentarei agora com números estas afirmações porque falo há muito tempo já e não devo cansar mais. Limitar-me-ei por isso a salientar que toda a obra colonial portuguesa levada a cabo por vezes com exigência de fortes sacrifícios por parte da nação, não acumulou pesados encargos sobre os orçamentos ultramarinos. Pode dizer-se que, exceptuando Angola que deve cerca de 800.000 contos, o futuro das restantes colónias está livre. Podemos apresentar Moçambique como exemplo de uma administração que tem sabido desenvolver-se dentro das suas próprias possibilidades e das disponibilidades gerais do tesouro, sem utilizar a sua capacidade de crédito.

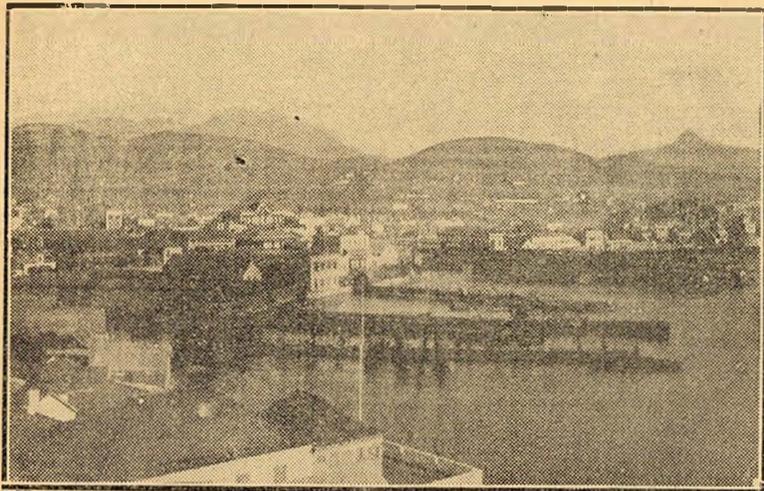
Pode dizer-se que a colonização portuguesa, de um modo geral, tem conseguido avançar regradamente, sem nunca forçar as finanças do Estado a gastos incomportáveis, contentando-se com pouco quando chegam os tempos das restrições e sempre realizando muito. Nêsse admirável espirito de adaptação está um dos grandes segredos dos nossos triunfos ultramarinos. A seu lado convem colocar três outros factores: a iniciativa do colono, o seu profundo nacionalismo, o talento de tratar com as raças inferiores. Não tem o colono português encontrado quem dignamente proclame as suas virtudes. E contudo elas podiam ser apresentadas ao mundo inteiro como exemplo de audácia fria, de desprezo pelo perigo, de indiferença pelo sofrimento, de sobriedade, de persistência no trabalho, de amor á terra. O colono português tem a sua propriedade, a sua loja, a sua pequena industria quasi como um posto de honra. Se a crise vem e inesperadamente lhe tira todo o lucro com que durante anos sonhou, resignadamente põe-se a viver com pouco, espera, fica, e recomeça.

Um grande sentimento poetiza a sua vida: o amor a Portugal. O simples nome da Pátria arranca lágrimas de

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

ARROLAMENTO GERAL DOS GADOS, POR ESPÉCIES, NO ANO DE 1931

Distritos e Territórios de Manica e Sofala	Total do número de cabeças	G A D O						
		Asinino	Bovino	Caprino	Equino	Muar	Ovino	Suino
Total Geral	1.000.845	7.069	516.757	280.508	200	311	102.156	93.844
Distritos	900.991	6.608	477.948	243.173	195	221	95.968	76.878
Lourenço Marques	521.029	3.981	368.355	93.054	152	150	37.049	18.288
Inhambane	114.303	1.869	15.071	40.686	39	69	28.637	27.932
Quelimane	45.363	130	11.713	24.058	1	—	1.646	7.815
Tete	173.634	270	78.194	49.780	3	2	23.787	21.598
Moçambique	46.662	358	4.615	35.595	—	—	4.849	1.245
Cabo Delgado	—	—	—	—	—	—	—	—
Niassa	—	—	—	—	—	—	—	—
Manica e Sofala	99.854	461	38.809	37.335	5	90	6.183	16.966



CABO VERDE — VISTA PARCIAL DE S. VICENTE,

enternecimento aos seus olhos — que nenhum outro sentimento poderia fazer chorar. Falem de Portugal a qualquer colono lusiada perdido no sertão africano: vê-lo-ão transfigurar-se em soldado. Temos assim algumas dezenas de milhares de fortalezas, em África. O sentimento da unidade da Nação — a mesma na Europa, na Ásia, na Ásia ou na Oceânia — domina a sua vida. E Portugal pode pedir-lhe os últimos sacrifícios que sem hesitar os fará alegremente.

Falo com o saber feito de experiência e gratidão, porque muito tenho pedido, em nome da colectividade, e muito sem regatear nesta hora difícil nos tem dado.

E isto explica o facto de, quasi sem força militar dominarmos em plena paz as grandes populações que trouzemos para a sombra da nossa bandeira — o colono português tem a intuição profunda dos bons métodos da política indígena. Sem violência sabe fazer-se obedecer. Sem rigor consegue a disciplina no trabalho. Como Ministro atravessei as Colónias Portuguesas da África de ponta a ponta; penetrei sósinho em multidões profundas; misturei-me algumas vezes com a turba negra, sem defesa. Sempre me vi acolhido pelo clamor alegre do gentio: sempre as suas manifestações de amizade me mostraram que a autoridade que eu representava era olhada com respeito, isento de todo o terror, considerada como a protecção de que se necessita e se deseja. Esta conquista do coração do preto é obra formidável de todos os portugueses das colónias — de todos sem

excepções — e a marca indelével da nossa colonização — que nós todos confundimos com o próprio futuro de Portugal e consideramos tão necessária ás almas como a independência.

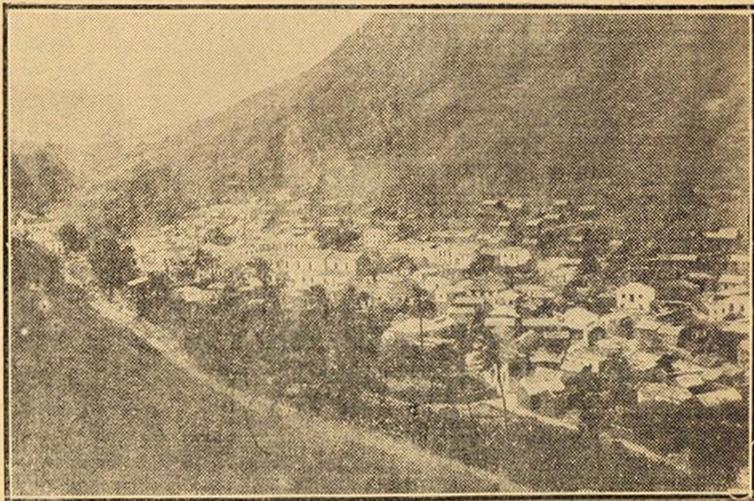
E perguntareis agora, naturalmente, se nos contentam os resultados alcançados. Contentes estamos de certo, como quem muito e honradamente tem trabalhado e vê dia a dia crescerem-lhe os bens. Mas não estamos satisfeitos. A fascinação do passado faz-nos julgar sempre mediocre o presente. A ambição nacional exige que cada dia façamos mais e melhor: e havemos de fazê-lo, porque sabemos, queremos e podemos.

*

Ao findar reparo que a paixão pelas coisas coloniais me levou a falar-vos mais como membros da ilustre agremiação

que aqui se reúne — e a que tanto me honro de pertencer — do que como Ministro que tendo-vos dado as boas vindas, em nome do seu Governo, se deveria talvez ter limitado protocolarmente a desejar o completo êxito dos vossos trabalhos.

Mas na verdade o facto de ver aqui reunidos tantos coloniais de grande categoria, ilustres por inúmeros serviços prestados á causa ultramarina e tão distintamente presididos pelo meu compatriota sr. Conde de Penha Garcia, tornaria inútil a expressão desses desejos pela antecipada certeza de que as vossas discussões deixarão fecundo resultado — para o bem de tôdas as nações.



CABO VERDE — RIBEIRA BRAVA - S. NICOLAU

NOVO DICCIONARIO POPULAR

DO PROF. JOSÉ OITICICA

Cada Fascículo: 18000 Réis

EM TODO O BRASIL

PEDIDOS Á INDUSTRIA DO LIVRO EDITORA (ANTIGA CASA A ENCADERNADORA — FUNDADA EM 1890)

J. O. DE OLIVEIRA TELLES

RUA S. JOSÉ, 35 — Telef. 3.0804 — RIO DE JANEIRO

A CULTURA DO TRIGO EM ANGOLA

Segundo comunicação recebida de Angola, a produção do trigo está a ser, ali, intensificada, de modo a conseguir-se que ela chegue a atingir um elevado grau, não só para se abastecer a Província, a si própria, sem necessidade de importar farinhas, como, ainda, para exportar para a metrópole e para as outras províncias.

Pela análise feita áquele trigo, verifica-se que apresenta, em média, um peso específico superior ao metropolitano em cêrca de 7 por cento, sendo de aconselhar o emprego da farinha deste trigo em lotações com farinhas inferiores.

Em Angola foram experimentadas muitas sementes, mas das que deram melhores resultados destacam-se as "Firebunk", "Barbank", "Florence", "União 52" e "Mentana". Das regionais metropolitanas, apenas o "Ribeiro", o "Tremez" e o "Asa de Corvo" se mostraram aproveitáveis.

A Direcção de Agricultura e Comércio da Província, por intermédio da divisão técnica, de ligações regionais e parque de máquinas e sementes, tem feito campânhas de produção junto dos agricultores, tanto europeus, como indígenas, dando-lhes assistência técnica, material e sementes de diferentes qualidades, que têm sido distribuídas ás centenas de toneladas, sendo a maior quantidade

da "Mentana", cuja cultura tem atingido um elevado grau de desenvolvimento nos planaltos.

Como se sabe, o Govêrno, para promover o estímulo por essa cultura, criou, há tempo, para cada um dos distritos de Malange, Quanza-Sul, Benguela, Bié e Huíla, dois prémios de 1.500 angolares cada, um para o agricultor e outro para a sociedade ou companhia que maior quantidade de trigo obtiver, e mais uns prémios de 70 angolares e tres enxadas ao indígena quem maior quantidade de trigo colha. Vai ser publicado, brevemente, um regulamento relativo á industria da moagem em Angola.

Fizeram-se em Angola desde 1912 a 1931 concessões de terrenos a portugueses num total de 3.591.476 hectares; as feitas a estrangeiros, estão avaliadas em 392.000 hectares. Só a ingleses foram concedidas 281.258 hectares; seguem-se os alemães com 57.000 hectares e os belgas e suíços com 15.000 e 12.000 hectares. Aos dinamarqueses, holandeses, irlandeses, noruegueses, espanhóis, americanos, gregos, italianos, austríacos, franceses e polacos, foram concedidas, respectivamente, as seguintes áreas: 5.541, 4.809, 3.871, 2.571, 2.370, 2.015, 1.931, 800, 700, 642, e 600 hectares. Demarcaram-se reservas para os indígenas numa área de 70.994 hectares. Também lhes foram dados 1.394 titulos de propriedade para os seus terrenos, de uma área de 5.597 hectares.

PORTUGUESES: REPARAI COMO OS
ESTRANGEIROS ENCARECEM AS
EXCELENCIAS DE ANGOLA!

A respeito do planalto de Benguela, o sr. Giovanni Quirici, enviado directo do sr. Mussolini a Angola, escreveu no seu relatório, publicado na revista *L'economia Nazionale*:

E' salubre, não se conhecem epidemias, nem existem feras, mosquitos ou febres. Ótimo clima, temperatura constante, chuvas regulares, tudo concorre para tornar a vida facil e aprazivel. Para o planalto de Benguela vai quem quer ganhar dinheiro e por lá se fica de bom grado. As possibilidades agricolas são infinitas; a criação de gado dá magníficos rendimentos, chegando o gado bovino a dar 60 % de lucro.

MOVIMENTO COMERCIAL DE TIMOR DURANTE OS ANOS DE 1924 A 1929

VALORES EM MILHARES DE "PATACAS"

	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1924	14.532	16.380
1925	15.722	18.537
1926	13.356	13.716
1927	13.325	17.781
1928	15.289	16.448
1929	13.232	16.454

DIOGO CÃO

REVISTA DE HISTÓRIA DE ANGOLA

Director — Padre Manuel Ruela Pombo

MUXIMA — ANGOLA

Cedofeita é um estabelecimento português que honra o comércio de calçado no Brasil

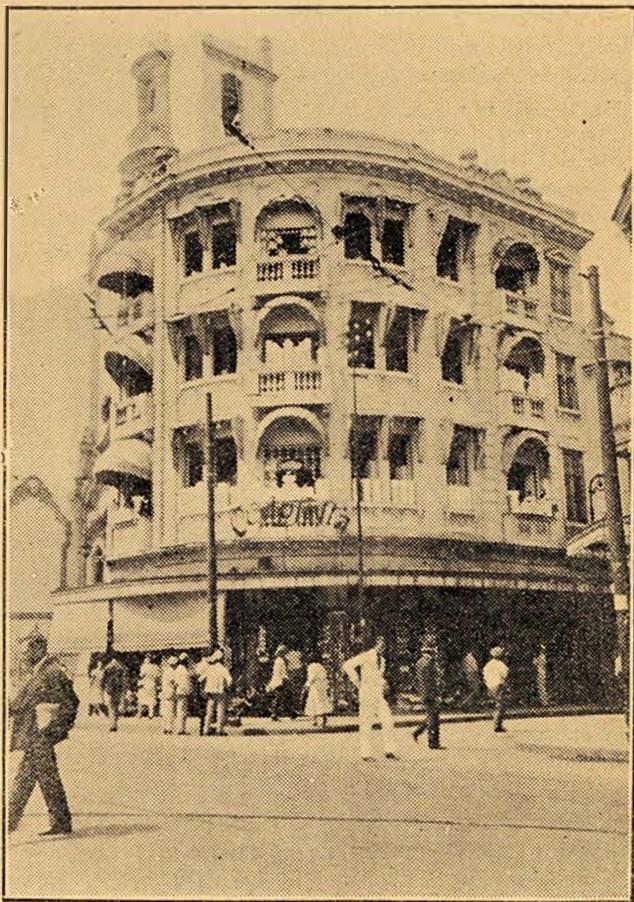
HÁ estabelecimentos comerciais coroados de êxito desde o instante em que se inauguram. Seja devido ao factor sorte, como querem uns, seja o resultado da competencia de quem os funda e dirige, como querem outros e no número dos quais nos incluímos, a verdade que não admite restrições é que casas há que triunfam rapidamente na luta da concorrência, impondo-se ao público, quer pelas constantes novidades de modelos quer pelos métodos modernos de negociar, de um modo instantâneo e absoluto.

É este o caso da *Cedofeita*, grande estabelecimento de calçado, verdadeiro e autentico empório no género, onde o público do Rio de Janeiro, onde os habitantes desta urbe imensa que desejam calçar com elegância e por preços que não tem concorrência, acorrem em massa. Seja em consequência do optimo local em que se acha instalada, seja, e isto é muito importante e tem extraordinária influência, devido ao apurado conforto e bom gosto das suas instalações que ocupam os 4 espaçosos pavimentos do predio tendo no primeiro, exposto em profusão, calçado de todas as qualidades e estilos; no segundo, a elegante e luxuosa sala dos Lords: no terceiro, especial para crianças e a terminar na sala de luxo e secção em Luís XV para senhoras e senhoritas, todos servidos por confortavel elevador.

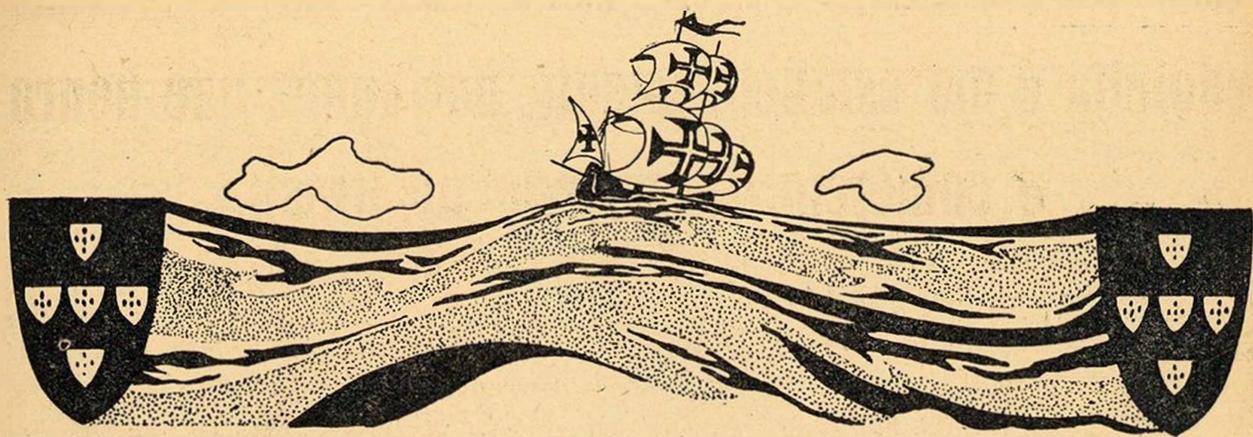
Esta modelar administração posta em pratica pelos seus fundadores e donos Srs. B. Pereira & C.^a, honra-os

sobremaneira. O que não resta mais duvidas é que a *Cedofeita* — da qual com propriedade se pode dizer que foi *feita cedo* — conquistou um lugar no seio do comércio de calçado de alto relevo e difficil de ser superado, o que com a maior satisfação aqui deixamos registado, para conhecimento dos nossos leitores.

E para remate e como indicação útil acrescentamos que a *Cedofeita* se acha instalada à Avenida Passos n.º 17 — servida por 6 telefones, onde gostaríamos que os nossos leitores fossem para se certificarem da verdade.



O EDIFÍCIO DA CEDOFEITA



Conversando com o Embaixador Albert Kammerer

O prestígio de que goza a França no mundo inteiro e que se mantém inabalável há mais de três séculos, é desses factos que causam a admiração do vulgo, mas são o consólo dos espíritos cultos. E' que êsse prestígio, que ninguém pôde discutir nem negar, lhe vem da sua maravilhosa e sempre renovada fôrça espiritual. Desde o princípio do século XVII, desde Descartes, o espírito francês vem criando serenamente novas fórmas e forjando novas idéas, que o mundo civilizado adopta e assimíla. Não houvesse a França e êste mundo seria bem diverso do que é. E essa supremacia do espírito que a França eterna desfruta, deve-o ao labor pertinaz e esclarecido dos seus filhos, que de gerações em gerações porfiam nos seus estudos desinteressados, teorias ou utopias de hoje, mas esplendentes realidades de amanhã.

Essa paixão que todo francês culto tem pelo estudo e pela meditação, encontrámol-a numerosas vezes nos próprios representantes que a França nos envia, embaixadores a um tempo da sua grandeza e do seu formoso pensamento. E ainda agora, á testa da sua representação diplomática, temos entre nós um dos mais ilustres desses paladinos da sua cultura: Albert Kammerer.

S. Ex. o Sr. Embaixador Albert Kammerer, no Brasil há um ano, além de ser um dos mais finos diplomatas que a nação amiga possui actualmente, é um historiador de destaque, que a Academia Fran-



SUA EXC.^a O SR. A. KAMMERER

— Ao transcrevêmos, data vénia, a por todos os titulos brilhante e notável entrevista concedida especialmente para "VANITAS"—grande revista paulistana — por Sua Excelência o Senhor Albert Kammerer, ilustre e digníssimo Embaixador da França no Brasil, ao distinto jornalista brasileiro, Sr. Luis Anibal Falcão, não nos move apenas o propósito, aliás muito legítimo, de arquivarmos nas colunas deste "BOLETIM" um depoimento insuspeito, honrosíssimo e da mais alta valia à-cêrca da obra civilizadora dos portugueses, nem sempre considerada com a devida justiça, e até por vezes diminuída e caluniada, mas também o veemente desejo de prestarmos a nossa publica homenagem, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Albert Kammerer, à gloriosa Nação Francesa—cérebro portentoso da Latidade.

cesa acaba de consagrar últimamente com o "Prémio Théroutanne" de erudição, vindo completar as distinções já conferidas pela Universidade de Paris, pela Sociedade de Geografia de Paris e pela Academia de Inscricões e Belas Letras. Mero desejo de ouví-lo levou-me a ir interromper durante algumas horas os trabalhos do conhecido historiador.

*
**

No vasto solar de antigo sabor colonial, lá na paz agreste do Cosme Velho, aos pés do Corcovado, Albert Kammerer foi refugiar-se para prosseguir no seu longo labor, longe do bulfício da cidade e das exigências da vida social tão absorvente para os diplomatas. Simples e afável, o historiador recebe-me no vasto hall, cujas paredes apresentam uma curiosíssima colecção de antigos mapas, na sua maioria portugueses do século XVI, verdadeiras raridades que foi buscar nos recantos das mais ilustres bibliotecas da Europa. E a conversa corre animada, entre perguntas interessadas e respostas vivas e substanciais:

— Os meus estudos têm por objecto, explica-me o embaixador, o Mar Vermelho, a Abyssínia e a Arábia desde a antiguidade, e neles me coloco não só no ponto de vista geográfico, como também do histórico. Fazer ressurgir êsse passado adormecido sob a poeira dos séculos, retrazar a evolução e as vicissitudes desses povos, é tarefa que exigia um esforço de pesquisaçãõ fácil de se avaliar. Os documentos pareciam

escassos e eram, sobretudo, extraordinariamente espalhados; mas ao mesmo tempo, á medida que eu levava avante o meu trabalho, o quadro que se me deparava se apresentava tão interessante do ponto de vista humano que eu ia sempre encontrando novos encorajamentos. Já em 1926 eu publicava um "Ensaio sobre a história antiga da Abysínia" e em 1929: "Pétra e Nabatena", estudo sôbre a Arábia petrea e a Arábia do Norte, mas as descobertas, que eu vinha fazendo me levavam a iniciar uma obra de maior fôlego: "La Mer Rouge, l'Abyssinie et l'Arabie depuis l'Antiquité". Sob o patrocínio da Sociedade de Geografia do Cairo e com o auxílio do rei Fouad, do Egipto, consegui em 1930 publicar o primeiro tómo compôsto de dois volumes, abrangendo o período desde a antiguidade até 1495, início dessa obra á qual já me dedico inteiramente há mais de oito annos.

E o historiador mostra-me os exemplares dessa linda edição, os dois volumes de impecável impressão, cujo texto é ilustrado pelas reproduções finíssimas de todos os mapas existentes sôbre essas regiões até o fim do século XV, bem como de documentos, vistas e tudo quanto possa esclarecer melhor o leitor.

— Como vê, prossegue o historiador, êste primeiro tómo vai até 1495; escolhi esta data porque ela me parece bem terminar um ciclo histórico que se encerra com o fim da Idade Média. A partir dessa época, começam as grandes viagens dos descobridores e inicia-se propriamente o contacto directo do Ocidente com o Oriente. O meu segundo tómo estudará mais es-

pecialmente essa fase interessantíssima, fecunda em lances empolgantes e apresentando uma tal seqüência de acontecimentos importantes que só posso ir até 1530, data em que considéro encerrada a era dos descobrimentos ou, se prefere, da tomada de contacto.

O embaixador deixa-me examinar então as provas dêsse 2.º tómo, que já se acha em via de impressão. Além dos numerosos mapas e portulanos da África, do Oceano Índico e da Índia, há grande número de ilustrações, reproduções de documentos de tóda sorte e desenhos. Contemplando os mapas pergunto porque razão são quasi todos portugueses:

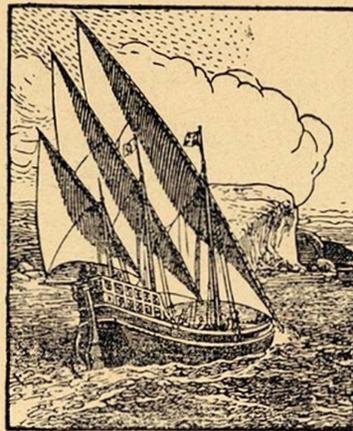
— Simplesmente porque fôram os portugueses os grandes exploradores do princípio do século XVI. Não há povo a quem se deva tão grande esforço. A razão principal foi, é verdade, tentar descobrir o caminho que levásse ás terras das especiarias; mas isto era o sonho

de todas as nações ocidentais, que queriam arrebatar dos Venezianos o monopólio dêsses produtos, que iam buscar no Egipto para onde eram levados pelos Árabes. Mas se o motivo inicial foi de ordem commercial, deve-se reconhecer que os Portugueses soubéram levar a cabo os seus designios com uma tenacidade, uma corágem e também um método realmente admiráveis. Bartolomeu Dias parte em 1488 para dobrar o Cabo de Bôa Esperança e consegue dobrá-lo; em 1498, Vasco da Gama zarpa afim de descobrir o caminho das Índias e vence também. Cada ano, então, na primavera, partia uma esquadra com um determinado fito, e os que voltavam davam conta pormenorizada das suas observações, que eram consignadas nos arquivos, por vezes em desenhos como êstes, e estudadas pela Junta de Matemáticas, encarregada de reunir todos os dados capazes de fazer progredir a navegação.

O sr. Kammerer faz-me admirar então diversas fotografias dêsses desenhos, um dos quais autoriza "Vanitas" a reproduzir. A esquadra de Cabral estava fadada a descobrir o Brasil: a nossa gravura mostrando tôdas as náus que a compunham, além de ser completamente inédita entre nós, apresenta um interesse todo particular para nós brasileiros. Não posso conter a pergunta que me vem aos lábios:

— Mas a cartografia portuguesa e a sua documentação relativa aos primeiros anos da colonização do Brasil devem ser interessantíssimas também...

— Não há dúvida, responde-me o historiador sorrindo, mas compreende que não posso afastar-me do meu caminho traçado. Por isso,



CARAVELA PORTUGUESA DO SÉCULO XV

ROUPAS "RENNER" (Trajes e ternos de lã)

Couros, Artigos de viagem, SPORT, Montaria e Praia

Fabricação de malas de fibra SILVIUS

Exclusivo dos brins KARI, BRANCO e VERDE-OLIVA "FLORIANO" e "TRIUNFADOR"

JOSÉ SILVA & CIA. LTDA.

IMPORTADORES

Caixa Postal 445

58 — Rua de S. Pedro — 60

End. Teleg. "SILVIUS"

Telefones: Armazem 4-0671 Escritório 4-5333

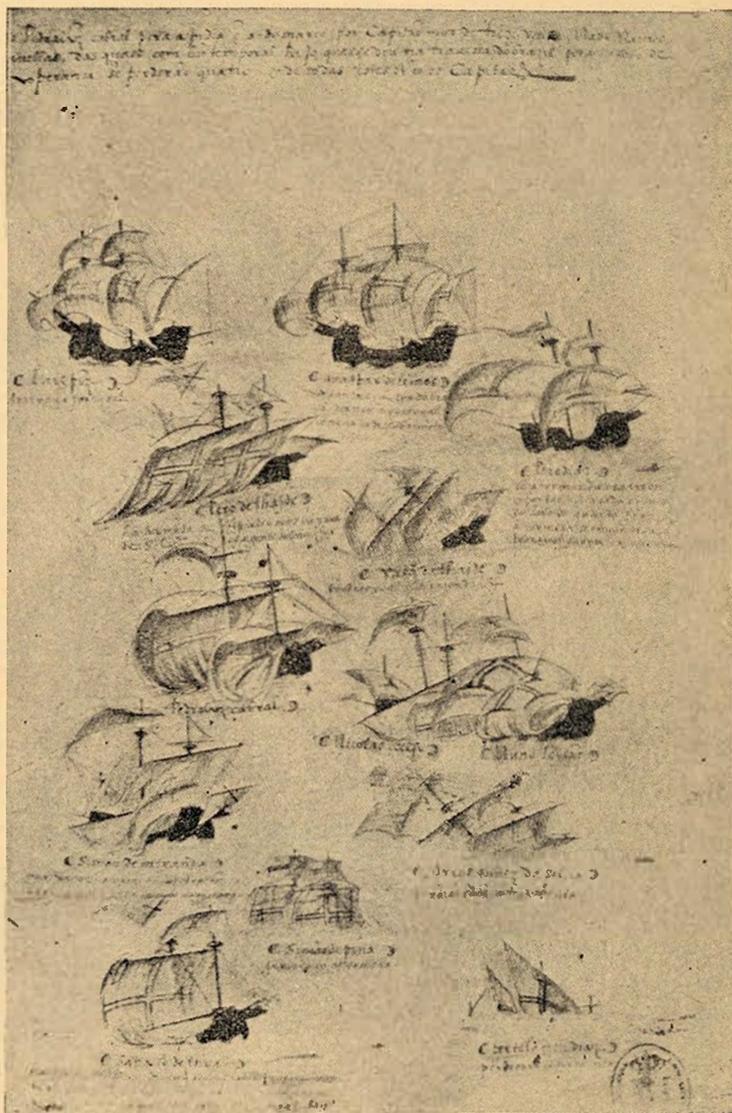
RIO DE JANEIRO

sou forçado a deixar de lado todos os mapas do Brasil que figuram nesses portulanos. Há aí um trabalho que deveria ser feito, pois, como disse, a documentação portuguesa é abundante e notável sob todos os pontos de vista. E tal trabalho compete a um historiador brasileiro.

— Mas então para documentá-lo sobre o início do século XVI, o snr. valeu-se dos portugueses não só para a Arábia como para todo o Mar Vermelho e a Abyssínia, que são prôpriamente o seu assunto?

— Sim, porque os Portugueses abriram o caminho para tôdas as regiões que me interessam. Apenas estabelecidos na Índia, eles passaram para a Arábia, onde construíram diversas fortalezas, como em Mascate. Pouco depois, iam fazer o bloqueio do Mar Vermelho, que seguiam em tôda a sua extensão, indo até Suez, que bombardearam. Quanto á Abyssínia, o rei desse país cristão, tendo pedido socôrro ao rei de Portugal contra uma invasão de tribus selvagens da costa, foi ela visitada por uma missão lusitana desde 1520 e mais tarde, salva dos seus invasores graças a uma tropa portuguesa comandada pelo próprio irmão do Vasco da Gama, Cristóvam da Gama, que pereceu em combate. O mais notável aí foi a aventura extraordinária do barbeiro português Bernardes, que, enviado pelo *négus* da Abyssínia a Lisbôa, conseguiu fazer-se passar por bispo metropolitano de Alexandria, cargo por êle próprio forjado que conservou o resto da vida, numa mistificação divertida que já tive ocasião de narrar. A audácia lusitana era tal que o próprio Hadramaout, região de difficilimo acesso, situada ao sul da Arábia e que só nestes últimos anos alguns europeus conseguiram visitar e que só se pôde fotografar em 1930; o Hadramaout, vale perdido entre desertos e serras estéreis, já foi percorrido em 1590 por um português: o jesuíta Pero Pais.

— Como vê, estudando a história da Arábia e da Abyssínia, fui levado a travar relações com os portugueses, que além de tantas proezas e de tantos serviços prestados ao mundo, ainda viêram revelar o seu belo Brasil aos povos europeus. Por melhor desvendar as razões de certas descobertas, — e de certos êrros geo-



A ESQUADRA DE PEDRO ALVARES QUE DESCOBRIU O BRASIL EM 1500
DESENHO DE 1502, DO "LIVRO DAS ARMADAS", QUE MOSTRA O QUANTO SOFREU A FRÔTA CARRALINA
NA SUA VIAGEM AO BRASIL E ÀS ÍNDIAS.
DOCUMENTO INÉDITO COMUNICADO PELO EMBAIXADOR KAMMERER.

gráficos inevitáveis naquela época, — fui até obrigado a estudar as condições da navegação por volta de 1500, e assim dedico um dos capítulos do meu 2.º tômo á "Ciência náutica e astronômica dos portugueses no momento da viagem de Vasco da Gama". Assim, o desejo de retrazar a história de um povo leva muitas vezes o historiador a dirigir as suas pesquisas num sentido que jamais poderia prevêêr.

As conclusões que poderíamos tirar, quanto a nós, é que o título de erudito não se ganha sem um tremendo labor e que, mesmo lendo um estudo sobre a Etiópia e a Arábia,

ainda podemos aprender algo sobre a nossa própria história. A nossa própria história que ainda precisa tanto de verdadeiros eruditos...

Mas, na agradável e douda palestra, o tempo passára insensivelmente. E um inflexível relógio veio lembrar, de repente, que o historiador devia desaparecer, abandonar ali os seus estudos e as suas pesquisas, e deixar lugar a S. Ex. o snr. Albert Kammerer, embaixador da França no Brasil, que os delicados deveres do seu cargo reclamavam.

Rio, novembro de 1932.

LUÍS ANIBAL FALCÃO

Território de Maníca e Sofala

sob a Administração da Companhia de Moçambique

A importância do Pôrto da Beira

PELO CAPITÃO-TENENTE RAÚL NUNES FRADE

DIRECTOR GERAL DA EXPLORAÇÃO DO PÔRTO DA BEIRA

EXPRESSAMENTE PARA ESTE BOLETIM

O pôrto da Beira tem tido um considerável desenvolvimento nestes últimos anos e apesar da grande crise mundial que fez baixar as exportações e importações através de todos os portos do mundo ainda os números referentes a 1932 são de cerca de 500.000 toneladas.

E' este pôrto situado no oceano Índico, na costa da Província de Moçambique, sendo a Beira a capital do território administrado pela Companhia de Moçambique.

E' o pôrto natural para tôdas as importações e exportações para e dos territórios da Companhia de Moçambique, Rodésias Norte e Sul e Niassaland, recebendo igualmente muita carga de e para o Congo Belga.

E' ele testa de dois caminhos de ferro, um que o liga ás Rodésias, Lourenço Marques, portos da África do Sul, Congo Belga e Angola, estando assim a costa oriental da África Portuguesa ligada directamente á costa ocidental portuguesa e outro caminho de ferro que atravessará o Rio Zambeze dentro de 3 anos e que irá até ao Lago Niassa, e para oeste até ás minas de carvão e região agrícola de Tété.

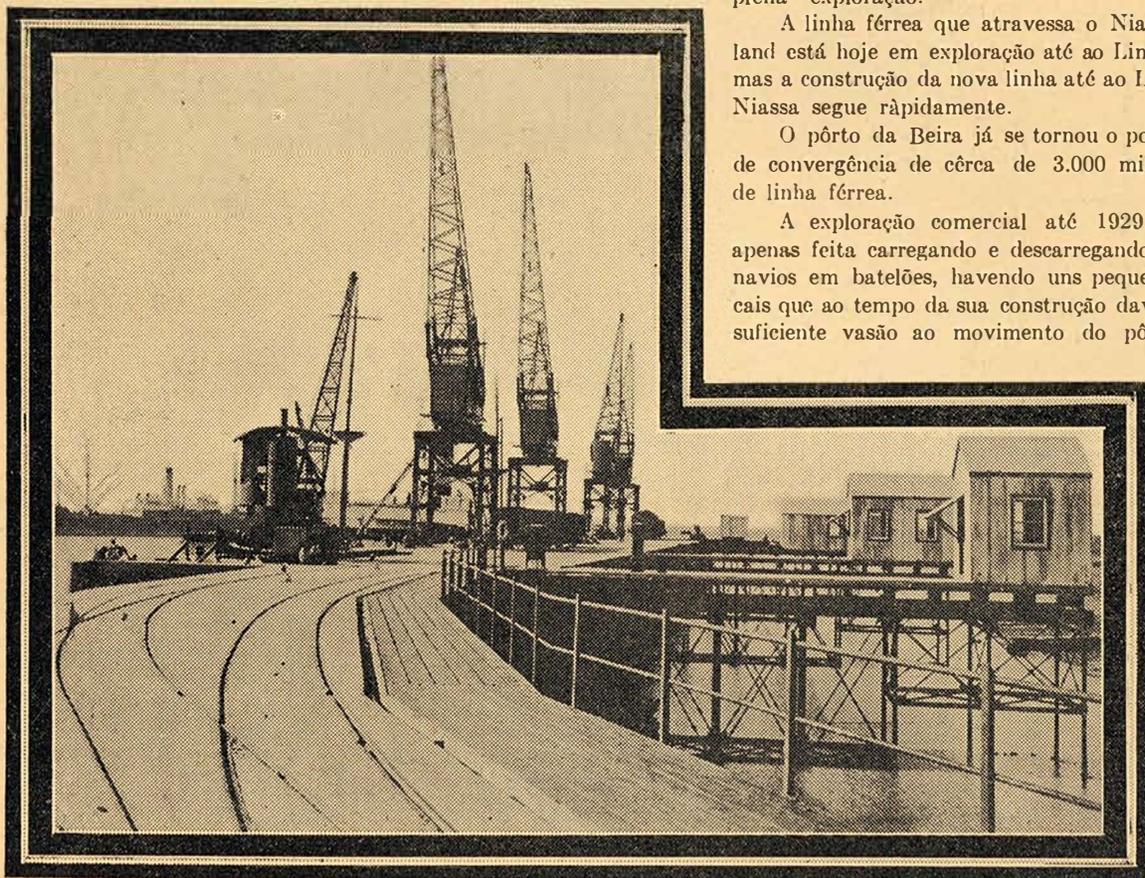
A ponte sobre o Zambeze está bastante adiantada ficando com uma extensão de cerca de 3.500 metros, devendo ficar terminada em 1935.

Pode assim bem avaliar-se do valor do pôrto uma vez terminada esta crise e que estas regiões entrem em plena exploração.

A linha férrea que atravessa o Niassaland está hoje em exploração até ao Limbe, mas a construção da nova linha até ao Lago Niassa segue rapidamente.

O pôrto da Beira já se tornou o ponto de convergência de cerca de 3.000 milhas de linha férrea.

A exploração comercial até 1929 foi apenas feita carregando e descarregando os navios em batelões, havendo uns pequenos cais que ao tempo da sua construção davam suficiente vasão ao movimento do pôrto,



UM ASPECTO DO PÔRTO DA BEIRA

dos portos do Atlântico Norte, quer sigam a derrota da África ocidental e cabo da Boa Esperança, quer pelo Mediterrâneo e canal do Suez.

Resulta da sua situação na derrota dos navios e em relação a mercadorias pesadas a grande vantagem da descarga ser feita no último pôrto com destino ao grande hinterland que êle serve e nêle embarcaram em primeiro lugar os minérios provenientes daquelas regiões, como seja o crómio e cobre que em grande quantidade é exportado das Rodésias.

Para navios com as suas carreiras regulares é duma situação privilegiada, preparando-os para carregarem as outras mercadorias mais leves nos portos de escala.

Além dos minérios há grande exportação de milho, açúcar, algodão, chá, tabaco e asbestos, afóra outros produtos.

O canal de acesso da barra ao pôrto tem uma extensão de 15 milhas, muito bem balisado com boias luminosas de acetilene.

A amplitude máxima das marés é de 22 pés, sendo êste o único pôrto de África onde existe uma tão grande amplitude; no ancoradouro existem 8 boias de amarração para os navios que trabalham com batelões ou aguardam a ida para o cais.

O Pôrto da Beira sob o ponto de vista do seu desenvolvimento económico é caracterizado por duas grandes fases:

1.ª — em que a importação foi superior á exportação dando-se o equilibrio entre 1914 e 1918.

2.ª — a partir desta última data, aumentando a importação e exportação contínua e progressivamente mas passando a exportação a ser muito superior.

Enquanto a exploração da 1.ª fase que se considera desde 1892 a 1918, pois que antes de 1892 não havia quasi navegação para o pôrto, foi de zero a um total de 473.000 toneladas, nos dez anos seguintes (1919 a 1928) foi num total de 3 milhões.

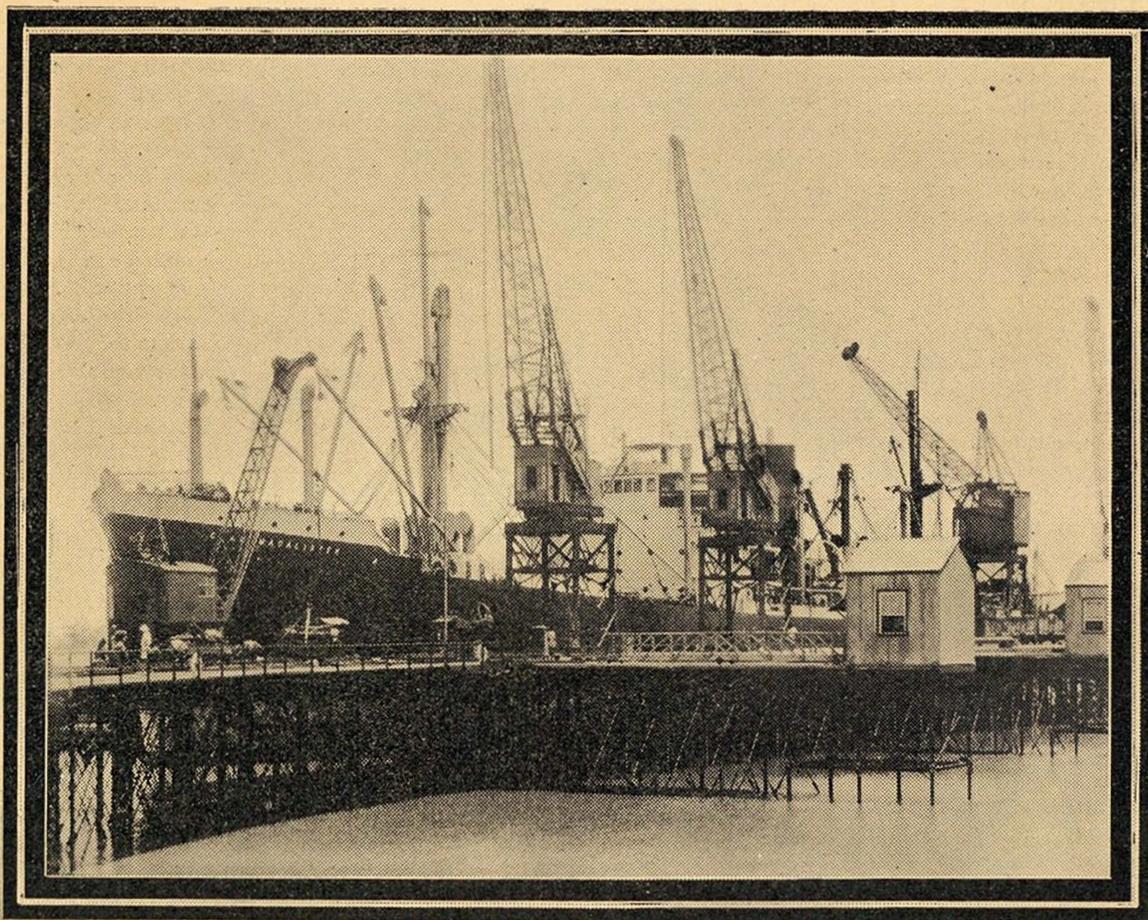
Quanto á importação foi ela na 1.ª fase num total de 1.398.521 toneladas enquanto nos primeiros anos da 2.ª fase (1919 a 1928), foi de 1.510.703 toneladas.

A baldeação igualmente aumentou, tendo já atingido 100.000 toneladas, o que mostra o desenvolvimento dos portos costeiros e a situação privilegiada da Beira em relação a êles.

Sendo o facto "carga a carregar e descarregar" a condição essencial para se classificar um pôrto como bom, pelos números vê-se que o Pôrto da Beira tem de ser considerado um dos primeiros portos da África, porque raro é o navio que entra ou sai em lastro.

A maior parte do seu tráfego é em transitio internacional constituído por mercadorias de e para as Rodésias, Congo Belga e Niassaland inglês.

Ao mesmo tempo que se formava a Companhia do Pôrto da Beira e se principiavam as obras, os caminhos



OUTRO ASPECTO DO PÔRTO DA BEIRA

PÔRTO DA BEIRA

MOVIMENTO GERAL DO PÔRTO DA BEIRA REFERENTE AO ANO DE 1932

ENTRADAS						SAÍDAS				
Nacionalidades	Num. de Navios	Tonelagem bruta	Carga descarreg. ^a	Carga baldeada	Passag. ^{os} desemb. ^{os}	Numero de Navios	Tonelagem bruta	Carga carregada	Carga baldeada	Passageiros embarcados
NAVIOS DE LONGO CURSO										
Portugueses	25	183.811	8.262	3.069	505	26	188.562	24.413	24.581	1.252
Inglezes	256	1.687.740	114.567	2.192	2.527	259	1.700.619	133.449	19.848	3.207
Holandeses	35	192.586	12.878	626	164	34	186.820	27.056	15.065	398
Alemães	28	230.312	8.285	1.042	496	29	238.889	36.166	15.054	924
Italianos	26	167.252	3.562	20	64	26	167.252	25.286	5	143
Japoneses	13	120.398	4.709	—	12	13	120.398	709	—	37
Americanos	12	77.736	3.557	—	8	13	83.348	20.650	1.200	6
Suecos	6	26.929	4.026	—	—	6	26.929	9.497	—	—
Noruegueses	4	18.302	734	—	—	4	18.302	6.200	—	3
Gregos	3	12.184	—	—	—	3	12.184	19.709	—	—
Franceses	1	4.484	1.788	—	—	1	4.484	—	—	—
TOTAL	409	2.721.734	162.368	6.949	3.776	414	2.747.787	303.135	75.753	5.970
NAVIOS COSTEIROS										
Portugueses	62	85.528	1.304	21.245	176	62	85.528	1.359	3.495	147
Inglezes	38	69.762	1.209	20.491	23	38	69.762	311	397	20
Holandeses	27	23.019	39	15.159	19	26	22.124	108	412	18
Alemães	20	27.740	1.054	15.296	12	20	27.740	408	936	5
TOTAL	147	206.049	3.606	72.191	230	146	205.154	2.186	5.240	190
TOTAL GERAL	556	2.927.783	165.974	79.140	4.006	560	2.952.941	305.321	80.993	6.160

de ferro atendendo ás conseqüências dos córtes na linha férrea, provocados pelas cheias na planície do Rio Pungüê a cerca de 30 milhas da Beira, cheias que em 1926 chegaram a provocar um período de 4 meses de interrupção no tráfego, resolveram proceder a grandes trabalhos, aterros, variantes na linha e balastragem, construção de pontes e grandes viadutos, terminando assim com tais interrupções.

A construção da nova ponte sobre o Rio Pungüê nêsse local e 7 viadutos de comprimento variando entre 200 e 500 metros, é uma das partes mais importantes desta série de trabalhos que começaram em 1927 e terminaram em 1931.

Acompanhando êsses trabalhos foi o material circulante também aumentando em grande escala, importando-se muitos salões, vagões restaurantes, frigoríficos e vagões para carga e locomotivas Garrat.

Para se fazer uma ideia da diferença no trabalho do pôrto e conseqüentes vantágens para a navegação, apresentamos o mapa seguinte:

ESTADIA DE NAVIOS DE LONGO CURSO NO PÔRTO

DEMORA	ANOS E NÚMEROS DE NAVIOS					
	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Até 5 dias	193	233	269	270	321	340
de 6 a 10 »	80	102	74	105	68	40
> 11 » 20 »	93	72	77	74	49	31
> 21 » 30 »	35	12	17	10	5	3
> 31 » 40 »	13	1	—	1	—	—
Além de 40 »	9	—	—	—	—	—

Embora a carga tivesse aumentado, bem como o número de navios, no entanto a demora dos navios no pôrto baixou consideravelmente, desaparecendo as grandes estadias que eram freqüentes até 1928.

Tendo em vista a despesa diária de um navio, pode avaliar-se da economia que resultou para as companhias de navegação.

Possue o pôrto rebocadores para atracação dos navios, para pilotagem e para serviço de batelões, sendo o seu número de 14, além de 21 pontões e 151 lanchões para serviço de cargas e descargas, tendo todo o material moderno e pertencente a várias companhias.

Beira, 28 de Março de 1933.

Racu Santos

Alimentemos, por todas as fórmãs, o fogo sagrado da Pátria na alma dos portugueses ausentes do abençoado sólo em que nasceram, não apenas para que êles espalhem a fama das nossas glórias passadas, mas tambem, e principalmente, para colaborar com afinco na obra de reabilitação nacional, que não pôde ser realizada apenas de fronteiras a dentro, mas tem de provir do concurso de forças vindas de toda a parte onde palpita um coração português.

BENTO CARQUEJA

ÁLVARO DE CASTRO

SENSIBILIZOU-ME até á comoção a ideia desta homenagem.

Creio que a maioria dos rëpublicanos, quási a sua totalidade, a receberão com carinho.

Os amigos mais chegados ao querido morto apreciam-na em recolhimento porque lhes tocou o coração. Eu por mim confesso-me profundamente reconhecido, lamentando apenas que estas minhas singelas palavras não possam contribuir para o engrandecimento dessa homenagem.

No entanto aqui ficam tão modestamente, como cheias de verdadeira amizade e eterna saúde.

Dos grandes mortos da Rêpública, Álvaro de Castro é dos que mais se impõe á nossa consideração e respeito, porque em vida foi também dos que mais por Ela sofreu no intuito de A prestigiar.

Por qualquer dos aspectos por que o encaeremos encontrámo-lo sempre grande e nobre.

Como parlamentar marcou brilhantemente a sua posição desde a Constituinte. Profundos e conscienciosos são os variadíssimos discursos que proferiu. Como homem de govêrno dura ainda na memória de todos a sua assinalada passagem pelas pastas que sobraçou: Justiça, Guerra, Colónias, Interior e Finanças.

Nos últimos tempos da sua vida ministerial, como ministro das Finanças, deu o maior esforço de ressurgimento financeiro que até hoje foi possível dentro da Rêpública.

Iniciou então, denodadamente, o grande cerceamento das despesas públicas e entrou arrojadamente pelo caminho radical das medidas de receita; isso valeu-lhe a reacção ousada e violenta dos conservadores, mas teve a consagração e apoio de todas as classes rëpublicanas e operárias que lhe fizeram uma das maiores manifestações populares vistas nas ruas de Lisboa.

Como colonialista, a sua acção em Moçambique impôs-se á consideração de todos os portugueses até mesmo, á dos seus maiores adversários políticos. Essa grande obra em além-mar, colocou-o a par das muito raras grandes figuras de colonialistas portugueses.

O seu magnífico aprumo político e a sua nobilíssima estrutura moral, fóra e acima de

tôdas as suspeições, deram-lhe o enorme prestígio que êle manteve imaculado até a morte. A' sua moral não há uma única reticência a pôr.

Sob êste aspecto foi um dos maiores exemplos. Ninguém o excedeu jamais.

Pode afirmar-se, sem receio, que Álvaro de Castro foi, dentro da Rêpública, o mais esperançoso de todos os estadistas.

Além de homem de govêrno e de gabinete, Álvaro de Castro era também o doutrinário que pela defesa dos princípios sabia bater-se galhardamente em todos os campos.

A sua vida foi de luta acérrima na defesa da democracia. Foi sempre um liberal, um democrata, um rëpublicano em toda a extensão da palavra.

Dêle se pode bem dizer, ainda hoje, que se mais não lutou e sofreu foi porque morreu bem cedo.

A Rêpública estava-lhe na inteligência e no coração; todas as suas faculdades foram postas ao seu serviço e os seus maiores estremecimentos foram por causa Dela e em sua defesa.

Êste grande português, que em vida só procurou honrar a Pátria e a Rêpública, morreu pobre e na sua morte não permitiram que os jornais lhe fizessem qualquer referência, nunca negada nem ao mais mísero dos homens.

Quando um dia em Portugal os rëpublicanos lhe prestarem a grande homenagem que lhe devem porque a mereceu, penso que a maior consagração que poderão fazer-lhe será a de esculpirem, na praça pública, por debaixo do seu nome, a frase "*Viveu e morreu ao serviço da Rêpública*".

Eu por mim quero honrar-lhe a memória, ainda que apagadamente, continuando a considerá-lo, sincera e permanentemente, em espírito, o Chefe e dirigente dos meus pensamentos políticos.

E só eu sei e aprecio o enorme prazer espiritual e a grande tranqüillidade mental que me dão esta confissão e esta homenagem.

Lisboa, Março de 1933





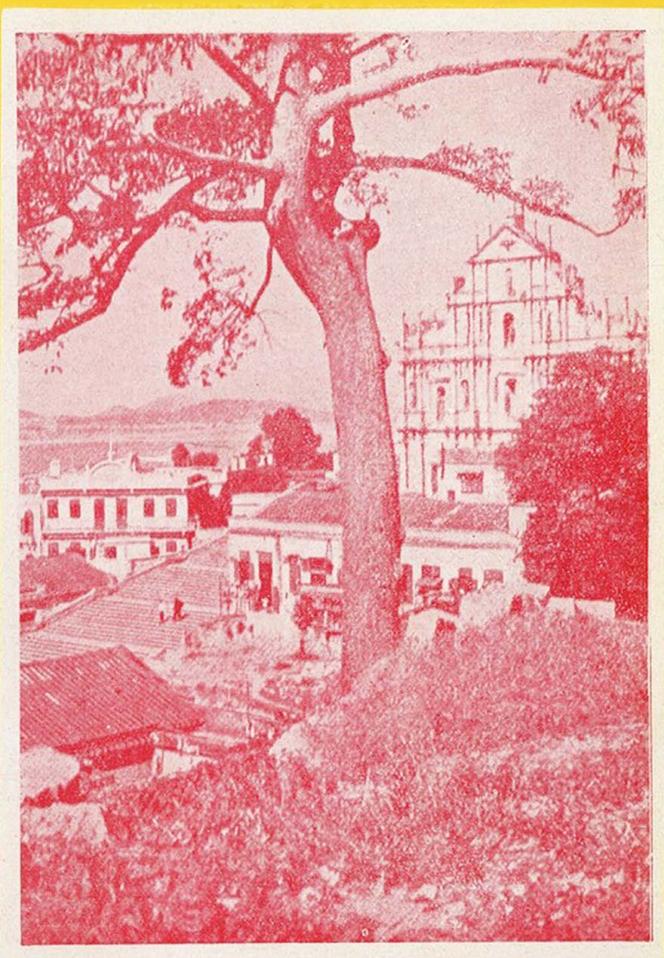
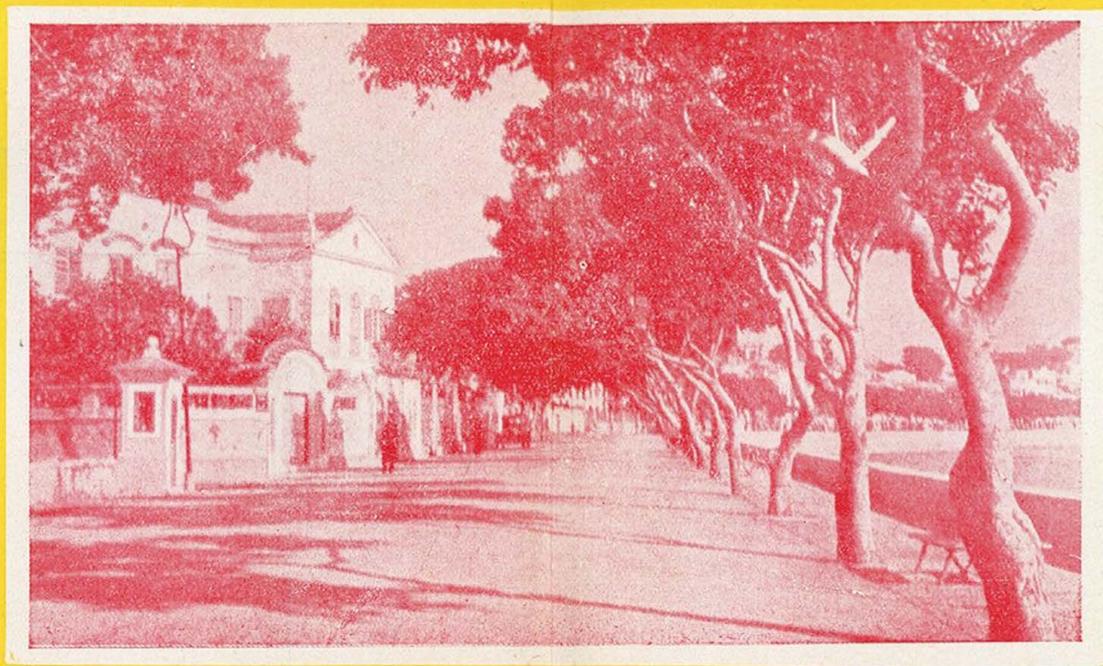
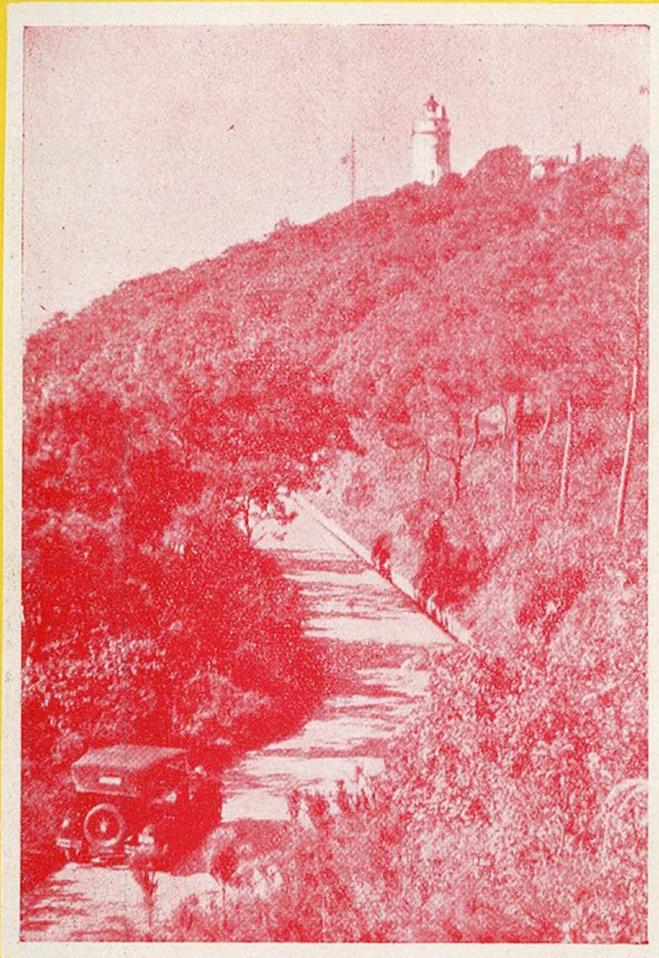
Dr. Álvaro de Castro

Nenhum homem público português dos nossos dias mereceu tanto como Álvaro de Castro o ficar sendo um símbolo — já pelas próprias virtudes que o distinguem, já pelo destino que lhe coube em sorte numa hora de provação e de ensinamento para a consciência democrática do país. Proponho que, mal possamos, lhe ergâmos todos um monumento, e que êsse monumento seja uma escola.

Santiago de Compostela, 1-3-33.

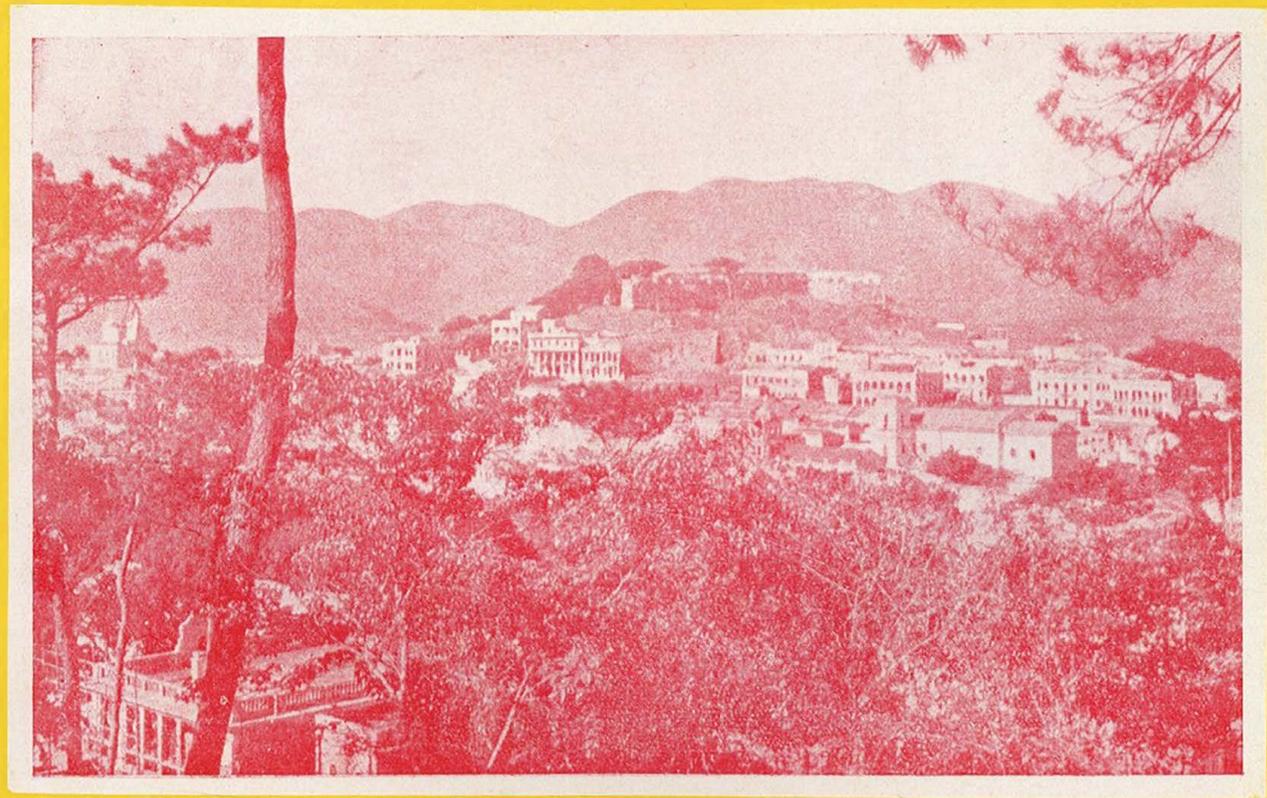
Antonio Fergis

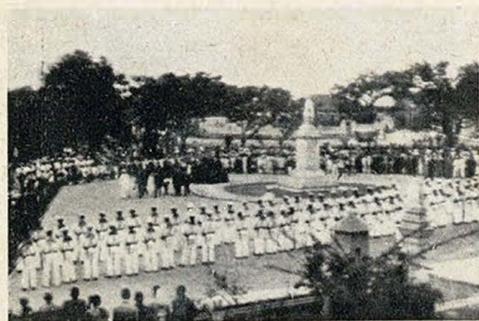
ANTIGO MINISTRO DA INSTRUÇÃO
PÚBLICA.



MACAU

O Farol da Guia, o primeiro construído nos mares da China.
A linda Avenida da Praia Grande.
Fachada da célebre igreja de S. Paulo, construída em 1602 com o auxílio dos japoneses católicos, devorada por um incêndio no dia 26 de Janeiro de 1835.
Vista parcial do porto.
O Forte do Monte da Guia construído em 1765 que fez frente às forças holandesas que marchavam sobre a cidade, naqueles dias tristes em que os holandeses queriam tirar a Portugal o poderio ultramarino.





1



2



3



4



5



6



7



8



9

ANGOLA - LUANDA

- 1 Homenagem a Salvador Correia, o restaurador de Angola.
- 2 Memoria a Paulo Dias de Novais, fundador da cidade.
- 3 Camara Municipal.
- 4 Estação do Caminho de Ferro Luanda-Malange.
- 5 Excelente trecho da Avenida Salvador Correia.
- 6 Avenida do Hospital.
- 7 Fachada da Sé.
- 8 Fachada do Hotel Paris.
- 9 Á hora da sesta, no tempo quente, o movimento é o que se vê!...

PORTUGAL

TRES

SO

NE

TOS

ALPENDRE ORIGINAL DA EUROPA, INTRANSIGENTE EM SUAS TRADIÇÕES E EM SUA LÍNGUA E ARTE; POIS QUÍS SER SÓ, PÔR SUA CASA, INDEPENDENTE, E PÔR UM SÊLO PELO MUNDO EM TÔDA A PARTE.

POETA E LAVRADOR, LAVROU A ESPUMA LINDA DOS OCEANOS, NUMA AUDÁCIA QUE O UFANA; E LAVRA O OURO (COM *CONTRASTE*) E A PRATA AINDA, FRISANDO A FRÁGIL, FINA, FLÚIDA FILIGRANA.

COM ARTISTAS E HERÓIS E SÁBIOS DE VALIA, E UM *POEMA*, E O ESTILO *MANUELINO* (SEU APENAS), E *CARTAS-DE-MAREAR*, E O *SEXTANTE* QUE GUIA,

TEM SIDO SEMPRE PORTUGAL, MOÇO E FECUNDO, (DEPOIS DA GRÉCIA ANTIGA), ENTRE AS NAÇÕES PEQUENAS, A EXPRESSÃO NACIONAL MAIS RÚTILA DO MUNDO.

LÍNGUA PORTUGUESA

SÊLO DE PORTUGAL, Ó LÍNGUA ÉS RUDE E BRANDA COMO UM RETRATO QUE DA NOSSA ALMA FOSSES:

- COM *EXPRESSÕES VIRIS* ONDE A BRAVURA ANDA,
- *DIMINUTIVOS* MUITO MEIGOS, MUITO DOCES.

ÉS COMO O OCEANO QUE SOLUÇA E RI E BRADA:

- *ESTÂNCIAS* DE CAMÕES, SIMÉTRICAS, ROLANDO...
- *ALEXANDRINOS* (VAGALHÕES Á DESGARRADA)...
- E *REDONDILHAS* A PLANGER DE QUANDO EM QUANDO...

TU BAPTIZASTE A BEIRA-MAR DOS CONTINENTES, FAZENDO A *NÁUTICA* CERTEIRA E OS *ASTROLÁBIOS*, SEMEANDO TERMOS PELAS LÍNGUAS DE OUTRAS GENTES;

ACHASTE, AO LONGE, EM NÉVOAS A *SAUDADE* PURA; — PORISSO, QUANDO SÁIS DA ALMA, OS NOSSOS LÁBIOS ABREM-SE EM PÉTALAS COM BEIJOS DE TERNURA.



O PORTUGUÊS

DE

MAR

QUES

DA

CRUZ

CORPO MEÃO, MORENO-CLARO, ALTA A CABEÇA, OLHOS CASTANHOS, PEITO RIJO, O ROSTO ABERTO; FRANCO COMO NINGUEM NO MUNDO (QUE EU CONHEÇA), E, COMO BOM *LATINO*, BEM *LADINO* AO CERTO.

MARUJO, NEGOCIANTE, AVENTUREIRO, PREZA Á ANTIGA, VERTICAL, CONSTANTE SERIEDADE; E, LAVRADOR, CULTIVA A PLANTA DA TRISTEZA NO CORAÇÃO (QUE É A CAÇOILA DA SAÚDADE).

VALENTE E RÁBIDO, SE ACASO ALGUÉM O APOUCA, (MAS LOGO MEIGO, SEM QUALQUER RESENTIMENTO, PORQUE TRAZ SEMPRE O CORAÇÃO AO PÉ DA BOCA).

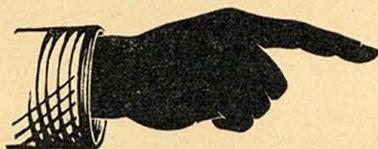
MOSTRA CONTRASTES NOS SEUS GESTOS, LADO A LADO:
— CANTA E SOLUÇA; É FINO E RUDE, NUM MOMENTO;
— AGARRA UM TOURO Á UNHA E CHORA A OUVIR UM FADO!

CALÇADO

FOX

O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo



MACAU—Terra da doce saúde!

A mais antiga colónia europeia no Oriente longínquo
O único e desejado porto no mar da China,
para os tristes marinheiros

POR EDGAR ALLEN FORBES

(In-The National Geographic Magazine de Washington)

TRADUZIDO ESPECIALMENTE PARA ESTE BOLETIM

PELA DOUTORA FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO



OM o devido respeito á dignidade do grande porto de Hong-Kong e á atmosféra rarefeita do pico da Vitória, devo declarar francamente que a China Meridional não é um local propício aos poetas.

Seis meses do ano, o ar que se respira, semelha-se ao de uma lavandaria e é tal a humidade que

dá a impressão, que se fecharmos a mão, espreme-mos água.

De noite o calçado cobre-se de um bolor luxuriante. Acorda-se com a estranha sensação de que os pulmões se transformaram em fatias de queijo Roquefort.

Ora, com tais condições atmosféricas, pessoas de temperamento artístico não podem desenvolver a poesia, a canção. Nem podemos pretender, que os distritos vizinhos de Cantão e de Si Kiang produzam emoções tão fortes que possam ser expressas em sonetos, odes e líricas.

Contudo a 40 milhas do pico Vitória, há uma pequena colina arborizada, onde um Homem de alma inextinguível, respondeu nobremente ao apêlo dos Deuses, criando uma epopéa imortal.

Posto que três séculos e meio tenham passado, o Olímpo ainda se inclina para o memorável jardim e muitos poetas, de muitas terras, têm o hábito de ir ali colher a inspiração dos seus êxtases e espargir tristezas nos seus versos e elegias.

Em homenagem ao grande cantor, algumas estâncias têm sido cinzeladas no mármore branco, e colocadas na entrada da gruta.

UM LUGAR PEQUENINO COM UMA GRANDE HISTÓRIA

O lugar é Macau; o virgiliano cantor Luís de Camões. Os Lusíadas a recordação eterna, a lembrança á Humanidade de que os Portugueses foram uma raça de ousados navegadores, na grande era das descobertas. Nêsse exílio, solitário, sentado num jardim inculto, dominando uma bela enseada do Mar da China, Camões tornou-se e á sua terra Imortal. Quando Nadir Shak levou para a Pérsia o trono de Pavor de Delhi não levou do Oriente joia tão inestimável como a "imortal canção" com que o Príncipe dos Poetas voltou ao seu amado Tejo.

Macau não é apenas a extremidade de uma singela ilha de Heungsham pertencente á China. A área portuguesa incluindo duas pequenas ilhas adjacentes, tem perto de 12 milhas quadradas. E' um lugar como há poucos no

Oriente, tão cheio de beleza e de interêsse. E' a mais antiga colónia europeia no Oriente longínquo e foi, por muito tempo, o único porto de refúgio para acalmar a tristeza e nostalgia dos marinheiros, navegando no mar da China. Seu modesto farol, no Forte da Guia, foi o primeiro que iluminou a balisa da costa do Império Chinês. Seu pequenino cemitério, o local onde o europeu encontrava a tranqüillidade do Alem.

Macau é o "Monte Carlo" do Oriente. Unico lugar do mundo onde as casas de "fantan", fábricas de ópio e bilhetes de lotaria financiam um govêrno colonial. (1) É, sem contestação, uma das mais belas cidades do Extrêmo Oriental.

"As nuvens que se acumulam no cume das montanhas parecem repousar ali amorosa, languidamente".

Porêm, se estabelecermos um paralelo com Hong-Kong, os daqui dirão que é uma cidade de pouco interêsse e que não se justifica uma visita demorada a Macau.

Dêste modo os barcos de carreira funcionam com um horário, que, se o viajante insiste em ir a Macau pode chegar ali pelo meio-dia e regressar ás 2 horas.

Tempo considerado mais que suficiente para visitar a cidade, embora o turista se demore em Hong-Kong 8 ou 10 dias.

Não se explica tal conceito, pois que Hong-Kong oferece apenas um passeio de tramway ao Pico, uma volta no Jardim Botânico, no Reservoir, terminando pela visita ao Happy Valley que serve de cemitério e de Prado de Corridas. Assim, muitos viajantes não vão a Macau, nem mesmo para uma demora de 2 horas. Talvez, dentro em pouco a viagem possa fazer-se de aêroplano sem desembarque. O jardim de Camões vê-se perfeitamente do alto e o nacional jogo do fan-tan pode apreciar-se pelos telhados de vidro, emquanto voarem sôbre a cidade.

UMA VIAGEM NO "SUI AN"

A atrofia de imaginação e sentimentalismo está reflectida no nome dos vários barcos que fazem a travessia de Hong-Kong a Macau.

Esperaria naturalmente o viajante encontrar o nome de "Luís de Camões", dos "Lusíadas", ou mesmo o de "Druida" em memória do pequeno mas esforçado

(1) — *N. do B.*: Isto que o autor afirma, está muito longe da verdade.

navio comandado pelo Capt. Lord Henry Churchil que está sepultado no velho cemitério protestante de Macau.

Mas, não. O barco chama-se "Sui An". Se o seu nome nada diz, o barco no entanto é bonito, muito próprio para pic-nics e o viajante americano sentado no convés pode facilmente imaginar-se a caminho da ilha Coney. Uma das particularidades mais interessantes que notamos em todos os barcos é a presença de um guarda.

Armado e equipado, passeia serenamente no convés infundindo confiança ao viajante como a dizer-lhe — "Não tenha receio! Que estou aqui". Apesar de muito pitoresco e divertido é todavia de grande utilidade, por causa dos piratas que infestam o Mar da China.

Este homem, que mal deixa ver o rosto encoberto nas barbas espessas, é uma alma forte que está preparada a defender-vos com risco da própria vida. Quem já fez a viagem, não esquecerá nunca figura tão abnegada.

O "Sui An" começou sua carreira marítima na Scottish Highlands. Era airoso e veloz. Mas a longa estadia no Oriente causou-lhe uma lassidão, aliás nada de estranhar nesta parte do mundo. Vai rodando suas hélices negligentemente, oferecendo todos os detalhes nas três horas que gasta a chegar a Macau. Avistando o farol o "Sui An", entra na mais bela baía do Oriente. A visão guarda a recordação da arquitectura clara da Europa meridional — casas com terraços, cor azul, rosa, amarelo, espalhando-se tudo sobre um bonito e arborizado cabo. O aspecto geral da paisagem apreciada do vapor é sugestiva e lembra uma alegre e risonha praia do Mediterrâneo

ao longo de Riviera. As cores das casas à portuguesa levou Frederic Courtland Penfield a denominar Macau "um arco iris encachado no Oriente".

Então o "Sui An" entra no dique e dá duas horas antes de voltar ao Pico Vitória.

Portugal, Índia, África Ocidental na China.

Quem conhece a história de Honolulu sabe que Ah Fong, o milionário plantador de açúcar, deu suas filhas em casamento a oficiais da armada americana. Já velho, fundou Diamond Head e Waikiki. Desejando porém local mais sedutor, para terminar seus dias, dirigiu-se a Macau. E construiu aqui na Praia Grande a sumptuosa avenida semelhante a Bubling Well Road de Shanghai, á Connaught Drive de Singapura, à Onten den Linden de Berlim.

Segue ao longo do cais por entre árvores mais de milha e meia. De um lado edificações sólidas e aparatosas. Entre as melhores salienta-se a de Ah Fong.

Há também alguns pertencentes a chineses ricos, que vivem em Macau não só pela amenidade do clima, mas porque suas cabeças estão mais seguras sob a protecção da bandeira portuguesa. A Praia Grande é uma avenida fresca e sossegada e conduz a uma praça que é o vestibulo da gruta e do jardim de Camões. Esta praça é sem rival na China. Póde ser igualada à de Luneta de Manila. E' pequenina, uma miniatura de uma praça pública, fronteira a uma baía em fórmula de crescente. E' tal a beleza que se desprende, que nos podemos tornar românticos mesmo sem o querermos.

Seu maior esplendor é aos domingos e dias feriados.

CARTONAGEM LUSO-AMERICANA L.^{TDA}

CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO

FABRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA

ENVELOPPES EM GERAL

RUA DOS INVALIDOS, 137 — TEL. 2-3815

RIO DE JANEIRO

A banda da guarnição portuguesa executa seu repertório clássico com a mesma facilidade e perfeição da Constabulary Band de Filipinos.

Acorre a elite macaense; crianças chinesas e europeas; raparigas portuguesas de lindos e sonhadores olhos negros, que flirtam discretamente com os jovens oficiais.

Esta romântica praça causa ao turista profunda emoção.

Uma página arrancada a uma geografia!

Aqui, passeia gravemente um oriental, um sargento com a cabeça envolvida no turbante listado. O que fará aqui este Hindu? Pertence ao batalhão que veio de Goa.

Além, um grupo de soldados pretos, na cabeça o fez vermelho. Claramente que não são Portugueses, nem Hindus, nem Chineses. Entre a variadíssima etnografia espalhada no Oriente nada se vê como este grupo. Súbitamente um dos soldados deita a cabeça para trás e ri, ri perdida e longamente. A identificação é instantânea e completa — não há engano naquele riso. E' o mesmo que se ouve nos diques de Ohio e do Mississippi. E' natural da África e são tropas das colônias portuguesas do quente continente negro. Aqueles, que viveram na fronteira francesa do Senegal, na inglesa da Serra Leoa, na Libéria, na Monrovia, no Sudão, no Nilo Superior recordam-se no momento observando o grupo.

O "Hall dos Clássicos" em Macau.

Ao aproximarmos-nos do famoso jardim de Camões, recebemos um ar que é uma reminiscência da longínqua terra do poeta exilado, a terra que ele serviu e amou.

— N'uma mão a espada, noutra a pena...

Casa um ligeiro nevoeiro quando fiz

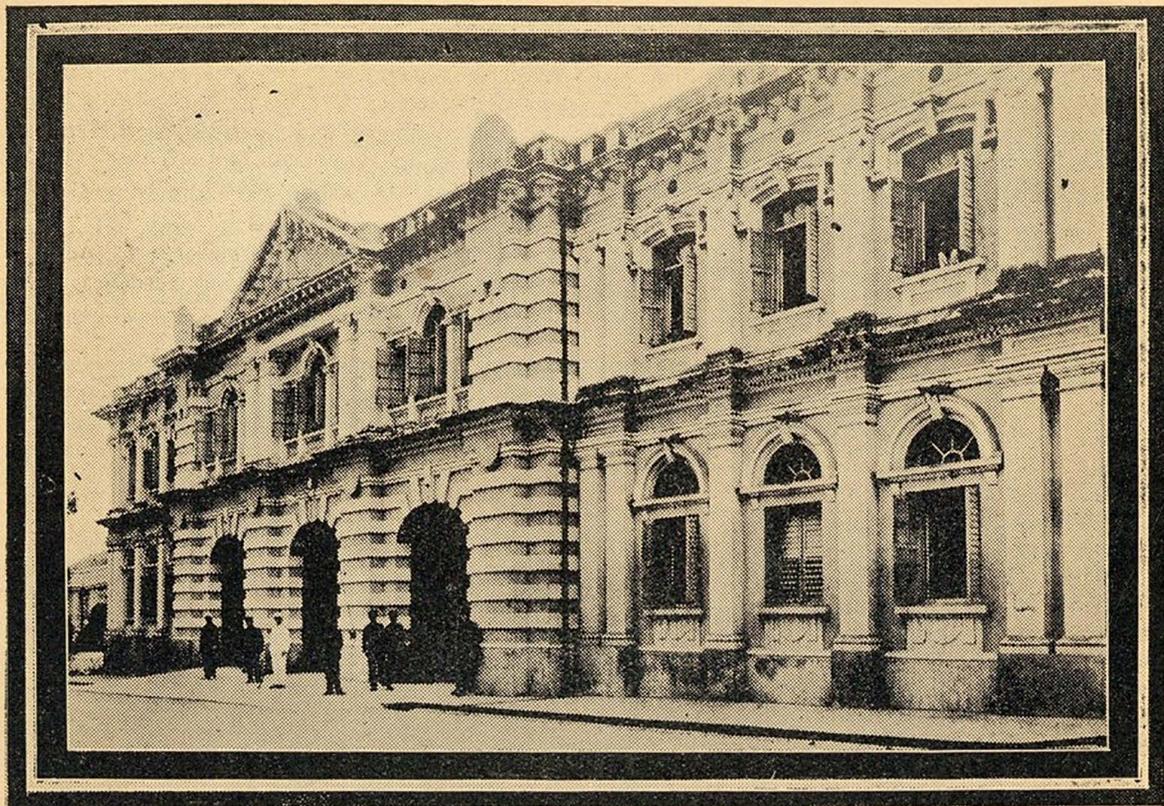
minha primeira peregrinação ao relicário — um nevoeiro poeticamente sugestivo, carregadinho de memórias do exílio. Senti a tentação de pedir ao chefe da Banda que tocasse a ouverture do "Poeta e o Aldeão" para que ao som da orquestra, eu esboçasse uma cena ideal!

Lêvemente elevado sobre a praça, sombreado por grandes ramos de majestosas árvores é um pequeno retiro fechado por uma grade de mármore. Ali, o contemplativo pode ficar em profunda meditação.

Talvez o sítio preferido de Camões nas suas horas de maior tristeza! E' tão plangente e melancólico que



MACAU — ESCOLA CHINESA



MACAU — ESTAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

fechando os olhos, ouve-se como chuva a cair no túmulo de fanadas esperanças.

... Nêste país.

De suave tristeza me acudiam

à memória as lembranças do passado.

NA TERRA DA DOCE SAÚDE

Nenhum exílio soube falar mais subtilmente do que êste. A estância continua na mesma toada, parece gotear memórias inesquecíveis, aspirações não cumpridas, temores sem nome.

Entre êste retiro e a entrada da gruta, estão agrupadas altas lousas de mármore. Gravado em várias línguas o mais nobre "requiescat" que exalta o génio do inimitável cantor. Não sendo tão altas como as pedras do Adro do Templo de Confucio em Peiping, estas páginas de mármore invocam a acção e o valor do imortal épico.

O govêrno de Macau inspirado pela generosidade e beneficência do rico Lourenço Marques embelezou o memorável jardim e mandou gravar as inserções.

Depois de lermos os louvores a Camões, cantado e apreciado em tantas línguas, há a convicção de que uma grande estátua se erguerá diante de nós para que de alma ajoelhada nos posternemos.

Não existe tal monumento. Logo que se entra no copado tunel que leva à gruta vê-se um modesto busto de bronze. Por baixo uma lousa onde gravaram alguns dos mais belos versos do "imortal poema". O expressivo

cantor do heroísmo e da glória portuguesa em vez de se erguer majestosamente em alto pedestal à brilhante luz do sol de Macau, está escondido na sombra do local sagrado que tanto amou, onde verteu as amargas lágrimas da saúde.

Perto da gruta de Camões há um outro jardim. Raramente visitado. E' o God's Acre, o cemitério dos ousados pioneiros que morreram no mar da China quando não existia em Hong-Kong o "Happy Valley". Ali jazem os homens de Salem e de Boston, que navegaram em busca das riquezas orientais e encontraram apenas a solidão do túmulo.

Um dos maiores nomes que se lê numa lousa desse obscuro cemitério oriental é o de Robert Morrison missionário protestante. Um dos primeiros homens que mostrou a influência que destronou a dinastia de Manchu.

Seu trabalho de grande valor foi todo dedicado ao despertar da China. Escreveu o Novo Testamento em Chinês, e um dicionário inglês-chinês em 6 volumes que revela a paciência e o esforço do nobre missionário. Êste dicionário é denominado "a chave que abriu os clássicos chineses ás ciências ocidentais".

Foi uma passagem de grande alcance na célebre muralha chinesa, por onde o Ocidente pode conhecer um pouco do Oriente.

Seu nome prende-se ao de Confucio pela influência que exerceu e os proventos que resultaram de sua obra. Um dia, quando todo o império se tornar a primeira república do Oriente é de esperar que alguém se lembre de adornar a modesta sepultura, que guarda tão audaz pioneiro. Há ainda dois outros grandes homens que não

devo esquecer. Um, Wells Williams (autor do Middle Kingdom), igualmente notável na literatura chinesa. Em Macau, sob a bandeira portuguesa, encontrou lugar conveniente para editar em chinês. O outro foi o ardente apóstolo S. Francisco Xavier que frustrado o seu desejo de levar a Cruz de Cristo à China, morreu numa ilha a 30 ou 40 milhas de Macau.

VISTA DE MACAU

Os seguintes pormenores não são para um viajante apressado!

Esse observa os factos essenciais por um guia. Seu olhar abrange a linda paisagem enquanto o "Sui An" entra vagarosamente no dique.

O "coolie" espera-o. Um passeio pela gruta do poeta, um rápido olhar á imponente fachada arruinada de S. Paulo, uma ligeira vista ao jogo do "fan-tan", dois minutos numa fábrica de ópio, 10 na de estalos da China, uma visita á Porta do Cêrco e Macau está visto — pelo menos na opinião de alguns turistas. Voltam ao cais.

Vejam os sossegadamente com olhos de ver.

A Porta do Cêrco é hoje como um arco de triunfo, ornamentada com ramos de venerandas árvores, parecendo uma corrente. Dá idéa de que Portugal está ali encadeado pela China. O sítio é rialmente histórico e mais do que o viajante pensa. E' o local onde em 1537 o mundo ocidental pôs pela primeira vez os pés. E' verdade que Magalhães chegou ás Filipinas mais cedo mas só em 1567 Legospi estabeleceu uma colónia em Cebu.

Em 1557 era oficialmente concedido aos portugueses a permissão de ficarem em Macau. Em 1573 o govêrno

chinês levantou uma barreira na extremidade do ístmo. Seis vezes no mês abriu-se a porta para a entrada de provisões, defendendo-se dos direitos por causa do elevado pagamento anual.

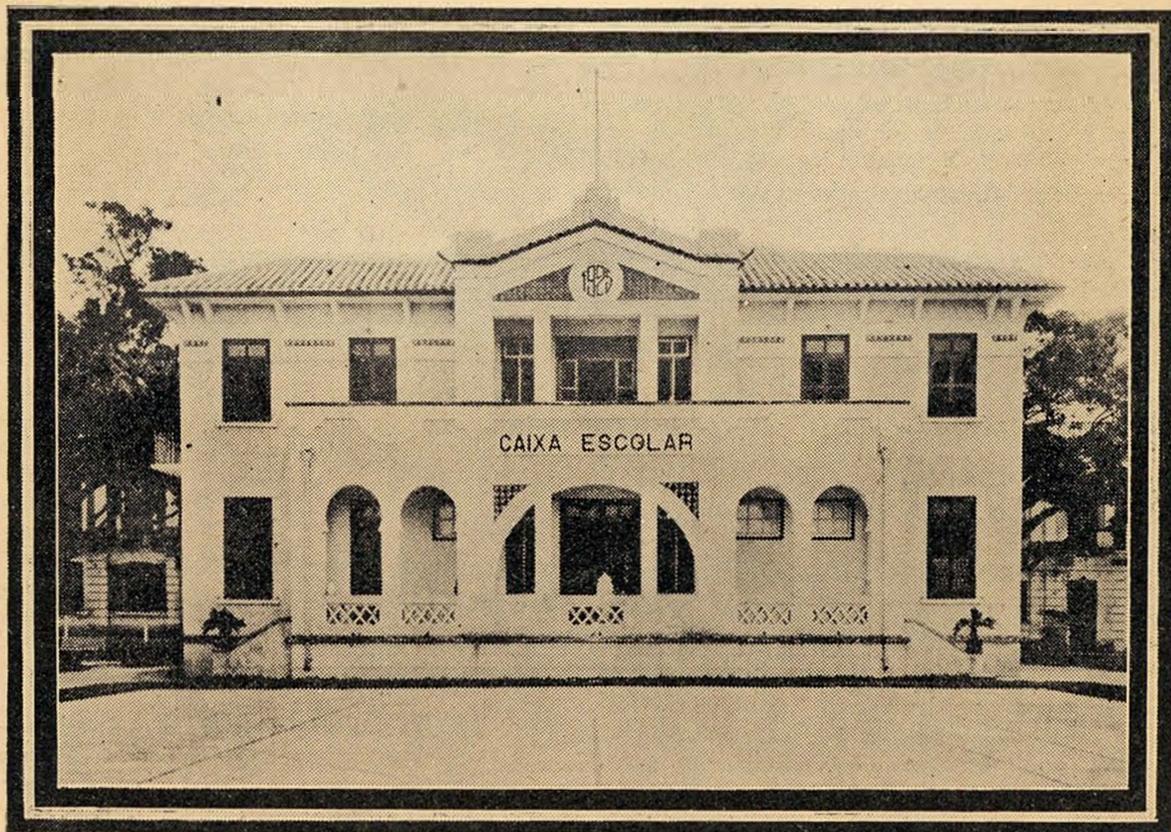
Isto terminou abruptamente em 1849 quando o govêrno português se recusou a pagar e expulsou os officiais chineses, mandando fechar o portão. A actual porta do Cêrco foi erigida em comemoração do acontecimento mas sòmente em 1887 a soberania portuguesa foi finalmente reconhecida.

Com soldados portugueses de um lado e representantes da República Chinesa do outro a porta do Cêrco parece a linha neutra de Gibraltár com ingleses de um lado e espanhóis do outro.

Voltando á beleza da cidade e ao que oferece de notável, paremos num dos arredores. Observêmos, aprendamos mesmo o manejo hábil dos pirotécnicos. O processo de preparar estalos da China é tão simples, que em menos de duas horas se aprende.

Preparam-se primeiro tubos de papel fino. Em volta cola-se papel vermelho. Reünem-se duas filas destes tubos formando um rolo. Cobrem-se as extremidades com papel branco. Faz-se depois, com um furador, um furo rápido e deita-se primeiro um pouco de terra, depois polvora, o rastilho e de novo terra. Enrola-se o número preciso formando um pacote, cola-se um rótulo caprichoso e está pronto o trabalho.

Os chineses fazem os estalos dêste modo há muitos séculos, adquirindo por isso grande destreza e paciência. E um fósforo destrói num momento tanto trabalho!



MACAU — CAIXA ESCOLAR

O celestial jogo nacional fan-tan é outro monumento erigido á paciência do povo chinês. E' um jogo que não entrou ainda no mundo Ocidental, por sua morosidade. A superioridade de Macau no fan-tan não é devida ao gosto dos portugueses pelo jogo, mas porque é um dos alicéres do govêrno da colónia. Há muitos outròs lugares onde o fan-tan é uma diversão ou um vício.

Em Macau é um beneficio. Sendo uma das extremidades que tem Hong-Kong e Cantão nas outras duas é fácil compreender como a cidade portuguesa com a sua colocação e facilidade de conduções adquire larga e proveitosa clientela. O chinês ganha o dinheiro na China. Gasta-o no fan-tan e na lotaria em Macau, pelo instinto do jogo que acompanha o oriental do berço ao túmulo.

Ficam a bem com as consciências porque auxiliam com o jogo casas de caridade.

Aqueles que estão familiarizados com o vício doutrado de Mônaco, compreendem depressa o de Macau.

Não há palácios soberbos nem luxuosos casinos. As casas de fan-tan são monótonas e vulgares. Há uma sala grande mobilada á européa. O chá e as pevides torradas de melão são hospitaleiramente colocados na vossa frente e ás ordens como o "hors d'œuvre". As pevides são para os chineses o que o chicles é para os americanos.

O povo fica em baixo, porém o jogador aristocrático prefere o segundo andar. Um salão. Ao centro luz forte. Uma grade na qual se encosta confusa multidão. Os movimentos dos jogadores vêem-se bem.

A mesa é numerada 1 2 3 e 4 . O jogo é facilimo. Apostase em um só numero ou em todos e qualquer quantia. Coloca-se esta em um pequeno cêsto sôbre o número escolhido. Parece á primeira vista que o banqueiro vai fazer confusão. O espirito chinês trabalha como uma registradora. O banqueiro joga então uma ou duas fichas ou mais e puxa-as rapidamente com a pá. Os jogadores mascando pevides, esperam avidamente o último movimento da pá e cinco ou dez minutos depois o jogo está pronto. Depende do número de moedas deixadas no último movimento. Se tiver apostado no n.º 3 e fi-

carem 3 fichas o jogador ganha o dobro da aposta, menos 10 % de comissão. Se há 1 ou 2 para 4 fichas, perde. O fan-tan não tem o barulho, a nervosidade dos jogos europeus. E' notavelmente tranqüilo. Não tem o bluff do poker, nem a resposta argúta do bridge, nem tão pouco os suicídios de Monte Carlo. Quem perde sai tranqüilamente.

Sonhos do Oriente.

O nome oficial de Macau é "Cidade do Nome de Deus". Não há outra mais Leal. Os portugueses fixaram-se em Macau, para auxiliarem os chineses no extermínio dos piratas, e deter o contrabando do ópio.

O fabrico do ópio é uma das fontes de receita, computada em alguns milhões. Nos últimos anos tem decrescido. O ópio crú vale talvez meio milhão de dollars. Ferve em grandes potes. O cheiro lembra o das casas de chocolate.

Depois de preparado é deitado em tinas.

Nos sítios onde crescem as papoulas cujo suco fornece o ópio encontram-se individuos prontos a trocar a alma por um pouco do ambicionado narcótico.

Sonhos orientais!

Em tudo e por tudo este posto avançado português na China, é a mais curiosa mistura de poesia, de romantismo, de história.

A doce saúde do jardim de Camões é perturbada pelo estalar do jogo feito à mão. Os sinos das igrejas não deixam ouvir o tinir das moedas do fan-tan. O psalmodiar dos ramos sôbre a sepultura de Morrison é interrompida pela fervura do ópio nas grandes caldeiras.

Branças e pequenas nuvens flutuam num céu de azul infinito.

Ao longe, no lódo, brincam semi-nus uns rapazitos chineses.

A mãe enlevada contempla-os

O "Sui An" move-se vagarosamente.

Deixa Macau. Dirige-se a Hong-Kong.

“VINHOS UNICO”

ESPUMANTES

LICOROSOS

PARA MESA, BRANCOS E TINTOS

REAL FINA AGUARDENTE

QUINADO UNICO

Á VENDA EM TÔDA A PARTE

Obras premiadas pela Agencia Geral das Colónias, cuja leitura recomendamos patriòticamente, não só pelo muito que valem como pelo altíssimo fervor lusíada que as inspirou:

O VELO DE OIRO — POR HENRIQUE GALVÃO

PELA NOSSA ÁFRICA — PELO MAJOR COSTA JUNIOR



Brasão da província de

MOÇAMBIQUE

**CONTRA FACTOS
NÃO HA
ARGUMENTOS!**

Procure visitar os

Armazens do Louvre

e convencer-se-á de que, em **MODICIDADE** de preços — *Quantidade* — *Diversidade* e *Superioridade* de seus innumerados artigos, não temem **CONFRONTO**.

Modas, tecidos, lingerie, artigos de cama e meza, alfaiataria, camisaria, calçados, cortinados "Dixie", radios, etc.

Vendas á **VISTA**, ou a **CREDITO**, sem alteração de preços pelo

in-con-fun-di-vel

«PRAZOLOUVRE»

12, Rua da Carioca, 14

(Entre Uruguayana e Travessa São Francisco)

SERRARIA GONZALEZ

Especialidade em Pinho do Paraná

CAIXAS DESARMADAS

FERNANDES GONZALEZ & C.º

End. Tel. **FERGONLEZ**

Tel. 8-5469

Rua Francisco Engenio, 81

RIO DE JANEIRO

Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Séde: Rua 13 de Maio, 33 - 5.º andar

Aberta diariamente, das 16 às 18 e das 20 às 22 horas

Revistas metropolitanas e coloniais

Jornais de Portugal e Brasil

Literatura Colonial

Jornais Coloniais

Fotografias

Estatísticas

Mapas

VISITAI A SUA SÉDE

O início da Colonização Portuguesa

Conferência realizada na "Sociedade de Geographia de Lisboa", durante a Semana das Colônias de 1932

CEBIDA GENTILMENTE PARA ESTE BOLETIM

por CARLOS COIMBRA

Sr. Presidente,

Minhas senhoras e meus senhores:

FALAR da nossa história da colonização é o mesmo que falar de toda a história de Portugal; realmente, logo após que o nosso país adquiriu os seus definitivos limites e assegurou a sua independência na memorável ba-

talha de Aljubarrota, as vistas dos nossos governantes foram para além-mar.

Uma nova cruzada contra o Islam, de processos mais modernos e mais eficientes se organizou, persistentemente se manteve e com brilhantismo se levou a cabo.

Falar do que foi essa marcha para o Oriente, cientificamente organizada, do que foi esse esforço de um povo inteiro mantido durante mais de um século sem a mais pequena quebra, enfim de toda a epopeia marítima e guerreira do descobrimento do mundo por nós realizado não é para a hora presente.

Mas devemos-nos lembrar neste momento que nos deixamos encadear pelo brilho da glória dos navegadores. Colocando-os no pedestal merecido, fomos pouco a pouco esquecendo dessa outra pléiade, talvez menos brilhante para o vulgo, mas não menos heróica, que foi, com o esforço persistente de dia a dia, desprezo do perigo e sacrifício total de pessoas e bens pela nossa Pátria, desbravando a África, o Brasil, o Tibet, civilizando o gentio onde quer que chegou, dotando a Europa com novos mundos, e esses mundos com nova civilização.

E' dêsses que eu pretendo falar, ao menos uma vez prestar a justa homenagem ao seu esforço, ao seu desinteresse e ao seu patriotismo.

Para êsses que foram obscuramente, sem cronistas, sem honras, sem proveitos, obreiros da civilização e da expansão nacional, construindo o Brasil, melhorando a Ásia e humanizando a África, fazendo da nossa língua nascente uma língua imperial e da nossa pequena metrô-

pole, mãe de grandes impérios, para êsses — ia dizendo — devem ir os nossos sinceros agradecimentos.

Perdido o "dom" das conquistas e não restando sobre o globo mais terras por descobrir, a nossa história teria perdido toda a sua grandeza e o seu ritmo heróico se não fôra a sobre-humana cruzada da colonização. Por isso falar da história da nossa colonização o mesmo é que falar de toda a história nacional.

Mas uma das razões que tornam maiores êsses cometimentos — a falta de publicidade — foi também, para nós, causa de graves dissabores. Numa época de decadência, de desinteresse nacional pela causa pública, todos êsses pioneiros da civilização se abandonaram, todos os seus serviços se esqueceram, todos os sacrifícios pareceram ignorados.

Daf o facto de, quando a colonização era fácil, as condições

higiênicas foram melhoradas e a exploração parecia rendosa virem todas as nações, aquelas que nos tinham pirateado — o nosso comércio da Índia, que nos tinham dificultado a pacificação da África e que tentaram apossar-se de territórios que nos pertenciam — segundo a moral e a jurisprudência incontestável e incontestada da época



INFANTE D. HENRIQUE



FERNÃO DE MAGALHÃES

por direito de descobrimento e conquista, afirmar ao mundo, abusando da falta de publicidade dos nossos feitos, que longe de realizarmos uma obra colonial, estávamos reduzidos a uns meros traficantes de escravos, piratas das costas, exploradores do gentio.

Não opusemos em devida altura um desmentido formal e fundamentado a essas acusações, cujo factor principal — a cobiça — se deixava facilmente entrever.

Portanto, todo esse esforço dos nossos coloniais antigos e modernos o fômos nós ignorando, deixando que outros o caluniássem. Conservando-nos nesta apatia, a calúnia produziu os seus efeitos. Eis porque eu pretendia vir-vos aqui falar desses homens obscuros da nossa história ultramarina para desagruar, a eles da nossa ingratição e à nossa Pátria da injustiça alheia.

Entre as acusações que nos têm lançado em rosto, figura em primeiro lugar a de maus colonizadores, sem cuidados pelas terras descobertas. Sem desmentido, a calúnia medrosa, cresceu, frutificou. E, no entanto, como tudo se passou de uma forma diferente!

*

Descobertas as ilhas de Porto Santo e Madeira nos anos de 1418 e 1420 por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, embora se tivesse continuado a pesquisa no Atlântico, não de novas terras, mas do caminho marítimo para a Índia, ponto vulnerável do islamismo que se tornava necessário atacar, não se deixaram no entanto, ao abandono as terras que se tinham encontrado.

A colonização iniciou-se a seguir ao descobrimento. Dada a capitania de Porto Santo a Bartolomeu Perestrela e dividida a ilha da Madeira em duas — a do Fun-

chal e a do Machico — e entregues aos dois descobridores atrás citados, começou imediatamente a exploração agrícola daquêle arquipélago.

Foi importada cana de açúcar da Sicília e cêpa da ilha de Chipre para adaptação nas ilhas, plantas que começaram a desenvolver-se com uma rapidez espantosa e que representaram — e o vinho ainda hoje representa — uma extraordinária fonte de receita.

“Foi um período de florente prosperidade agrícola e comercial que os encargos da propriedade territorial chamados vínculos e morgados vieram perturbar”, diz Acúrcio Garcia Ramos (*Ilha da Madeira*, vol. I, pag. 181) mas a verdadeira causa da decadência da cultura do açúcar foi a concorrência dos países americanos.

Em 1452 foi construído, perto de Machico, o primeiro engenho de açúcar e no fim do século XV o número destas máquinas ascendia a 120, sendo de tal ordem a produção que muitos anos bastou para o consumo da metrópole.

Não há memória de um desenvolvimento tão rápido em nenhuma outra colônia.

Com os Açores se procede da mesma maneira. A necessidade de continuar as navegações não obsta a que se trabalhe pelo aproveitamento das terras que vão descobrindo.

Encontrada a Ilha de Santa Maria, começa a colonização de 1439.

Após o descobrimento de Cabo Verde, o ritmo da colonização manteve-se igualmente intenso; no fim do século XV encontraram-se já povoadas cinco das ilhas do arquipélago, tendo sido imediatamente introduzida a cultura da cana do açúcar e, a seguir, a do café, do algodão e outras. Descoberto o anil em 1701, foi em 1705 instalada uma fábrica para a sua preparação na Ilha de S. Tiago.

Na Guiné, em 1696, sob o governo de Antonio Gomes Mena é fundada a cidade de Cacheu e, conjuntamente, um Hospício de Capuchos e outras obras de utilidade pública. Foi assim por toda a parte a mesma orientação, o mesmo esforço, a mesma cadência heróica.

Quais são os estabelecimentos coloniais europeus da mesma categoria e da mesma época?

As ilhas de S. Tomé e Príncipe, descobertas apenas em 1471, não apresentavam, para o empreendimento religioso, político e económico que então preocupava a nacionalidade — o caminho marítimo para a Índia — característica de grande importância. Não obstante, em 1486 era outorgado o primeiro foral aos colonos de João Paiva, em 1493 era a Capitania de S. Tomé conferida a Álvaro de Caminha que para ali partiu com os filhos dos judeus separados dos pais e alguns degredados e em 1550 já aquela ilha, encontrada deserta, contava setecentos fogos, além de muita outra gente que habitava nos seus 60 engenhos de açúcar que produziam anualmente mais de quinze mil arrobas.

O mesmo se pode dizer da ilha do Príncipe, para onde foi mandado em 1500, com um foral em tudo idêntico ao de S. Tomé, o fidalgo Antonio Carneiro, senhor de Vi-meiro.

Com tanta rapidez se foi desenvolvendo a colonização destas ilhas, iniciadas com tão bons auspícios, que dentro em pouco eram as mais ricas e importantes ilhas do Atlântico.

Para Angola partia Paulo Dias de Novais, sobrinho de célebre navegador, segundo diz Dominguos d'Abreu de Brito, em 1574, levando consigo... "Tresentos e cincuenta homens dos quaes eram a mayor parte delles chatins, çapateiros e alfayates..." sendo imediatamente construída a cidade de S. Paulo, e em 1593 eram enviadas para lá as primeiras mulheres brancas, doze convertidas da Casa Pia.

Na intenção de não perder esta oportunidade sem lembrar os nomes dos grandes pioneiros da obra da colonização portuguesa, não quero deixar de nomear o grande governador de Angola, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

Foi segundo o consenso unânime dos historiadores, o melhor governador que teve aquela nossa grande colônia, tal a maneira acertada e cuidadosa com que dirigiu a província desde 29 de Janeiro de 1764 a 21 de Novembro de 1772.

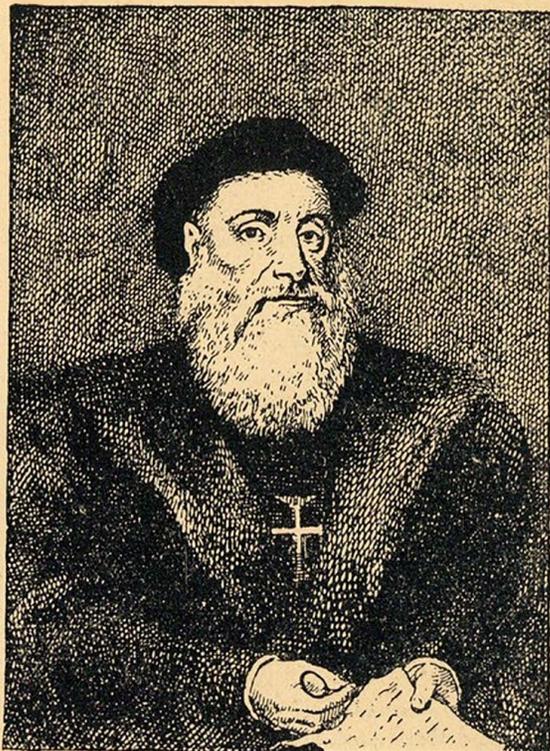
Moralizou os costumes, desenvolveu o comércio, pacificou o indígena batendo os sóbas revoltados de Ambuila, Caconda e outros, e fundou uma aula de geometria e fortificação para formar engenheiros, pois os que iam da Europa chegavam tarde e morriam logo.

Fundou o primeiro hospital em Benguela, mudou os presidios para lugares mais saudáveis, levantou cartas das costas e barras da província, e melhorou e simplificou o sistema de cobrança de impostos, evitando excessos, roubos e vexações. Enfim, foi um governador exemplar: "amou a justiça, seguiu a piedade, acudio muito a pobreza — diz a *Collecção de Notícias para a História e Geographia das Nações Ultramarinas* — e procurou adiantar a população do reino; fazia casar as moças pobres com soldados, a quem dava dotes das testamentárias como meio para se estabelecerem".

Era ainda, como ainda hoje, o melhor e mais proficuo método de colonização. Não traz portanto essa tão apreçada ciência moderna de além fronteiras, matéria nova em pontos de desenvolvimento colonial; nada do que é aconselhado deixou de se levar a efeito desde há séculos por êsses obscuros e heróicos pioneiros portugueses da colonização.

Em Moçambique, mais distante da metrópole e durante muitos anos reduzida a uma dependência do vice-reinado da Índia, se não contarmos com os successivos contingentes militares e de mercadores que para ali foram enviados, temos apenas a registar a primeira entrada de grande número de colonos em 1677, artífices de vários mestres e lavradores, e oito convertidas dotadas pelo governo para lá casarem com portugueses.

Pode parecer á primeira vista muito tardio êste cuidado da metrópole pela Província de Moçambique, no entanto deve-se ponderar que diminutíssima era nessa época a população do reino; durante os sessenta anos da dominação filipina as nossas colônias foram abandonadas aos azares da sorte e que no espaço de tempo que vai de 1640, data em que foi sacudido o jugo castelhano, até ao envio de colonos a que atrás me referi, esteve o poder central não só ocupado com a guerra da independência como também a braços com a expulsão dos invasores dos nossos domínios ultramarinos. Além disso muitas outras províncias se encontravam necessitadas de colonização branca: tôdas as ilhas atlânticas, Angola, o Brasil e tôdas elas mais próximas da metrópole, e consequentemente



VASCO DA GAMA

com mais atractivos para o emigrante. Não obstante, o esforço não deixou de realizar-se.

Entre os governadores desta província que mais se distinguiram no desempenho do seu cargo, não quero deixar de mencionar o nome de Aleixo de Sousa Chichorro que tendo ido em 1538 na armada de D. Garcia de Noronha ocupou o lugar de capitão de Sofala e se evidenciou como um exemplo, não só de guerreiro e administrador insigne, como também de honestidade e de inteireza moral. Olhou cuidadosamente como nenhum outro pelas coisas de seu governo, fundando um hospital muito bem provido na cidade de Moçambique. Voltou êste illustre capitão arruinado do seu governo.

E numa época a que se pode chamar de reconhecimento, não era só o comércio, o estabelecimento de europeus, a pesquisa do interior que preocupava o poder Central, êste tinha já os cuidados científicos modernos, de investigação. Assim, por exemplo, em 1569 andava explorando a costa oriental de África, desde o Cabo de Boa até ao cabo das Correntes, o cosmógrafo português Manuel de Mesquita que, propositadamente, para aquêle efeito tinha sido enviado de Lisboa.

Seguindo na ordem geográfica, é chegada a altura de me referir á nossa colonização da Índia, corôa de glória do génio português. A seguir ao governo que podemos chamar de tentativa, de D. Francisco de Almeida, mais guerreiro do que administrador, e portanto, pouco susceptível de realizar uma grande obra colonizadora, seguiu-se o governo sem par do genial militar, político e administrador que foi Afonso de Albuquerque, digno de figurar ao lado daqueles três ou quatro outros portugueses que são, mais do que glórias nacionais, verdadeiro orgulho da humanidade.

Se o Infante D. Henrique foi realmente o fundador da colonização, Afonso de Albuquerque foi o inventor dos seus processos modernos e científicos. Os dois, compenetrados nos objectivos políticos e religiosos que impulsionaram Portugal para o Oriente, são complemento um do outro. Afonso de Albuquerque é o digno continuador da obra do Infante.

Sem a visão política, tacto administrativo e o valor militar do segundo governador da Índia, a obra do grande iniciador ficaria incompleta por falta de coroamento. Foi êle o homem que tornou possível o milagre de consolidar a posição que tínhamos conquistado á custa do melhor sangue do nosso povo.

Sem essa extraordinária figura e baseados apenas no sistema de D. Francisco de Almeida, o império teria ruído imediatamente e seria perdido todo o esforço gasto em alcançar o Extremo Oriente.

O sistema político do primeiro vice-rei assentava na posse dos mares por meio de fortes esquadras. Era o comércio apenas que lhe interessava. Foi o sucessor quem viu num rápido golpe de vista que sem uma forte dominação territorial não seria possível, não só uma posse duradoira é um comércio seguro, mas também a realização daquela obra que tanto o preocupou: — a criação de um Império Português.

Os processos mais modernamente postos em prática, de colocar indígenas debaixo de administração de seus compatriotas que, por conhecedores de seus usos e costumes, podem avaliar com mais justiça da importância

relativa de cada delicto, foi, antes que ninguém, posta em prática pelo grande capitão em Malaca, Goa e outras cidades por êle conquistadas.

Esta nova maneira de administrar a justiça era usada com o fim de evitar ao gentio as vexações que eram inevitáveis quando julgados por funcionários europeus, desconheedores da sua sensibilidade especial.

E' êle também o iniciador da colonização branca, promovendo os casamentos dos soldados portugueses com as índias convertidas, dando-lhes como dote as propriedades que tivessem pertencido a seus pais, e que estavam perdidas com a tomada da cidade; dando os lugares públicos de preferência aos homens casados, etc., estabelecendo assim um estímulo para regularizar e fixar a vida dos europeus.

O seu plano político de domínio do Oriente, assombra não só pela vastidão como pelas extraordinárias possibilidades práticas de realização que lhe soube dar e que, infelizmente, os seus sucessores não souberam aproveitar e continuar.

A ocupação dos grandes entrepostos comerciais, a criação de uma população fixa portuguesa com a conseqüente guerra aos mouros, resultado infalível de duas civilizações rivais em choque, eram os três pontos capitais sobre que assentava o seu plano genial. Mas para o executar eram necessárias qualidades invulgares e que, na época e em todo o mundo, só êle as possuía.

Se o sentido estratégico de militar experimentado o não enganou quanto á posição das praças escolhidas

BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL

Fundado em 1918

Capital Rs. 20.000:000\$000

Matriz: Rio de Janeiro — Filiais em S. Paulo e Santos

FAZ TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

Depósitos à ordem e a prazo nas melhores condições do mercado

SERVIÇO PERFEITO DE ADMINISTRAÇÃO DE TÍTULOS E PROPRIEDADES

RUA DA CANDELARIA, 24

(Esquina da Rua da Alfandega)

RIO DE JANEIRO

para apoio do Império Português, também o valor do seu tacto político aumentou com o tempo por hem orientado na escolha de vias marítimas.

Mas nem só os grandes negócios da política ou da guerra preocupavam o seu cérebro privilegiado; occupava-se tanto do bem estar individual dos europeus e dos indígenas como dos negócios do Estado.

A fundação de hospitais, da misericórdia de Goa, instituição de beneficência poucos anos antes inaugurada em Lisboa pela Rainha D. Leonor, e muitas obras pias de grande alcance social fôram de iniciativa sua, pois que anteriormente ao seu governo nada havia sido feito nêsse sentido. Foi êle o iniciador de tudo; em tudo pensou e tudo organizou como ninguém. Como remuneração dos seus inenarráveis serviços foi, nos últimos dias da vida, substituído afrontosamente por um secundário.

Entre os grandes governadores que estiveram nas partes da Índia, não podemos deixar de nos lembrar dos nomes de D. Antão de Noronha e de D. Constantino de Bragança, que tão boa recordação deixaram entre as populações que estiveram sob a sua administração. Lopo Vaz de Sampaio que tão grande obra realizou e que viu os seus inestimáveis serviços recompensados com o encerramento numa prisão, onde faleceu; D. Manuel de Noronha que erigiu á custa de seu bolso particular o Hospital da Piedade e levantou a grande ponte de Pangim e, por último, D. João de Castro, tão injustamente maltratado por Oliveira Martins, mas ao qual se deve, sem dúvida alguma, a consolidação do governo da Índia que ameaçava transformar-se abertamente em *mãe de ladrões e madrastra de homens honrados*. No meio da sua vida acidentada ainda encontrou tempo para compôr algumas obras do mais alto valor geográfico e que representam as primeiras observações hidrográficas nos mares do Oriente.

Seria um nunca acabar se, a um por um, fôssemos prestar a devida homenagem a todos aqueles que lá andaram sacrificando-se pela glória da nossa Pátria e

"Em que poder não teve a morte".

Não foi só comerciando, instruindo, evangelizando que se evidenciou a administração portuguesa no Oriente. Foi-se mais longe, tocando em pontos de costumes e tradições gentílicas, perante cuja gravidade têm recuado outros países.

Na Acção Segunda, do terceiro Concílio Provincial de Goa, realizado em 1585 se determinou no Decreto 11.º, o seguinte:

"He costume entre os bragmanes infieis não deixar casar viuvas, antes as obrigão a se queimarem, quando lhes morrem seus maridos, ou ao menos a raparem a cabeça, como em sinal de nunca mais se casarem, e viverem em perpetua viuvez... — pedir a S. Magestade faça ley, em que mande aos ditos infieis seus vasallos não obriguem as viuvas a se queimarem, ou raparem a cabeça da sobredita maneira, mas as deixem em sua liberdade, para se poderem casar, se quiserem, sob as penas, que parecer, applicadas a obras pias e a quem os accusar".

Colonizar não é sòmente criar necessidades entre os selvagens para que eles possam constituir um bom mercado para os produtos da metrópole. Colonizar é mais do que isso, é educar, é elevar o moral das populações indígenas. Era principalmente sob êste último ponto de

vista que os portugueses de outrora encaravam essa missão. Macau, que pela sua posição e reduzida superfície territorial era mais pròpriamente uma feitoria de comércio do que uma colónia, portanto muito menos susceptível de desenvolvimento tanto material como espiritual do que qualquer outro dos nossos domínios, nem por isso deixára de merecer os melhores cuidados da metrópole.

Em 1580 já af se encontravam fundados, por D. Belchior Carneiro, a Misericórdia e os Hospitais de S. Rafael e S. Lázaro.

A Imprensa foi ali introduzida em 1590 e nessa época era a cidade de Santo Nome de Deus de Macau o empório do Comércio do Extrêmo Oriente.

Tinha-se chegado ao cabo do mundo e af se tinha marcado a nossa influência, imposto o sinal da nossa personalidade inconfundível.

Não se torna necessário falar no Brasil, outro padrão de glória da expansão da raça e da língua portuguesa. E' bem conhecido em todo o mundo o que êsse grande império representa na civilização da humanidade.

Para valorizar todo êste enorme esforço a muitos argumentos poderíamos recorrer entre os quais avulta a reduzida população da metrópole. Mas não é necessário; os serviços prestados falarão por nós, usando da frase lapidar do grande capitão.

No entanto, não devemos deixar em claro as condições em que a obra foi realizada, escolhos com que foi necessário lutar e que hoje lhes não podemos medir a importância em virtude de não existirem.

São eles as péssimas condições de clima, má vontade das populações indígenas e ataques permanentes dos corsários e muitas vezes das armadas regulares estrangeiras, tudo isso nos merece uma rápida vista de olhos.

A população do reino não chegava, antes de 1580, a dois milhões de habitantes e dominava uma faixa de terra que se estendia desde o sertão brasileiro, a Oeste, até ao Japão, ao Oriente. Era um império onde jamais o sol se punha.

E' sòbre mais de metade do Globo que o génio português vai arrostando contra tôdas as dificuldades e acorda as populações adormecidas para o progresso, conquista um mundo novo para a Europa e leva a êsse mundo nova civilização.

Tudo isto, minhas senhoras e meus senhores, era feito numa época em que se morria a colonizar, não só vítimas do ferro ou do veneno indígenas, mas também do clima hostil, contra o qual não existia o recurso da poderosa medicina moderna ou ainda perdidos nas viagens de exploração feitas através das virgens plagas africanas e de tantos outros obstáculos desconhecidos e implacáveis que constantemente se levantavam contra os aventureiros iniciadores da colonização.

Hoje tudo se tornou fácil e atraente, condições higiênicas melhoradas, pântanos aterrados, medicina mais forte e mais conhecedora. são as bases sobre que assenta a cobiça e lhe fez dizer, numa hora em que o mais difficil e o mais importante se encontrava feito, que não tínhamos conseguido um bom resultado nas nossas tentativas coloniais.

Mas quando não era assim ainda, quando o clima era agreste, o sertão desconhecido, o perigo permanente, todo o mundo se limitava ao curso marítimo. E os por-

tugueses esquecidos, ignorados, desprezados no interior de África, argamassavam o futuro de sua Pátria.

A primeira batalha que travamos durante a nossa ocupação de Moçambique, um ataque do gentio á tranqueira de Sofala, teve como ponto de partida o conhecimento que tinha o inimigo de estarem doentes quasi todos os soldados portugueses. A batalha continuou fóra da tranqueira, com ofensiva da nossa gente, tomando parte nela todos os que tinham escapado ás febres do clima, diz Francisco Maria Bordalo, e que não passavam de 40. O próprio capitão de Sofala, Pero de Anhaya, morreu vítima das febres do país.

Na expedição ao Monomotapa em busca das apreogadas minas de prata, levada a efeito por Francisco Barreto, incorporaram-se mil soldados; quando, da povoação de S. Marçal, se iniciou a marcha ao longo do rio Zambeze, apenas partiram 540 homens. Os restantes ficaram numa ilha próxima atacados das febres palustres. Francisco Barreto também morreu no lugar da luta, poucos dias depois.

E sempre foi assim, enquanto os lentos progressos da ciência e os esforços dos homens não melhoraram as condições de vida. Todos pagavam o seu tributo ao arrojado de investirem contra as condições naturais dos países que ocupavam: soldados e oficiais, comerciantes e governadores.

Não foi esta última classe a mais privilegiada, pois que um grande número ficou, vítima do clima, por êsse solo então inóspito da África Oriental. Podemos citar, ao acaso, entre outros, Vasco Gomes de Abreu, perdido no canal de Moçambique em 1508; Simão de Miranda de Azevedo em 1515; Nuno da Cunha, já com o titulo de Governador de Moçambique, em 1623; D. Nuno Alvares Pereira, com suspeitas de envenenamento em 1631; D. Diogo de Vasconcelos em 1641; Francisco da Silveira em 1642, etc., etc.

E não foi êste estado de coisas monopólio de Moçambique. Em Angola as dificuldades eram as mesmas senão maiores. Da gente ida com o governador Paulo Dias de Novais, diz o cronista coevo Domingos de Abreu que "Alguma parte delles acabarão com miserias e necessidades por falta de meishina..."

Em 1584 era mandada uma expedição de refôrço sob o comando do licenciado João Morgado de Rezende; a maior parte morreu de doença á chegada. Também de doença morreu o próprio Governador em 1589 e, pouco depois, Luís Serrão que lhe sucedeu no govêrno. E assim sucedeu a tantos outros como João Rodrigues Coutinho, etc.

Tentar descrever o que foi a luta contra os elementos pela Índia, pela China, pelos arquipélagos da Oceânia o mesmo é que tentar descrever o infinito, o desconhecido. Como se tomava nota de quem perdia a vida pela Pátria numa época em que todos a davam com alegria, e principalmente dos que morriam sem glória, vítimas da doença?

Quem conheceu mais o drama obscuro dos perdidos no deserto, dos missionários vítimas das populações selvagens, enfim de todos aqueles que, sem altos cargos ou sem renome militar, tomaram vítimas do clima inóspito?

Na Índia também — e aí mais do que em qualquer outra parte — se pagou com a vida da melhor gente portuguesa o arrojado de se investir contra climas, considerados pelos sábios de então como inabitáveis.

Por lá ficaram, mortos pela doença ou gastos pelo esforço dispendido em prol do bem comum, entre muitos outros, e para citar apenas os governadores, Afonso de Albuquerque, o Conde-Almirante Vasco da Gama, o glorioso descobridor do caminho marítimo, D. Henrique de Menezes, falecido com menos de trinta anos de idade, D. Garcia de Noronha, o Conde de Redondo D. Francisco Coutinho, D. Luis de Ataíde, Conde de Atouguia e Marquez de Santarem, D. Duarte de Menezes, Conde de Tarouca, Martim Afonso de Castro e tantos outros.

O segundo grãnde escolho contra o qual teve de lutar a colonização portuguesa, desde o seu incício, foi a má vontade da população dominada e consequentes perturbações intestinas. Aí nem sempre se apresentava como factor principal a guerra do indígena contra o invasor ou contra a opressão, como muita gente, interessada em diminuir a nossa obra, chama ao domínio português.

As maiores e mais graves foram tôdas de origem religiosa ou comercial ou ambas as causas juntas. Tiveram, em geral, como teatro a Índia e era o ajuste de contas final daquela guerra política e comercial que o nosso país tinha começado a mover ao império otomano com a tomada de Ceuta em 1415.

Como coroamento dessa política começou-se a fixação portuguesa no govêrno de Afonso de Albuquerque e, conforme diz o autor dos Comentários, os turcos não temiam o poder das nossas esquadras mas sim o assento que os portugueses lá tomavam.

(Conclui no próximo número)

CARLOS COIMBRA

A' MUSICAL

RÁDIOS E VITROLAS DE TODOS OS FABRICANTES

DISCOS DE TÔDAS AS MARCAS

OPTIMA SELECÇÃO DE FADOS PORTUGUESES

SECÇÃO DE CONCERTOS

L. G. ANTUNES

RUA URUGUAIANA, 107 — Telef. 4-4650

RIO DE JANEIRO

A administração pombalina em Angola

D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

Ao Ex.^{mo} Sr. General Norton de Matos

ESPECIALMENTE PARA ESTE BOLETIM E PARA A "SEARA NOVA"

(Conclusão do n.º 4)

PELO CAPITÃO GASTÃO SOUSA DIAS

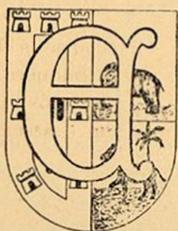
PROFESSOR, ESCRITOR E COLONIALISTA—SÓCIO-CORRESPONDENTE
DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO"

II

GOVÉRNO DE SOUSA COUTINHO

(1764-1772)

INÍCIO DO GOVÉRNO



Em 31 de maio de 1764 chega a Luanda D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que toma posse do govérno em 6 do mês seguinte. Homem de ilustre nascimento, servira como coronel de infantaria na guerra de 1762 contra a Espanha. Sócio da Academia Ulissiponense,

publicára em 1750 o *Elogio Fúnebre de D. João V* e o *Panegirico de D. José I*.

A época de desenvolvimento inaugurada no govérno de D. António Álvares da Cunha tem em Sousa Coutinho o mais inteligente e enérgico continuador. Impondo em Angola as ideias económicas e os processos de actualização do marquês de Pombal, procurou fazer de uma terra em que a maior e quasi exclusiva actividade consistia na caça ao escravo — exercida por portugueses para abastecerem de mão de obra os engenhos e minas do Brasil e por estrangeiros para enriquecerem os seus domínios, nos quais havia sido introduzida também a indústria do açúcar (1) — uma colónia capaz de encontrar nas fontes efectivas da agricultura, da indústria e do comércio a origem da sua riqueza.

A este ilustre governador se deve uma obra admirável, sem a qual Angola nunca teria saído do abismo económico em que foi lançada. E é extraordinário como, tendo a sua acção atingido a agricultura, o comércio, a indústria, a defesa, a instrução, o sistema tributário e a assistência, ferindo fatalmente muitos interesses criados e cortando fundo em abusos que se haviam estabelecido como lei, se não apalpe contra esse grande chefe uma opposição considerável, mas antes se ouça da boca de todos os historiadores um côro de calorosa exaltação. E' que, a par da energia, por vezes tocada de inflexível dureza, pressente-se na sua acção primeiramente um ideal superiormente humano conduzindo pensamentos e actos e depois aquela bondade dos fortes que tudo tempéra e anima, amal-

gamando vontades dispersas e colaborações hesitantes, numa disciplinação espontânea, que só os verdadeiros condutores de homens sabem promover para realização dos seus planos e vivificação dos seus sonhos. E essa bondade é tanto mais de admirar, quanto é certo que por esse tempo fazia escola a crueldade no mando, esmagando e destruindo, para com prontidão desbravar o terreno em que se pretendia construir.

Uma outra característica da obra de Sousa Coutinho é a da continuidade com os esforços dos seus antecessores, muito especialmente com os de António de Vasconcelos. Iniciativas e ideias d'este, que em seu govérno não puderam ter realização completa, vêmo-las secundadas e concluídas no excelente govérno de Sousa Coutinho.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Em 16 de Outubro de 1765 publica Sousa Coutinho um bando ameaçando de tirar aos seus detentores as terras que não estivessem cultivadas, especialmente as terras do sítio do Bem-bem, muito aptas para a agricultura. Pelo mesmo bando procurava reprimir a vadiagem dos negros, forçando os seus donos a darem-lhes ocupação, sob pena de serem remetidos como escravos para o Brasil.

Esforça-se por desenvolver o aproveitamento de duas plantas fibrosas, o *gife* e o *aliconde* (2); envia para Portugal amostras de *urzela* (3) de Benguela e de *anil* (4) colhido nas proximidades de Luanda.

Renova a proposta do seu antecessor, advogando a conveniência da criação de caudelarias nas margens do

(2) *Aliconde* = *aliconda*, cujo entrecasco produz uma espécie de cairo — *Ensaios Estatísticos* — Lopes de Lima — III vol., pag. 16.

(3) *Urzela* — Lopes de Lima (obra citada — pag. 13) diz infundadamente que a existência de *urzela* em Angola foi descoberta em 1835, sendo as primeiras sacas enviadas para Lisboa em 1838.

(4) "O *anil* nasce e cresce por toda a parte. Em Loanda, mesmo junto ao Convento de N. S. do Carmo, havia mato d'elle, que custava a romper... A extracção da sua parte corante he uma operação muito simples. Ainda, na Maianga, a hum quarto de legua da Cidade, existem dois tanques, de que para esse fim se servião os Jesuítas" — Memórias do coronel Fortunato de Melo (1838), citada por Lopes de Lima no III Liv. dos *Ensaios Estatísticos*, pag. 11.

(1) *L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation* — Jaime Cortesão — pag. 39.

Bengo e do Dande para garantir a remonta para as tropas de cavalaria; também, para facilitar os pequenos transportes, especialmente na fábrica de ferro que fundou em Nova Oeiras, pediu insistentemente lhe fôsem enviados casais de jumentos, "para assim diminuir o número de serventes, que nam poderão bastar a fazer tantas conduções à cabeça". É a primeira voz erguida contra o serviço de carregadores.

Na parte baixa da cidade, junto à praia, manda construir casa própria para o *Terreiro Público*, instituição a cujos benefícios se deveu a extinção das fomes quasi periódicas e das correspondentes especulações do comércio, que com os açambarcamentos de géneros reduziam a população à miséria. O seu funcionamento foi fixado em regulamento publicado por Sousa Coutinho em 7 de Novembro de 1766.

COMÉRCIO

Como é de supôr, o comércio assentava na fraude e na infidelidade. Encontram-se na legislação repetidas recomendações para reprimir as *cambolações* e os *reviros*, que consistiam, as primeiras na prática abusiva em que estavam os pequenos comerciantes de irem ou mandarem agentes seus aos caminhos (camboladores) esperar os pretos condutores de géneros (cêra, cobre, mantimentos e até escravos), transformando-se a cambolação em reviro quando os géneros assim atravessados iam já destinados a outro comerciante, em pagamento de fazendas dadas a crédito para o mato, para serem permutadas pelos ditos géneros. Sousa Coutinho reprime ásperamente esta prática, fonte constante de violências e extorsões: por bando de 18 de Outubro de 1771, os comerciantes que por si ou seus agentes praticassem o reviro, teriam fechada a sua loja, pagando o dôbro da travessia e selhes-ia sentada praça como soldados; e os pretos camboladores levariam 200 açoites em dias distintos e seriam embarcados como escravos para o Brasil!

Em compensação o Governador auxiliou e animou por todos os meios ao seu alcance as actividades do comércio lícito, fazendo com que este assentasse na boa-fé e na honradez promotora do crédito, subordinando-o às regras e sistemas europeus. Regularizou as *feiras*, dando regulamento aos seus escrivães e fazendo entrar na Fazenda Pública o que por lei lhe pertencia, do que resultou um considerável aumento de receitas, sobretudo nos direitos de saída dos escravos.

A garantia de fiscalização do comércio no interior consistia em concentrá-lo em feiras certas, com funcionários próprios. Assim Sousa Coutinho, em carta a Mendonça Furtado, comunica que, para evitar ou diminuir o contrabando dos navios estrangeiros que acorriam aos portos de Luango e Cabinda, resolvera estabelecer as feiras do Galo, do Bimbe, e de Calendula e restabelecer a do Encoje.

Logo no ano da sua chegada o contrato rial dos escravos para o Brasil rendeu de direitos 50.968\$850 reis; no ano de 1765 subia a 80.068\$860 reis; e em 1767 attingia a cifra de 136.999\$843 reis, descendo a partir desse ano, pelos abusos praticados pelo contratador Domingos Dias.

Em face deste decrescimento, Sousa Coutinho propõe a abolição da Companhia do Contracto dos Escravos, o que teve lugar por decreto de 5 de Agosto de

1769, passando a Fazenda, desde então, a cobrar directamente os direitos de despacho dos escravos. E assim, logo em 1772 se registava na *administração dos direitos reais de escravos e marfim* um aumento de 32.181\$750 reis sobre o maior preço da última arrematação.

O CONTRABANDO INGLÊS — O MARQUÊS DE MOSSULO

Acabamos de ver que Sousa Coutinho estabelecera feiras para evitar o contrabando dos navios estrangeiros no norte da Província. Esse contrabando, feito a trôco de escravos, forçava a determinar que todos os navios estrangeiros que por força maior tivessem de arribar a Angola, fôsem a Luanda procurar auxílio e despacho, que lhes seriam negados em qualquer outro pôrto da costa.

Em Março de 1767 uma lancha inglesa entrára a barra do Dande, onde só havia uma fábrica de cal, e, com o pretexto de fazer aguada, tentára resgatar escravos a trôco de fazendas. A lancha foi apresada e castigados os negros intermediários no negócio; pouco depois um batelão armado repetia a incursão, sendo os tripulantes admceitados por um oficial português pela irregularidade do seu procedimento e advertidos de que tinham de ir a Luanda procurar o auxílio de que por ventura necessitassem.

Os ingleses traziam da Inglaterra pequenas embarcações, que armavam em Cabinda para correrem a costa. A' data faziam o tráfico e o contrabando com um bergantim armado em guerra e outros barcos menores, apoiados por dois navios de guerra.

Sousa Coutinho informa Mendonça Furtado de que tinha conhecimento da presença de embarcações carregando escravos nas praias do marquês do Mossulo.

Este marquês do Mossulo era um vassallo rebelde do rei do Congo, cujas terras ficavam para norte do rio Dande, e que não fôra ainda submetido, atentas as boas relações havidas com o seu antigo suzerano. Presentemente porém a liberdade que o marquês desfrutava era usada em nosso dano, visto que, dada a pouca distância à feira do Encoje e a uma boa parte dos nossos sertões, não era possível vedar o contrabando, nem guardar em Angola os degredados, que assim achavam meio fácil de evasão para os seus territórios, aproveitando de seguida os barcos estrangeiros para fugirem da colónia.

Sousa Coutinho escreve ao marquês do Mossulo mostrando-lhe a irregularidade do agasalho por êle dado aos navios estrangeiros bem como aos condenados, recebendo a resposta de arrependimento. Entretanto o problema punha-se com toda a nitidez. Ou por meios diplomáticos se levavam os ingleses a desistir do tráfico feito para o norte do Dande, ou a conquista dessas terras se impunha de maneira formal, "ao menos até ao rio Ambres (Ambriz), para formar na sua entrada uma fortaleza, cuja despesa de construção poderá sair do presídio do Encoje, mudando-o para a costa, onde é mais útil. Ainda que este remédio é paliativo, porque a Fortaleza que defenderia totalmente o contrabando *só podia ser a inteira restituição dos portos do norte*".

Esta preocupação de evitar o comércio estrangeiro é dominante no espírito do Governador. Em 26 de Julho de 1772 escreve a Martinho de Melo e Castro comunicando-lhe que a *pirataria inglesa* continuava a infestar as costas de Angola e que para a reprimir tinha improvisado um corsário, por transformação de uma barcaça, ao

qual faltava artilharia, que procurára baldadamente obter no Rio de Janeiro e que agora pedia ao intendente da Companhia de Pernambuco. Seria necessário fazer outro corsário, pois era preciso constantemente um em Luanda e outro em Benguela.

No mesmo ano de 1772 demandára a barra de Luanda o navio francês *Le-Vaillant*, conduzindo tropas da Ilha de França, com dois filhos do Governador de Pondichery. Ao entrar a barra sem licença, quasi à noite, o navio fez rombo no banco de areia, perdendo-se. Mais navios franceses com tropas passaram por Benguela, não tendo sido admitidos no porto.

Em face da constante aparição na costa de navios estrangeiros, Sousa Coutinho insiste na necessidade de acabar os dois corsários de defesa, fazendo notar todavia que, se em S. Tomé não fôsse dado gasalhado a êsses barcos, êles não poderiam alcançar Angola nem levar escravos de regresso.

RIQUEZAS MINERAIS

As riquezas minerais de Angola fôram activamente procuradas, no sentido de immediata utilização. A sua pesquisa foi orientada por um espirito prático, sem miragens enganosas, como acontecêra com a prata e com o ouro, cuja tradição continuava a perdurar.

Em 1767 enviava Sousa Coutinho para a Metrópole 79 quintais de *breu do Libongo*, que podia ficar ao preço de mil reis o quintal, enquanto que a Fazenda comprára até então o mesmo produto por 20.000 reis. Com essa remessa enviou igualmente amostras de *gomas* de Angola. Em Fevereiro de 1772 comunicava a descoberta no Reino de Benguela de um abundante banco de *enxofre*, do qual remetia 53 arrôbas para as Obras de Inspecção dos Portos do Brasil, para que elas as remetessem, juntamente com o marfim, ao Tesoureiro da Casa da India; em maio do mesmo ano envia nova remessa de 140 arrôbas, já refinado; a última remessa foi de 497 arrôbas.

Em dezembro de 1769 remetia muito em segredo para a côrte um caixote com *pedra verde* da serra do Bembe, distante algumas léguas do presidio do Encoje, que supunha ter muito *cobre*; mantinha o segredo porque não queria despertar nos pretos o desejo de levarem tal minério aos estrangeiros que negociavam em Cabinda e Luango, que mais se agarrariam à terra, e porque vagamente colhêra a tradição da existência por aquelas paragens de ouro e prata!

Em dezembro de 1770 enviava novas amostras, com manilhas e cadeias fabricadas pelo gentio, dizendo: "A tal pedra verde de que abunda o dito monte parece excelente cobre porque o senhor do dito monte trabalha e vende continuamente manilhas e cadeias semelhantes às que incluo...; mas é muito difficil aproveitá-lo enquanto houver estrangeiros em Cabinda, Loango e Molembo, ou não forem fortificadas as bocas do rio Ambres e do Zaire".

De novo em 1772 manda pedir a Martinho de Melo e Castro os preços do cobre, pois do interior do sertão chegavam a Benguela e a Luanda barras de cobre finissimo, que se vendia a 12 vintens a libra, convindo estabelecer-lhe um preço remunerador, de molde a animar a sua extracção.

Desenvolve o aproveitamento da *pedra calcárea*, que utiliza nas grandes construções realizadas no seu

tempo, tais como a ligação do forte do Penedo com a costa, os edificios do Terreiro Público e da Alfândega, o acabamento da fortaleza de S. Miguel, a reedificação do hospital da Misericórdia de Luanda (1) e a conclusão da fortaleza de Benguela, destruída pelos franceses em 1704.

Fôram feitas pesquisas do *salitre*, enviando para Lisboa um minério de Benguela que se suspeitava que o fôsse.

Observando a notável importância que tinha na colónia o comércio do *sal*, que no planalto de Benguela corria como verdadeira moeda, passou-o para contrato régio, propondo para serem com êle pagos, em substituição da panaria do Congo, os soldados dos presídios de Ambaca, Pedras, Cambambe, Massangano e Muxima. Planeou a ocupação da Quissama, onde existiam ricas minas de sal, para garantia das comunicações a estabelecer com o sul da provincia. Forçou os particulares que tinham salinas a vender o sal ao contratador por preços fixados por louvados, mandando averiguar da legitimidade da posse das salinas. E, para aproveitamento completo do sal, incitou o contratador dêste género a fundar uma fábrica de carnes, couros e sabões junto das salinas de Benguela, atraíndo as atenções para a abundância de gados do sul da provincia.

CRIAÇÃO DE INDUSTRIAS — FABRICO DE FERRO

Logo no começo do seu governo, Sousa Coutinho presentiu a necessidade da construção em Angola de embarcações que fizessem a navegação para o Brasil, bem como para o serviço costeiro. Faltavam-lhe porém os mestres sabedores que dirigissem os estaleiros e por isso insistentemente os pediu para Portugal. Os trabalhos e construções realizados no seu tempo conseguiram aperfeiçoar por tal forma a mão de obra local, que no último ano do seu governo pôde iniciar a construção da *fragata Luanda*, que veio a ser concluída no governo seguinte. Vimos igualmente que fez a adaptação de uma barcaça a corsário, para a qual procurou activamente adquirir a indispensável artilharia. A sua infatigável actividade de improvisação conseguia que no ano de 1772 se concluíssem duas peças de artilharia, de bronze, em cujo fabrico foi aproveitado o cobre do país.

O *trem* que fundára, dotado de várias oficinas, remediava as exigências das inúmeras obras a que metêra ombros.

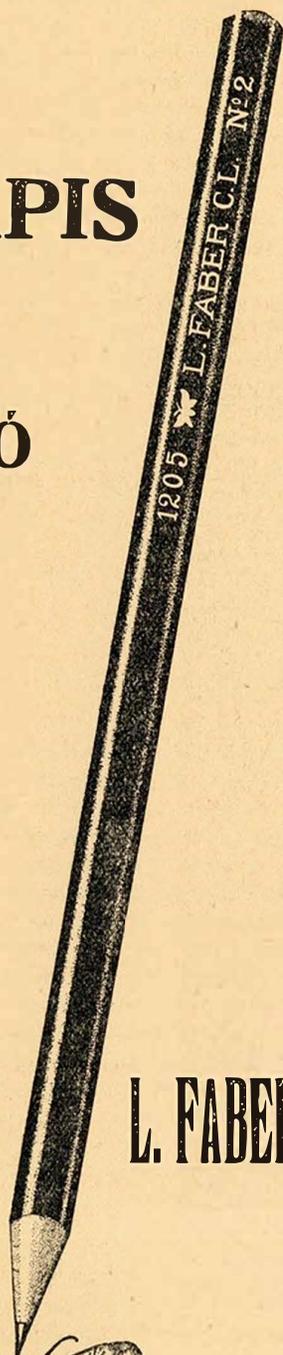
Mas a sua iniciativa mais interessante, aquela em que pôs todo o seu empenho, foi a do fabrico do *ferro*. Quando em dezembro de 1765 comunicou a Mendonça Furtado as suas esperanças nesse sentido, logo marcou nitidamente o seu interesse, pedindo para que, caso a sua proposta de fundação de uma fábrica não recebesse a aprovação régia, lhe fôsse concedida a exoneração findos os seus três anos de governo.

Sousa Coutinho, tendo examinado as ferramentas de ferro fabricadas pelo gentio e por ventura aproveitando as sugestões do seu antecessor, enviou dois ferreiros à região apontada como mais rica em ferro, situada entre o Cuanza e o Zenza, guiados por um homem da sua con-

(1) O Município de Luanda — Dr. Alves da Cunha, pag. 39.

LAPIS

SÓ



L. FABER C. L.



São os melhores

J. NASCIMENTO PERPÉTUO

R. MAYRINCK VEIGA 28, 4.º

RIO DE JANEIRO

fiança, para estudarem as qualidades do minério, as facilidades da sua extracção, as facilidades em lenhas, mão de obra e condução. Fôram excelentes os resultados das suas pesquisas: o ferro era puro, ductil, doce e tenaz, em especial o obtido da terra ferruginosa; na região examinada era grande a abundância de lenha e minério; e eram fáceis a extracção e a sua evacuação por via fluvial. O preço do ferro, pelas despesas feitas, poderia regular entre 2\$400 e 3\$200 reis o quintal, deixando assim a Fazenda de o comprar a 12\$000 reis, preço por que então se adquiria na colónia.

Obtida a aprovação da sua proposta por aviso de 22 de Julho de 1766, as obras fôram iniciadas, mas logo de comêço se lutou com a falta de artífices habilitados. Sousa Coutinho contratou na Baía à sua custa um português, que aprendêra a fundir o ferro nas fábricas da Galiza, e dois officiais; mas êsses, ao passarem em Benguela, contraíram febres, de que morreram.

A fábrica — a que pusêra o nome de *Oeiras*, em honra do Conde de Oeiras — trabalhava, mas sem grande adiantamento. Para garantir a mão de obra, propunha o Governador que se fizesse a vontade ao gentío, que pedia como compensação do seu trabalho, a isenção do pagamento do dizimo. Todavia eram indispensáveis dois mestres competentes e 20 officiais, bem como 30 ou 40 casais de jumentos para transporte do ferro até ao rio, que ficava a três léguas da fábrica.

Entre outras, fizeram-se para Lisboa as seguintes remessas de ferro: em junho de 1767, pela náu da India de Isidoro de Moura, 156 quintais em barra; e em agosto do ano seguinte 40 quintais pelo navio de Domingos Furtado, não enviando mais por desejar enviá-lo de melhor qualidade, logo que recebesse os artífices que esperava, deixando o pior para consumo em Angola.

De facto, nesse mesmo ano, chegaram a Luanda 4 mineiros biscaínhos, com instrumentos para a fábrica de ferro: José de Chibarrya, mestre, e José de Retolazac, Francisco Zuloaga e Francisco Chinique, que seguiram para Oeiras, sob a vigilância de um médico.

Pelas instruções fornecidas ao *intendente geral das reais fabricas de ferro*, António Anselmo de Sequeira, abrañe o plano de Sousa Coutinho: seriam estabelecidas duas fábricas, uma de *ferro de terra*, junto ao rio Camucala, na Ilamba, e outra de *ferro de pedra* no rio Luínha, na jurisdição de Massangano. Junto de cada fábrica seria estabelecida uma povoação, a primeira com o nome de *Nova Belem* e a segunda *Nova Oeiras*, tendo cada uma seu almoxarife.

Mas os três artífices morreram de escorbuto em janeiro de 1769 e o seu mestre, de febres, pouco depois. Novo pessoal de Figueiró é enviado com destino a Oeiras, o qual chega a Luanda em julho de 1771. Em 1772 as obras prosseguiram e ainda nêsse ano Sousa Coutinho propunha a Martinho de Melo e Castro que a fábrica de Oeiras fôsse dotada de escravos próprios para evitar as preocupações de serviçais e suas fugas. Mas o clima continuava a dizimar o pessoal branco: agora caía o mestre Pedro Simões, o único que sabia refinar o ferro! E a fábrica interrompia o seu funcionamento.

A-pesar-de tudo a fábrica, com os seus edíficios fundamentais, estava concluída em 20 de julho de 1772, com 3 engenhos em laboração e um açude!

O minério foi analisado por Miguel Franzini, professor da Universidade de Coimbra, que lhe achou 65 % de ferro. Buffon e Sanches de Paris louvaram a excelência do ferro de Angola, *que pode ser exceda ao do Mogol que se vende a pêso de prata para instrumentos de côrte*, incitando à sua exploração.

Além de reparos para 50 peças de artilharia que haviam sido enviadas do reino, o ferro fôra já utilizado para reparos de muitas outras existentes em Angola; e no Brasil foram feitas partazanas com o ferro que Sousa Coutinho enviara ao Conde de Azambuja.

Mas a importante questão do fabrico do ferro estava longe de ter recebido a solução que Sousa Coutinho imaginára poder dar-lhe. A impossibilidade da fixação de brancos em Oeiras recomendava que se recrutássem em especial mestres biscainhos, que *fundem e não liquidam* (1), tal como praticam os negros do país, procurando que pelo menos o seu esforço viesse a reflectir-se no aperfeiçoamento da industria natural do indígena, que de há muito sabia colher o ferro e com êle fabricar os seus utensílios de guerra e de lavoura. De facto a malignidade do clima e a incúria dos homens futuros, mais que nunca afundados na loucura pecaminosa da escravatura, deixaram destruir essa tentativa grandiosa!

Já em Portugal, Sousa Coutinho escrevia ainda uma memória sôbre o fabrico do ferro (1773), dizendo que o trabalho e a despesa estavam feitas e que seria uma infelicidade que tudo se perdesse só por falta de dois homens hábeis que tudo puséssem em movimento; e aconselhava a que pelo menos se aproveitasse o ferro fundido nas forjas particulares do gentio.

E ainda hoje as ruínas da fábrica de Oeiras se erguem de entre as ervas altas do mato, como que a incitar o homem moderno, mais armado contra as traições da malária, a aproveitar a riqueza imensa que avós ilustres tentaram arrancar do seio da terra!

PROTECÇÃO AOS ESCRAVOS

Datam desta época as primeiras medidas tendentes a cobrir algumas das mais monstruosas violências da escravatura: sob pena de 500 açoutes e 2 anos de galés,

(1) O ferro é pastoso de 1300° a 1500°, entrando francamente no estado líquido a esta última temperatura.

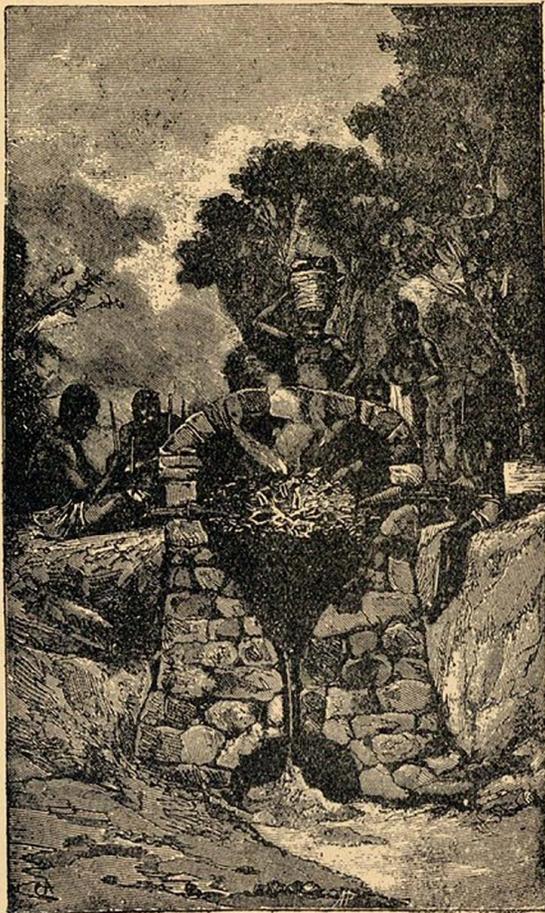
Sousa Coutinho proíbe os negros de darem seus filhos, parentes ou amigos em hipotéca de dividas que assim os levavam à escravidão; e o branco que em seu interesse admitísse tal negócio seria condenado a 5 anos de trabalhos públicos com braga.

A portaria de 23 de maio de 1770 procurava abrandar as durezas no tratamento dos escravos, sobretudo da penosa travessia para o Brasil, que a-pesar de feita quasi em linha recta, normalmente levava 30 a 35 dias, chegando por vezes a demorar 50 dias. Obrigava à desinfecção dos porões pelo alcatrão; na impossibilidade de condenar o uso das caldeiras de cobre para preparação dos alimentos a bordo, recomendava que se evitasse a conservação da comida nesses depósitos, de uma para outra refeição; obrigava a meter água em abundância, que devia ser conservada em toneis e não em pipas de geribita; determinava que o peixe para alimentação não fôsse do pequeno, por ser mais facilmente corruptível, mas sim do grande, e meio motête por cabeça; ordenava que em cada navio grande se metêsse pipa e meia de vinagre e igual quantidade de aguardente e uma de cada nos navios pequenos, devendo dar-se logo de manhã aos escravos uma refeição de farinha e geribita e diariamente uma ração de tabaco; descia ao detalhe de estabelecer os tempêros das comidas, azeite-de-palma, vinagre, dungos e sal, recomendando que, quanto possível, se entremeassem nos alimentos carne sêca, abóboras e outras verduras.

E' certo que estas solitudes, de aparente humanidade, não eram senão filhas

da conveniência de defender a mercadoria contra as devastações do escorbuto e contra as mais doenças pestilenciais que, como lêpra, pululavam na carne humana empilhada nos fundos asquerosos dos porões. As verminas, repuxadas pelo calor e pela humidade equatoriais, lambiam como fogo o gado negro; e, na esteira das náus, que, sob uma atmosphera de fornalha, de velas bambas, iam navegando lassamente, os tubarões encontravam lautos banquetes que a morte, com pródiga mão lhes fornecia todos os dias...

“Os homens iam ligados uns aos outros, informa o capuchinho Carli, com receio dos levantamentos. As mulheres e as crianças tinham logar entre as pontes, mas tão acumuladas que delas saía um fétido insupor-



FUSÃO DO FERRO — OEIRAS — ANGOLA

tável". (1) O mesmo escritor conta que, ao chegarem a Santos, depois de uma penosa travessia de 50 dias, os particulares que tinham escravos a bordo acudiam ao navio em chalupas, mostrando-se agradavelmente surpreendidos pelo facto de o seu número chegar diminuído apenas em 33 %, pois era vulgar as carregações terem quebras de metade!

Os mais duros no trato dos escravos eram os franceses, que, de Marselha, Bordeus, La Rochelle, Nantes, Saint-Malo e Havre acudiam aos portos do norte de Angola e transportavam anualmente para S. Domingos uma média de 15.000 escravos; os holandeses, por não tomarem quaisquer medidas de defesa durante a travessia, viam as suas levas diminuídas consideravelmente; estes afamados no trato dos escravos, os portugueses antes de os embarcarem, deixavam-nos repousar na costa para se refazerem das privações da marcha, forneciam-lhes óleo de palma, com que se untavam, tornando-se assim mais nédios e luzidios para o mercado, e, uma vez no mar, distribuíam-lhes esteiras para sobre elas dormirem e ministravam-lhes limão e alvaiade para os preservar do escorbuto.

Dégranpré, (2) elucida-nos cabalmente acerca da importância da concorrência estrangeira, especialmente de franceses, ao nosso comércio da escravatura, descendo

(1) *Voyage de Carli, na Histoire Générale des voyages de Walckenaer, t. XIII, pag. 94.*

(2) *Voyage à la côte occidentale d'Afrique — Dégranpré.*

a detalhes impressionantes sobre a impiedade com que tal comércio era por eles exercido, connosco rivalizando vitoriosamente em crueza, avidez e desumanidade!

OCUPAÇÃO E DEFESA — REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Em carta de 28 de março de 1765, comunica Sousa Coutinho a Mendonça Furtado que Angola goza de paz e justiça, e que as tropas, se bem que diminutas, se acham disciplinadas, encontrando-se o sertão livre de ladrões e assassinos.

De quando em quando vinham das ilhas levas de gente para o exército. Mas esta prática era insuficiente para as suas necessidades. "Chegaram os 100 homens da Ilha, e nesta devo acrescentar que jamais aqui chegaram com tão boa disposição, por cuja causa foi paga a sua condução aos administradores da Companhia do Grão-Pará...; devo porém dizer a V. Ex.^a que no estado de diminuição de gente em que está este Reino, não podem bastar estes homens ao serviço militar, ao civil e ao comércio; pelo que sempre fica constante a mesma necessidade, e só remediada com os casais que tenho pedido a V. Ex.^a e que devem melhorar a situação actual, povoando o Reino de modo que possa ter gente de bons costumes e evite as contínuas despesas destas remessas, havendo muitos meios de subsistirem nêle, uma vez estabelecidos assim como no Brasil".

Mesmo com este exército deficiente se realizaram algumas operações, a mais importante das quais foi a ocupação de Novo Redondo, na foz do rio Cuanza, para

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43—Fone 2-6894

RIO DE JANEIRO

garantir as ligações de Luanda com Benguela, a que somente faltava vencer a distância entre Muxima e Benguela-Velha, e evitar o contrabando estrangeiro nas costas do sul. Foi para esse fim organizada uma dupla expedição por mar e por terra. A primeira partiu de Benguela a 12 de agosto de 1769, sob o comando do capitão António José da Costa, tendo chegado a Novo Redondo em 15 do mesmo mês; a segunda partiu de Luanda em junho do mesmo ano. A expedição marítima chegou mais cedo a Novo Redondo e aí venceu uma pequena resistência do gentio, após o que estabeleceu o presídio. Quando chegaram as tropas de terra, tudo estava concluído.

O presídio do Encoje era frequentemente inquietado pelos *mussões*, associados aos *mahungos* e ao rebelde Ambuela, que dificultava as comunicações com o forte. Contra eles avançou uma coluna, comandada por António Anselmo Duarte Sequeira, que os venceu em várias ações, restabelecendo a tranquilidade no Encoje; o mesmo aconteceu nos sertões de Caconda, onde o sossêgo foi restabelecido por Francisco Xavier de Macedo Pereira, colocando-se o presídio em melhor lugar, na província de Quitata (1) (1769), onde sucessivamente tomou os nomes de *Contins* e *Caconda*.

Sousa Coutinho manteve as melhores relações com o rei do Congo. O duque de Quina, em cujas terras se realizaram pequenas operações contra estrangeiros que praticavam o contrabando e ao mesmo tempo para pesquisa do cobre, comprometeu-se a não consentir tal contrabando e a mandar vender ao presídio do Encoje a pedra verde (*pedra unguento*), minério daquele metal. Também prestou obediência em Luanda o potentado Holo Marimba Goge, comprometendo-se a deixar fundar uma feira em suas terras e a manter-se em boas relações com a Ginga, enquanto esta não embaraçasse o comércio português (1765).

No ano de 1767 houve alterações entre os povos da Ginga (Matamba) e os povos limítrofes, pelo que Sousa Coutinho teve de mandar avançar forças para as fronteiras de Ambaca e Pedras.

Em julho de 1770 propõe a fundação de uma fortaleza no Cabo Negro, em cuja enseada uma galera inglesa fizera fogo sobre o gentio que se negara ao comércio, fortaleza que não pôde construir pelos fracos recursos de gente, materiais e artilharia de que dispunha.

Nesse mesmo ano expunha as necessidades de ocupação dos portos de Cabinda, Loango e Molembo, ou pelo menos a fortificação das bocas do Ambriz e do Zaire, necessidade que de novo salientava em 1771 a Martinho de Melo e Castro.

Logo em 1764 escrevia Sousa Coutinho a Mendonça Furtado informando-o que mandara um engenheiro ao Encoje tirar a planta da fortaleza, mas que aquele adoeceu com febres, de tal maneira que em 2 meses tivera de ser sarjado 3 vezes. Por isso renovava uma proposta de 1699 para criação de uma aula de geometria e fortificação, que efectivamente foi criada no ano seguinte, com exames públicos obrigatórios, e da qual saíram os

condutores indígenas necessários às inúmeras obras depois realizadas.

A fortificação das praças da Província recebeu de facto um vigoroso impulso: em 17 meses foi completada por meio de estacarias a ligação com terra do forte do Penêdo, assente sobre um rochedo destacado da costa, fortaleza importantíssima por fechar a entrada do porto de Luanda, varrendo o fundeadouro e conjuntamente a estrada da Nazareth ao Cacucuo, pela qual vinha à cidade todo o movimento do interior; foi levantada a fortaleza de Benguela desde os alicerces, trabalho representativo de grande esforço pela carência de mão de obra naquela região; foram reparados todos os presídios e, em face das ameaças de guerra na Europa, consertadas e aumentadas as fortalezas velhas da capital e concluída a fortaleza de S. Miguel, na qual foram construídos um cavaleiro, uma cisterna e armazens à prova de bomba.

Reduziu o tempo de serviço das tropas; renovou os quadros, promovendo oficiais novos, usando das atribuições que lhe haviam sido conferidas para nomear até capitães, e reformou oficiais incapazes; desenvolveu a instrução das tropas, introduzindo a tática do conde de Lipé e fiscalizando-a activa e pessoalmente; cuidou da disciplina, dando aos presídios oficiais brancos por comandantes.

A-pesar da introdução da moeda de cobre, (2) o pagamento dos soldados do interior continuava a fazer-se em fazendas. Sousa Coutinho determinou que os soldados de Ambaca, Pedras, Cambambe, Massangano e Muxima fossem pagos em sal, que nessas regiões corria como moeda.

Além destas medidas refundiu inteiramente a organização militar da Província em moldes que subsistiram até 1820.

O exército passou a ser constituído por 3 escalões (3): a *primeira linha*, com um regimento de infantaria em Luanda, 4 companhias a 100 praças em Benguela, Pungo-Andongo, Ambaca e S. José do Encoje, 4 companhias a 60 praças em Muxima, Massangano, Bambambe e Novo Redondo, um esquadrão de cavalaria em Luanda e 3 companhias de artilharia em Luanda, Benguela e Caconda; a *segunda linha* (milícias) só de infantaria, com um regimento em Luanda, 8 companhias em Ambaca, formando um corpo com comandante, e 20 companhias, uma no Dombé Grande da Quimzamba e Muxima, 2 em Massangano, 1 em Pungo-Andongo, Cambambe, Encoje, Novo Redondo, Calumbo, Icolo de Bengo, Dande, Goulungo, Zenza e Quilengues, Dembos, Benguela, Bailundo e 2 no Bié, 1 em Caconda, e outra em Benguela de *negras Henriques*; a *terceira linha* (ordenanças), com 33 oficiais do terço de ordenanças, em Luanda, e mais 17 companhias nos locais onde havia milícias e mais uma companhia em Ambaca. Como tropas de terceira linha eram também

(2) Além da moeda de cobre introduzida no governo de Henrique Jaques de Magalhães (1694), há notícia de terem sido cunhadas quatro moedas de cobre de 2 vintens, vintem, 10 reis e 5 reis, com a inscrição *Dominus Guinae*, em 1752. — Bol. do Conselho Ultramarino — Legislação antiga, vol. I, pag. 420.

(3) *Ensaio* de Lopes de Lima, liv. III, pag. 138; e *Memórias* de Feo Cardoso, pag. 346.

(1) *Memória do Reyno de Angolla e suas conquistas* — D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

considerados 20.000 empacasseiros que os sobas eram obrigados a fornecer em caso de guerra.

MEDIDAS SÔBRE BENGUELA

Sousa Coutinho encontrára, ao chegar a Angola, a cidade de Benguela e o seu sertão no maior abandono. A fortaleza estava em tal estado, que, quando o seu antecessor visitou Benguela, caíra um pano da muralha só com as salvas! Pouco antes do seu govêrno, um barco francês ali tocára e pedira viveres que lhe fôram negados; alguns marinheiros desembarcaram, afugentaram os habitantes e tomaram o que pretendiam. D. Pedro II, por carta régia de 16 de outubro de 1674, tinha dado os dízimos ao hospital daquela povoação e ninguém os aproveitára, morrendo degredados, soldados e marinheiros ao desamparo. Sousa Coutinho confiou o hospital à irmandade da Senhora do Pópulo e deu execução à carta régia. Caconda e os sertões adjacentes estavam apenas povoados por transfugas e por alguns comerciantes.

Estabeleceu juiz de fóra em Benguela para criar respeito à justiça; mandou fazer cofre dos orfãos e ausentes; organizou a Fazenda Rial; e propôs que fôsse nomeado um Governador "para que cessassem os provimentos de capitães-mores precários e ignorantes". Por ordem de 18 de novembro de 1761 fizera cessar o antigo processo de provimento dos capitães-mores e ordenára que se fortificasse Benguela.

Já em Portugal, após o seu govêrno, ainda Sousa Coutinho advogava na sua *Memória do Reyno de Angola e suas conquistas* a conveniência de elevar a capitania de Benguela, "collonia de bandidos e atravessadores", à categoria de govêrno, para facilitar a execução do seu projecto de travessia (1), que não pôde levar a cabo, mas do qual era ardente partidário. Benguela era importante por expedir por ano 19 a 20 náus de escravos, cujos direitos de safda atingiam 60 contos, por ser por ela que se exportava quasi todo o marfim e por ser escala de navegação que, tomada pelo inimigo em tempo de guerra, a êste dispensaria o bloqueio ou tomada de Luanda, porque 2 pequenos navios nessa altura chegariam para surpreender todos os navios de comércio vindos do Brasil. Por isso apontava como necessário "mandar para Benguella hum governador hábil dezenteressado e fiel, que governe todos os Certoens adjacentes, e o mesmo prezidio de Caconda".

Em 1775 elaborava as instruções para o novo Governador de Benguela, cuja capitania veio de facto a ser elevada a govêrno subalterno de Luanda em 1779. O novo Governador poderia, para mais economia, ser coronel do batalhão de artilharia, que em Benguela se devia formar, com 6 companhias para guarnição da cidade e 2 para Caconda e Novo Redondo, "dependendo comtudo do de Angola para o que forem negócios de Fazenda na administração da Junta daquele Reino e para os de defesa mútua em cujos artigos se devem considerar os

(1) A ideia da travessia era muito antiga. Já com o fim de a facilitar para as serras de ouro de Manapota, a advogava o licenciado Domingos de Abreu e Brito, no seu inquérito à vida económica de Angola. *Sumario e descripção do Reino de Angola*, pag. 3.

dois governos como um só e indiviso". Benguela devia também ter uma companhia de cavalos.

O Governador receberia proibição terminante de "aceitar carregaens, comição de navios, ou qualquer outra factura de comércio por pequena que seja... ou aceitar a menor bagatela a título de propina, patente ou outra graça por si, ou por *Criado ou amigo seu*. Os reus de caso crime seriam enviados para Luanda para serem sentenciados pela Junta de Justiça ali existente. Mas entendia que também na justiça poderia haver separação, criando-se Junta constituída pelo Governador, juiz de fóra e um dos officiaes maiores do batalhão a criar, sentenciando por carta régia de 14 de novembro de 1761 e 28 de abril de 1767, com formalidades sumárias para os negros, os quais como regra deveriam ser condenados em trabalhos públicos. O despacho dos escravos seria feito pelo Ouvidor de Angola e também pelo juiz de fóra de Benguela.

Para efeito de administração da Fazenda Rial, o Governador, o juiz de fóra e o administrador dos direitos reais formariam Junta, que regularia receitas e despesas, pagando as despesas metade com *letras da junta sobre as mesas de inspecção do Brasil* e a outra metade em dinheiro provincial.

Insiste na conveniência de manter cuidadosamente Novo Redondo e de mandar procurar as minas de cobre das suas vizinhanças, bem como na descoberta e conquista de 10 ou 12 léguas de costa para o sul. Aconselha a que a companhia de cavalos a fundar em Benguela, acompanhada de um punhado de empacasseiros, rompa de Luanda através da Quissama, devendo fundar um presídio na costa.

Recomenda as missões "negócio de grande consideração se se concidera a incapacidade dos Clerigos daquela Regiam, e dos Capelaens de Navios, que ali passão, e não menos a dos Vizitadores, que de ordinário são pouco uteis, e quasi sempre, consultam primeiro os interesses pessoais, que os da Igreja".

COLONIZAÇÃO

Sousa Coutinho era nitidamente adverso à colonização penal.

A imigração, iniciada em 1754, de condenados pedreiros e carpinteiros, (2) foi interrompida no seu tempo, em face das reclamações da população. E em carta a Mendonça Furtado (28-8-1766) põe o problema com notável clareza e para êle sugere uma solução radical, "proibindo para sempre as sentenças que cada vez gravam mais este Reino com degredados de péssimos costumes e mulheres prostitutas, mostrando a experiencia de mais de 2 séculos que semelhantes remessas foram sempre inuteis, e muitas vezes perigosas, e não se devendo esperar que cazem, que se emendem e que frutifiquem, porque, perdida a saude, estimada a ociosidade e radicados os vícios, morrem logo, e vem a ser, por um excesso de desgraça, mais util a sua morte que a sua vida". A colonização penal é para êle um recurso inútil, porque "o clima, associado com a má qualidade das gentes que das cadeias vem para aqui, immediatamente se serve das suas desordens para os matar".

(2) *Boletim do Conselho Ultramarino* — Legislação antiga — Vol. I, pag. 434.

Já assim não pensava quanto à colonização militar. "A gente que se espalhar e estabelecer naquele Continente he o mais seguro fiador das conveniências do Estado, por esta causa não deve ser a disciplina na Tropa hum embaraço no tempo de paz à População do Paiz e à conservação das mesmas; por esta razão não se impedirá a nenhum soldado, que caze, e a todo o que se vir com industria e officio se auxiliará para o mesmo fim, e se lhe dará baixa para que viva em comércio." (1)

Mas a colonização que se lhe afigurava mais viável era a realizada pelo Estado, mesmo de estrangeiros, que "na primeira geração serão portugueses". Por isso pede insistentemente o envio de casais para povoar o território, em especial o planalto de Benguela, cuja colonização lhe mereceu um particular interesse. "Para acabar de vez com as desordens (escreve êle ao Marquês de Pombal em 18 de Outubro de 1769) que desde muitos anos era teatro o sertão de Benguela e que eram quasi sempre originadas pelas violências que os brancos espalhados pelo sertão cometiam sôbre os negros, ordenára a fundação de povoações regulares e policiadas nas quais os brancos deviam residir". Por outro lado pedia o envio de mulheres, "as quais dulcificando uns genios ferces e só propensos à guerra dos negros, não só auxiliariam os trabalhos rurais, mas seriam os melhores instrumentos de que as leis se serviriam para formar a ordem e paz em uns homens que à liberdade da natureza corrompida reuniram a do costume".

Em outubro de 1769 já tinha criado de facto algumas povoações: uma na *província da Ahuila* (Hufla), muito no interior da terra, paralela ao Cabo Negro, a que deu o nome de *Alva-Nova*; outra na *província de Luceque* (Lusseque), a mais vizinha dos Rios de Sena, a que poz o nome de *Sarzedas*; outra em *Quitata*, com o nome de *Contins* (Caconda); uma outra no *Quipeyo*, chamada *Passo de Souza*; outra em *Galangue Grande* com o nome de *Linhares*, trabalhando por essa altura para o estabelecimento de uma outra nos *Quilengues*.

A ideia da colonização ganhára fortes raizes no seu cérebro. Na *Memória* escrita em 1773-75, insiste em detalhes sôbre a execução dos seus projectos. Lembra que se enviem para Angola casais das Ilhas e do Brasil, recomendando como mais favorável o mês de junho para sua chegada, sob pena de serem todos sacrificados, e de forma a poderem ser transportados aos seus destinos, *na boa estação que dura até o fim de selembro*. Tomando como base de estabelecimento as povoações já fundadas, a colonização poderia avançar, ocupando e avassalando o território, "hum novo *Ophir*, o mais rico e o mais importante que se conhece, e cujas riquezas serão muito maiores do que se pensa, logo que forem descobertas e praticadas".

Fala com entusiasmo das terras do Sul: "Quasi todas as províncias sam tam sadias como as da Europa, sam cortadas de muitos Rios, já mais lhes faltam as chuvas nas Estações próprias; tem as mesmas geadas, granizos e nubladas de Portugal, e Orteliças daquele Reyno; tem inumeraveis gados de todas as qualidades e finalmente não ficão sojeitas à intempérie deste Certão, nem

fazem depender os que o vão habitar do costeamento que este requer; antes hum Degredado cheio de misérias, e fadigas da viagem mais comprida logo que ali passa se restabelece e fica outro Homem; ainda por via de comércio, he infinitamente diverso do Certão do Norte, porque os Negros são muito melhores, muito mais, e só encerra a mayor abundancia de marfim".

MORALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Vinham de longe as queixas contra os *capitães-mores*, cargo desconceituado pelas violências e vexações praticadas contra o gentio. Nos regimentos dos governadores encontram-se reiteradas recomendações para que, acabado o tempo de serviço de cada *capitão dos presidios*, fôsse mandada pessoa idônea a sindicá-lo. (2) As *residências* deviam ser enviadas ao ouvidor-geral para as sentenciar juntamente com o Governador Geral, devendo depois ser enviadas ao Conselho Ultramarino. (3)

Sousa Coutinho tinha àcerca dos *capitães-mores* as piores impressões. Por ordem de 18 de novembro de 1761 fôra ordenado que se dêsse ao *capitão-mor* de Benguela 1/4 % das fazendas entradas no pôrto, "para que tendo com que sustentar-se fossem privados do comércio e fizessem sem dependências Justiça à os Povos". Quando apresenta o projecto da criação de um govêrno para o sul da Província, com governador de nomeação régia, vê-se claramente que a sua ideia nascêra da inconveniência de entregar essa extensa área de território a *capitães-mores* recrutados na colônia, "precários e ignorantes", e ainda por cima venais.

As queixas contra os *capitães dos presidios*, como dissemos, vinham de longe. Já no velho *projecto de aforamento dos sobas* de Garcia Castelo Branco (1620) se dizia: "e não serão obrigados a darem a *macunces* que são os embaixadores que os *capitães* lhes mandam cada hora para tirarem deles, que os destroem..."

Sousa Coutinho procurou pôr officiaes brancos à testa dos *presídios*, e pela publicação, em 24 de fevereiro de 1765, do *Regimento dos capitães-mores dos presidios*, definiu-lhes as atribuições, coibindo as violências por êles praticadas nos negócios do sertão. Êste diploma é um documento notável, que, mais que qualquer outro, contribuiu para a moralização da administração em Angola, definindo ao mesmo tempo uma orientação governativa inteligente, justa e humanitária.

O Regimento dos *Capitães-mores* abrangia disposições àcerca do lançamento dos *dízimos*, refreando os abusos praticados pelos *dizimeiros*. Tais eram êsses abusos,

(2) *Boletim do Conselho Ultramarino — Legislação antiga* — I vol. pag. 218.

(3) O Conselho Ultramarino foi criado por D. João IV, pelo alvará de regimento de 14 de julho de 1642, e decreto de 14 de janeiro de 1643, ocupando-se de todos os assuntos respeitantes às colônias. Por alvará de 22 de dezembro de 1643 todos os papéis officiaes do Ultramar deveriam ser-lhe enviados. Foi extinto por decreto de 30 de agosto de 1832 e restabelecido por decreto de 23 de setembro de 1851, tendo-lhe sido dado regimento pelo decreto de 29 de dezembro de 1852. Foi de novo extinto por decreto de 23 de setembro de 1868, sendo substituído pela Junta Consultiva do Ultramar.

(1) *Memória do Reyno de Angola e suas conquistas* — Sousa Coutinho.

que os negros vizinhos da fábrica de ferro de Oeiras se haviam oferecido para trabalharem de graça na fundição, mediante dispensa do dízimo, não pelo valor do imposto em si, mas para evitarem a dureza e ambição dos *dizimeiros*. "Ainda elles (os *serviçais*) ganhem mil vezes mais do que importa, hão de dezertar logo que o Dizimeiro lhes pedir cinco reis de Dizimo, tal he o ódio que lhe tem, quando pelo contrario nam o pagando estas Povoações, e ganhando-se dinheiro nellas, correrão de todas as partes a abitadas e servilas".

Os dízimos eram já lançados directamente pelo governo, sem a utilização dos sobas para êsse serviço, fazendo-se prèviamente o arrolamento para sua distribuição. Consistiam em impostos fixos, lançados anualmente a cada palhota e a cada cabeça de gado e numa colecta de percentagem sôbre a produção dos arrimos, assim como sôbre os foros ou pensões que oneravam as rendas prediais. Os dizimeiros, árbitros do lançamento do imposto, do qual dispensavam quem muito bem queriam, exigindo hospedagem e carregadores, haviam-se tornado um verdadeiro flagelo do sertão.

Os frades, clérigos, cavaleiros e poderosos haviam-se pouco a pouco furtado ao pagamento dos dízimos. Apoiado na doutrina do dec. de 13 de abril de 1755, que obrigava as ordens religiosas ao pagamento dêste imposto, Sousa Coutinho generalizou a todos essa obrigação.

Em 1765 escrevia ao Conde de Oeiras: "A final conclusão e balanço das contas que V. Ex.^a receberá com esta, me deu o maior e mais vivo cuidado, sendo-me necessário ter em uma casa do Trem Rial, fechados e com sentinelas, os contadores para que as concluissen".

E assim a colheita do dízimo, que já se elevára no govêrno de António de Vasconcelos, atinge proporções nunca verificadas. Arrematados no triênio de 1762-65 por 2.470\$000 reis, são arrematados em 1766 por 6.000\$000 reis. O progresso na colheita do dízimo foi tal que, em 1771, só o dízimo de Ambaca rendia 10.000 cruzados, sendo de 6.000 o de tôda Angola quando Sousa Coutinho tomou o poder. Êste resultado foi obtido pelos métodos atrás indicados, pela abolição do direito de hospedagem dos dizimeiros e pela simplificação e unificação do pagamento do imposto em tôdas as regiões.

As contas da Rial Fazenda (1), quer respeitantes à Junta das Missões, quer à administração dos bens confiscados aos jesuítas, quer ainda ao contrato do sal,

(1) A Casa dos Contos ou Junta da Fazenda tivera principio na que se formou por carta régia de 29-X-1761 para recolher os bens confiscados aos jesuítas. Compunha-se do Governador, Ouvidor, Juiz de Fora, Provedor da Fazenda e do Coronel do regimento da guarnição de Luanda.

apresentavam agora saldos positivos; e o rendimento do *Contracto Real da saída dos escravos* em alguns anos quasi triplicára.

Por decreto de 17 de novembro de 1761 fôram mandadas fazer escala por Luanda as náus vindas da India, para o que se mandou estabelecer em Luanda uma *Alfandega*, com escrivão e tesoureiro, para recebimento de 10 % das fazendas vendidas ou descarregadas pelos officiais das mesmas náus. Desta determinação, que devia ter feito crescer apreciavelmente os rendimentos da Província, resultaram porém abusos, imediatamente reprimidos pelo alvará de 19 de junho de 1772, curioso documento pelo qual se podem claramente avaliar dos esforços empregados para centralizar em Lisboa o movimento comercial de todo o império português.

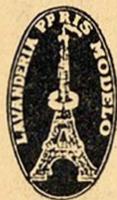
As náus da India não só vendiam as fazendas chamadas *de negro*, próprias para o consumo de Angola, mas, iludindo a prosição de fazerem escala pelos portos do Brasil, haviam feito de Luanda um entrepôsto, pelo qual introduziam fazendas da India, que depois eram transportadas para a América, sem terem passado por Lisboa. E "sendo huma máxima geralmente recebida, e constantemente praticada entre todas as nações, que da Capital ou Metropoli Dominante é que se deve fazer o Commercio e Navegação para as Colonias e não as Colonias entre si", foi formalmente prohibido que as fazendas da Ásia fôssem desembarcadas em Angola, permitindo-se contudo que nos seus portos se embarcássem nas mesmas náus "os géneros e efeitos da terra para serem transportados em direitura a Portugal".

Esta medida tinha também em vista proteger as fábricas portuguesas de tecidos, que laboravam com o algodão do Brasil. Tais tecidos não poderiam aguentar em Angola a concorrência dos da Ásia, devendo pelo contrario êstes, por serem muito estimados em Angola, ir primeiramente a Portugal, para depois servirem de meio e auxilio à introdução dos tecidos metropolitanos na costa ocidental africana.

O PROBLEMA DA TRAVESSIA

Sousa Coutinho advogou entusiásticamente a possibilidade de realização da travessia para Moçambique, "pois he constantemente verdadeiro que os habitantes dos Rios de Sena tem visto por vezes da parte de cá, e de hum Lago grande, que a ali se diz medeya, homens a cavallo com chapéu, o que só pode ser os nossos soldados de cavallo, que em diferentes guerras andarão por aquelles Sertoens".

Quanto à conveniência da travessia, êle considerava-a "hua tam grande e tam delicada emprêsa, que todo o trabalho e despeza que der serão certamente diminutos em attenção ao alto objecto que tem". De resto as riquezas que saíam por Moçambique e Rios de Sena para



A máxima perfeição, entrega rápida, garantia absoluta.

LAVANDARIA PARISIENSE

PARIS MODELO

CALVÃO REIS & C.^{IA}

AV. PASTEUR, 310 (Praia Vermelha)

Chamados: Fones 6-0570 e 6-2484—Especialidade em roupas finas

25 Agencias na Cidade.—Peçam tabelas

Preços especiais para hotéis, pensões e restaurantes.

Lavagem e preparo de toda a qualidade de roupa.



a Ásia poderiam deixar supôr bem evidentemente a utilidade de abrir caminho para Moçambique.

Para realização dessa empresa estabelecia duas soluções: a do emprêgo das armas e a dos meios pacíficos e suasórios.

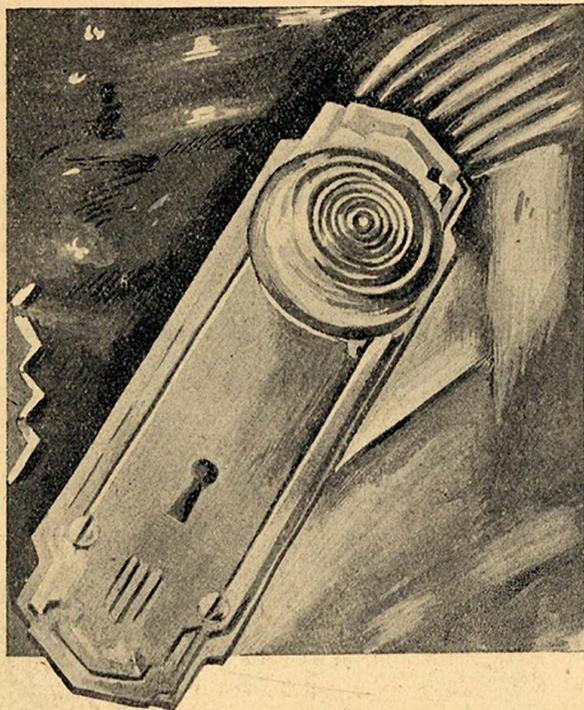
Pela primeira, afigurava-se-lhe muito fácil a empresa, mandando marchar no mês de junho de Chicova e Tete as guarnições que allí houvesse, acompanhadas de negros do país, ao encontro de uma expedição, saída de Caconda no mesmo mês, caminhando de ambas as partes quanto possível na mesma latitude, até realizarem a união. Calculava a travessia em pouco mais de 100 léguas, que poderiam ser vencidas em um ano, estando inteiramente seguro do seu êxito, porque "aos nossos Empacaceiros, Cavalaria e peças de ameadar, não ha quem resista em África". Porém ao seu claro espírito afigurava-se como mais eficaz, se bem que mais lenta, a occupação dos territórios por meio da colonização e do comércio, pois que, pelas armas, uma vez retiradas as tropas, tudo ficaria de novo perdido. Por isso procurára avançar as povoações na faixa compreendida entre as latitudes de 14 a 18, a última das quais fôra *Sarzedas*, para lá de Caconda, tendo pedido insistentemente para Portugal o envio de casais para as povoar. O único obstáculo seria vencer os *cambundos*, primeiro povo que não acolhia os brancos.

Quando propôs a criação do govêrno de Benguela, Sousa Coutinho teve ainda em vista promover mais activamente o avanço dessas povoações. Por essa forma se

evitaria que os holandeses, estabelecidos na África do Sul, partissem de Tafel-Bay, prolongando as suas estações no sentido de Moçambique; abrir-se-ia um comércio rendosíssimo com regiões ricas em ouro, prata, cêra, cobre e marfim, encaminhando tais tesouros para Portugal, sem ao menos o trabalho de os minerar; aumentar-se-ia a segurança do importante pôrto de Benguela, pouco defensável em caso de guerra; e finalmente facilitar-se-iam as comunicações com Moçambique e com a Índia, governando mais fâcilmente essas ricas e afastadas regiões.

Assim imaginava Sousa Coutinho soldar as pedras de um grandioso império, imprimindo estrutura a um sonho a que então se não pôde dar vida. "Levava eu o grande projecto de unir as duas Costas, encaminhando para a Ocidental os riquíssimos canais de ouro dos Rios de Sena; obra a maior, que pode fazer um vassálo português, e obra extremamente fácil".

E quando mais tarde se tentou de novo dar realização a êsse grandioso sonho, que desde o princípio do estabelecimento dos portugueses em Angola constituiria uma aspiração da raça, outros interêsses gigantêscos se haviam já criado em África, capazes de o contrariarem e impedirem, desfazendo em pó o ideal secular de um povo, que, sendo por índole criador de nações, desde então taceia às escuras, em busca de um destino digno do papel heróico que outrora desempenhou no mundo !



FERRAGENS

"VANADIUM"

FINAS E MODERNAS

Fornecedores

DOS

principais construtores
do Rio

ALFREDO LIMA & C.

RUA S. PEDRO, 178-180

Telef. 4-4810

FIM DO GOVÉRNO DE SOUSA COUTINHO

Sousa Coutinho, após oito anos e meio de govêrno, retira para Portugal em 21 de novembro de 1772. Deixava atrás de si uma larga obra governativa, fecundada por um alto espírito de rectidão e de bondade: "amou a Justiça, seguiu a Piedade, acudio muito à pobreza, e procurando augmentar a população do Reyno, fazia casar as moças pobres com soldados, a quem dava dotes das testamentarias". (1) A protecção dispensada aos hospitais de Luanda e de Benguela diz alguma coisa àcerca do seu coração piedoso.

O seu espírito, observador e meditativo, está estapado na *Memória do Reyno de Angola*, já escrita em Lisboa, após o seu govêrno e antes de partir como embaixador para Madrid, onde morreu. Nesse trabalho, que encerra pontos de vista do mais largo alcance, deixou sugestões de muita sabedoria, quer respeitantes à colonização, quer às missões religiosas, à travessia para Moçambique, ao comércio, à indústria e à agricultura.

E o mais admirável é que todo o esforço do seu govêrno foi realizado em luta com uma saúde melindrosa. Logo no ano seguinte ao da sua chegada escrevia a Mendonça Furtado: "Estou tão miserável, havendo saído ha poucos dias da terceira doença da terra, que nem sei o que encomendo, nem o que digo!" E de novo, em 1770, a sua dôr se expandia em lamentosas queixas: "Já que V. Ex.^a me faz a honra de chamar-me o Redentor destes Reinos, quando ahi V. Ex.^a o é pelas suas sábias e previdentes ordens; permita-me a liberdade de pedir-lhe evite que os meus trabalhos se terminem pela minha morte: estou cansado, e o clima tem arruinado as minhas forças, reduzindo-me a uma debilidade bem estranha; tem mudado de face totalmente êste Reino, necessita homem muito hábil, e muito vigoroso, e com as forças da Europa; eu confesso que nem o sou nem as tenho,

perdi-as por força de imensos trabalhos e duríssimas aflições, para chegar ao fim do que empreendi; tenho passado muito más noites e muito maus dias, e é preciso que, ainda sendo de ferro, quebre; se fôra outro clima, se tivesse quem servisse em tudo o que queria e julgava necessário, duraria mais tempo, e este se pode proporcionar ao que valem seis anos de África, sem socêgo, sem alívio e sem outra consolação, que a de ter tratado o serviço de Sua Magestade como devia e como entendia lhe era útil".

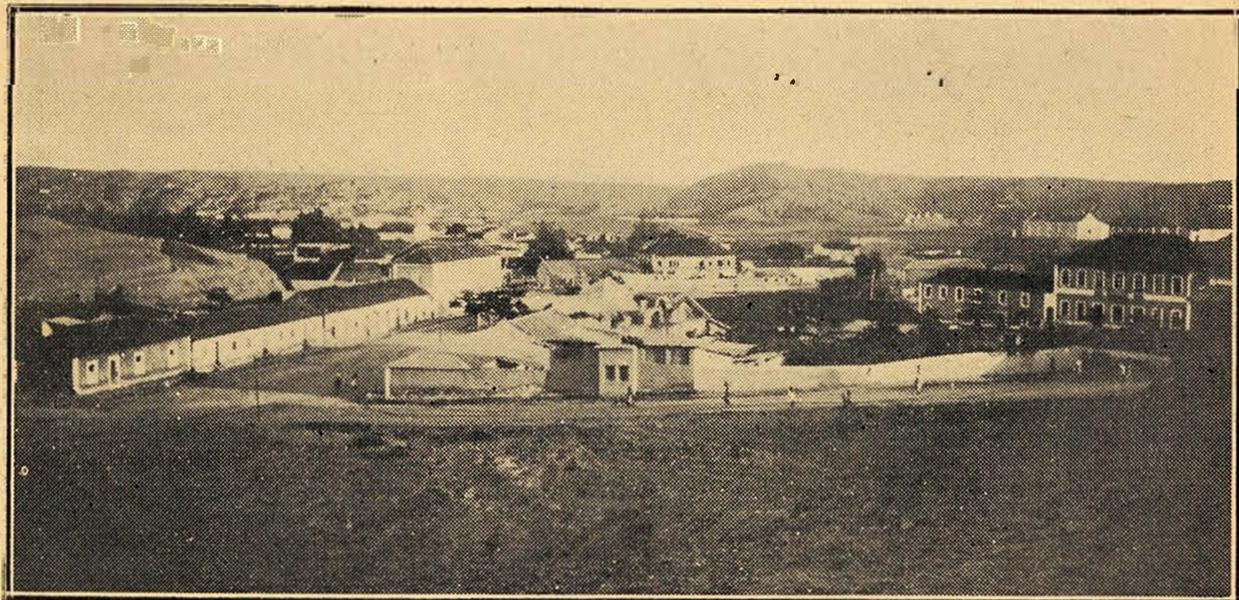
Se atendermos ao sacrificio denotado por estas nobres palavras, mais crescerá a nossa admiração por aquele que foi sem dúvida uma das mais egrégias, senão a mais egrégia figura que ocupou o govêrno da Província! Esfôrço e sacrificio quasi perdidos, mas que nem por isso deixam de corresponder a um dos momentos culminantes da história de Angola. "O govêrno de Sousa Coutinho em Angola (1764-72) demonstra porém o propósito de fundar uma verdadeira colônia na África ocidental. São dessa época as primeiras construções das cidades marítimas e data de então a tentativa de criar uma indústria metalúrgica com ferros de Nova Oeiras. Em geral efêmeros, os planos do Marquês de Pombal eram neste caso especial do fomento de Angola quiméricos, porque, além das causas gerais, havia ao tempo um motivo que por força maior impedia todo e qualquer desenvolvimento agrícola ou industrial: o *negócio dos escravos rendia mais que qualquer outro*". (2)

Angola — Sá da Bandeira, 31 - I - 1933.

José Sousa Coutinho

(1) *Memórias* — Feo Cardoso, pag. 266.

(2) *Brasil e Colônias Portuguesas* — Oliveira Martins, pag. 99.



VISTA PARCIAL DA CIDADE DE NOVO REDONDO

PORTUGAL GLORIOSO

POR JOSÉ CRESPO

MÉDICO—ESCRITOR E SECRETÁRIO DO "INSTITUTO HISTÓRICO DO MINHO"

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

PORTUGAL é um país pequeno e pobre, diz-se, a-pesar do seu património colonial, artístico, mental e histórico. Não. Portugal é um grande povo, que se empobreceu e esgotou em empresas longas e portentosas, a descobrir Novos Mundos, a conquistar ilhas às trevas do Mar tormentoso, a fazer Nações. É o terceiro império colonial do Mundo e o império da sua língua falada, e seu império moral, contém 80 milhões de criaturas. Se os recursos que empregou a devassar os Oceanos, a explorar e a colonizar terras bravas e desconhecidas, rasgando novos horizontes à Civilização, os tivesse empregado na Metrópole, a faina seria menos gloriosa, mas mais proveitosa. O Brasil custou-nos rios de sangue e de sacrifícios. Angola, que há-de ser um segundo Brasil maravilhoso, ainda nos leva energias incalculáveis. Podíamos ter ido no encalço de outros, que nos substituísssem nesta labuta épica com as ondas e com as forças hostís da natureza, seguindo a rota por elles descoberta e estabelecendo-nos nas terras que elles desbravássem. Mas o destino tinha-nos determinado esta missão histórica. As perdas de gente e dinheiro, tragadas pelo mar e pelas regiões inóspitas, nunca esfriaram o entusiasmo com que nos lançamos nesta empresa prodigiosa. Possuíamos o Génio descobridor e colonizador. Eramos uma raça de viajantes e de lutadores extraordinários. Tínhamos audácia, adquirimos a sciência. Erguêmos um templo, onde o Génio da Raça, frente ao Mar, se abriu à Razão e à Aventura. Não foi o Acaso que criou a Escola do Infante D. Henrique e acendeu o pensamento profundo que presidiu à sua fundação. O Acaso não cria homens-cosmógrafos, mareantes, lutadores, colonizadores e viajantes, D. Henrique, D. Pedro, Bartolomeu Dias, Gil Eanes, Gama, Cabral, Albuquerque, D. João de Castro, Duarte Pacheco, Almeida, Fernão de Magalhães — nem faz Nações. Foi um milagre da Raça. Era a mística das ondas.



JOSÉ CRESPO

Era a tentação irresistível de possuir o segredo dos Mares e de conhecer, através dêles, o mundo inteiro... Frente ao Oceano revólto ouvimos a sua voz chamar-nos. Era uma voz misteriosa, profunda e emocionante. Ora falava de tragédias e de naufrágios, ora de glórias e de promessas. Era o Adamastor a desafiar o Infante e o Espirito do Infante a perscrutar os longes das amplidões desertas... Abraçámo-nos ao Oceano e fômos... Voltamos exaustos, mas tínhamos vencido o Mar tenebroso e dado ao Mundo, com o esplendor duma civilização nova, outros mundos.

Esta missão gloriosa e dura qualquer outro a poderia ter cumprido. Porque o não fizeram? O mar a todos se oferecia. Era fácil depois seguir os caminhos descobertos e povoar as terras con-

quistadas. Os portugueses, cavaleiros de Cristo, navegantes no mar e batalhadores em terra, eram, acima de tudo, evangelizadores. Dilatar o império cristão, era um dos objectivos da sua obra. A poeira dos séculos não consegue empanar o clarão ofuscante que dimana da nossa acção nos mares desconhecidos e nas terras ignotas e bravias. Foi um sorvedoiro de vidas e dinheiro. Multiplicámo-nos, num esforço sobrehumano, para desfraldar ao vento dos quatro cantos do Mundo a bandeira das quinias e levarmos a tôda a parte a língua portuguesa. Fizemos o milagre de Cristo da divisão dos pães. Outros povos, mais ricos e poderosos, foram atrás de nós, alummiados pela luz que o Infante espargia pelo Mundo. Haverá quem não acredite nesta obra temerosa e emocionante, que os “Lusiadas”, a História, as Colónias, o Brasil, as Índias, as feitorias, os padrões, a língua portuguesa falada nos quatro cantos da terra, proclamam alto? Quem abriu o caminho dos Mares, investindo com a barreira de terrores fantásticos que os defendia? Sepultando vidas e caravelas no fundo do Oceano, desfizemos as lendas do Mar Tenebroso, quebramos as colunas de Hércules e vencemos as iras do vélio Adamastor, de guarda ao Cabo das Tormentas. Sustentamos as primeiras investidas ferozes dos indígenas da África, dos Índios da América, dos selvagens da Ásia e da Oceânia, desfazendo prega por prega o manto de trevas que envolvia o mundo desconhecido. Por mar e por terra levamos a Cruz de Cristo às mais longínquas parágens depois de dominarmos a vasta amplidão dos Oceanos tormentosos. E desta sementeira fecunda e generosa todo o mundo colheu. Os que descreêm, apoucam-nos e escamoteiam-nos feitos e glórias. Mas mesmo assim não diminuem o valor da acção dos portugueses na história dos descobrimentos e da colonização, com as suas conseqüências políticas, económicas, artísticas, geográficas e científicas. “Portugal adoptou a forma mais nobre da colonização: a que enxerta a nova planta demográfica no tronco antigo, sem desenraizar o tronco. A colonização portuguesa honra a colonização latina (Carlos Gide)”. Desta época imarcescível de viagens maravilhosas guardamos a tendência

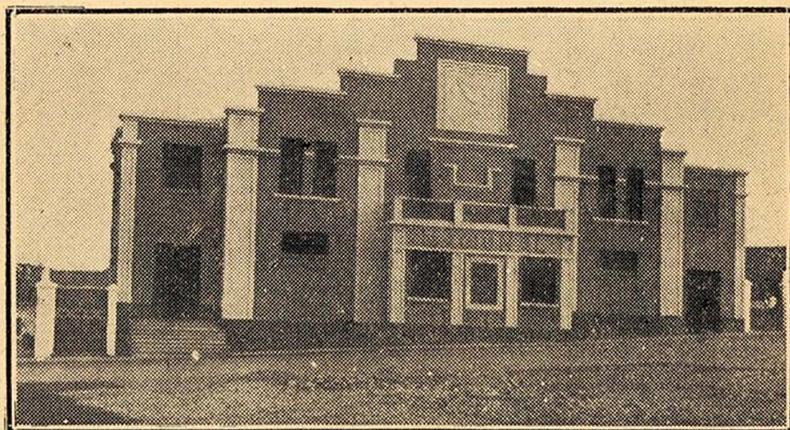
para emigrar. E’ para o Brasil que se dirige principalmente a nossa corrente emigratória, porque, “a não ser assim, o futuro do Brasil será de uma outra raça que não a nossa, e o papel do povo português terá sido simplesmente o de primeiro descobridor do terreno, terá sido o duma população provisória que veio limpar o caminho para outros (Silvio Roméro)”

**

Três dos feitos máximos da História dos Descobrimentos—Caminho das Índias, por Vasco da Gama, Descoberta do Brasil, por Alvares Cabral, primeira Circunnavegação de globo, por Magalhães— foram realizados exclusivamente por Portugal, com excepção do último, em que os portugueses talvez porque os recursos da sua Pátria não suportavam então encargo tamanho, receberam a protecção de Castela. Há quem afirme Cristóvam Colombo, com documentos e lógica, de nacionalidade portuguesa. Mas êste facto não aumenta nem diminui a acção de Portugal nos Mares. Antes de Colombo já os nautas portugueses tinham atingido a América. A primeira expedição conhecida, comandada por João Vaz da Costa Côte-Rial, aportou à “Terra Nova dos Bacalhaus”, em 1472, 20 anos antes de Colombo. Esta ilha Americana figura no “Mapa-Mundi” de Mercator, com a designação de “Terra de João Vaz” e no Atlas de Fernão Vaz Dourado.

**

Quanto mais se estuda a História dos descobrimentos e da colonização, mais avulta a grandeza do nosso esforço sobrehumano. Por vezes, sùrgem certos gestos isolados de luso-



ANGOLA — LUANDA — TEATRO NACIONAL

fobia que visam denegrir-lo. Fomos até onde era possível ir. Outros não fizeram tanto. Pusemos, ao serviço do génio empreendedor e evangelizador da Raça, de seu espírito de sacrifício e de abnegação, das suas qualidades de resistência e de tenacidade, dos seu poder criador, da sua pertinácia, do seu valor indómito, tôda a ciência da arte de navegar da época, que desenvolvemos e aperfeiçoámos. Não andámos ao acaso em luta com as ondas. Era audácia esclarecida pelo saber dos cosmógrafos do Infante, senhores de todos os conhecimentos da arte de marear. As empresas eram prèviamente estudadas. As caravelas rasgavam os Oceanos com um objectivo scientificamente determinado, tanto quanto podia o saber de então. Levavam cartas rumadas, a bússola, o astrolábio, o quadrante, todos os instrumentos e regras da cosmografia. Enquanto D. Henrique, cercado dos cosmógrafos, decifrava silenciosamente as cartas marítimas, os roteiros dos pilotos, os mapas, os manuscritos e as obras que seu irmão D. Pedro trouxera das suas viagens, os mareantes, em luta tenaz com as ondas bravas, a desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, até aí imersos em

funda escuridão, iam transformando êsse infinito de águas e de sombras, que era o mar tenebroso, num Oceano de luz, para que Portugal precedesse as Nações da Europa na obra ingente do Descobrimento e Colonização do Mundo.

Março de 1933.

João Gaspary

“Dêmos á Nação optimismo, alegria, corágem, fé nos seus destinos; retemperêmos a sua alma forte ao calor dos grandes ideais e tomemos como nosso lema esta certeza inabalável: Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação”.

OLIVEIRA SALAZAR

PREFIRAM
AS
TINTAS
A OLEO
EM TUBOS
MARCA
AGUIA
SÃO AS MELHORES
E AS
MAIS BARATAS

TINTAS
AGUIA
RIO DE JANEIRO

CÔRES ABSOLUTAMENTE GARANTIDAS

Companhia Inglesa de Seguros

“PEARL”

Fogo — Acidentes de Automóveis

Reservas € 70,000,000

AGENTES GERAIS: FRISBEE & FREIRE L.^{TD}

Rua Teófilo Ottoni, 34

RIO DE JANEIRO

O mate é o verdadeiro substituto do chá da Índia, usado até aqui. Descoberto pelos jesuitas no Paraguai, no século XVI era tomado como alimento, e como medicina pelos índios americanos e entrou nos hábitos dos argentinos, uruguaios, chilenos e brasileiros, que o tomaram como água, passando a usa-lo mais tarde como chá.

A Europa já se está habituando ao mate e a propria Inglaterra tem sido a primeira a usá-lo em virtude das suas qualidades nutritivas e terapêuticas, além de estimulantes em



virtude da grande dose de cafeína que contém.

A sua fabricação é toda em elementos de madeira natural, não contendo nenhuma substância nociva á saúde.

De todos os mates fabricados no Brasil, o Real é o melhor. Usam-no casas reais da Europa. É o rei dos mates e o mate dos reis.

DAVID CARNEIRO & C.^{IA} — CURITIBA (BRASIL)

REPRESENTANTE PARA PORTUGAL E SUAS COLÓNIAS:

ALVARO PEREIRA — Rua Tomás Ribeiro 109, r/c. D. — LISBOA

H I M O R

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

POR SALUSTIANO CORREIA

TENENTE-CORONEL



ESTA ilha da Oceânia, situada entre o estreito de *Ombai* ou *Malloca*, e o mar de Timor, faz parte do arquipélago de *Sonda*. Fica entre as latitudes 8° 20' e 10° 22'S., e as longitudes 132° 37' e 136° 50' E. (meridiano de Lisboa), ao N. da Austrália. A Portugal pertence apenas a parte Oriental.

A parte pertencente a Portugal, tem a superfície de 18:989 km.² Os limites entre as possessões portuguesas e neerlandesas na ilha, estas na parte S. O., são: ao N. as fronteiras que separam *Cova-Lima de Joamilo* e ao S. as que separam *Suai* de *Lakequene*. A Portugal pertence também a pequena Vila de *Pulo Cambing*, situada a N. de Timor.

Além desta parte descrita, temos o enclave de *Okussi*.

Havia os territórios contestados de *Noé-Muti* e de *Reacucar* delimitados pelo tratado de 1859; territórios estes, encravados aquele, em território holandês; e este, no português.

E' muito curiosa e pitoresca tal demarcação que se não justifica nem mesmo se pôde explicar, porquanto nem nós, nem os holandeses exerciam ali qualquer jurisdição, ficando os respectivos povos entregues a si, não recebendo os benefícios de qualquer civilização mais adiantada, e sem a preocupação que outros tinham, já sujeitos ao domínio duma autoridade regular!

Por aquele tratado, Portugal tinha em *Okussi* 960 k², tendo ficado reduzido a 580, sem que uma comissão mixta que foi nomeada em 16 de Fevereiro de 1899, chegasse a um definitivo acôrdo.

Em 7 de Agosto de 1909, outra comissão, em obediência ao n.º 10 do Art. 1.º da Convenção de 1 de Outubro de 1904, nada resolveu de interessante, sobre os territórios contestados.

Revelam-se de tal sorte, os arranjos urdidos nas chancelarias europeias, entre as partes litigantes, qual delas a que melhor quinhão poderia atribuir-se, sem respeito pela tradição e pelos direitos históricos, sujeitando-se a sorte dos povos ás conveniências particulares da diplomacia, não se importando com *coisas de ordem secundária*.

Regulou-se então em 1915 definitivamente o caso transcendental com melhoria vantajosa para os holandeses efectuando-se a troca daquelas regiões.

Ficou pois arrumado de vez, a questão, depois do tratado de 1859 e pela convenção de 1904, após 56 anos!

Mas ainda não ficaram por ali as coisas completamente arrumadas, porque em 1920 quando ali estive pela segunda vez, como comandante militar superior da fronteira luso-holandesa, fui abordado por um alto funcionário do vizinho território, afim de ouvir a minha opinião pessoal sobre uma possível troca do nosso território de *Okussi*, pela cunha metida entre as nossas regiões de *Cova-Lima* e *Batugadé*; aproveitando a deixa, emiti o que me parecia mais vantajoso assegurar para nós, traçando-lhe o plano da possível delimitação da nova fronteira a desejar, partindo de *Atapoepo* em linha recta até à contra-costa, passando a S. O. de *Lakequene* e guiando-se quanto possível pelas cumiadas das montanhas como ótimos pontos de referência, não obedecendo aos cursos de água, que são numerosos, complicados, sinuosos e sem importância, pois como tais, as chamadas ribeiras mais parecem regatos.

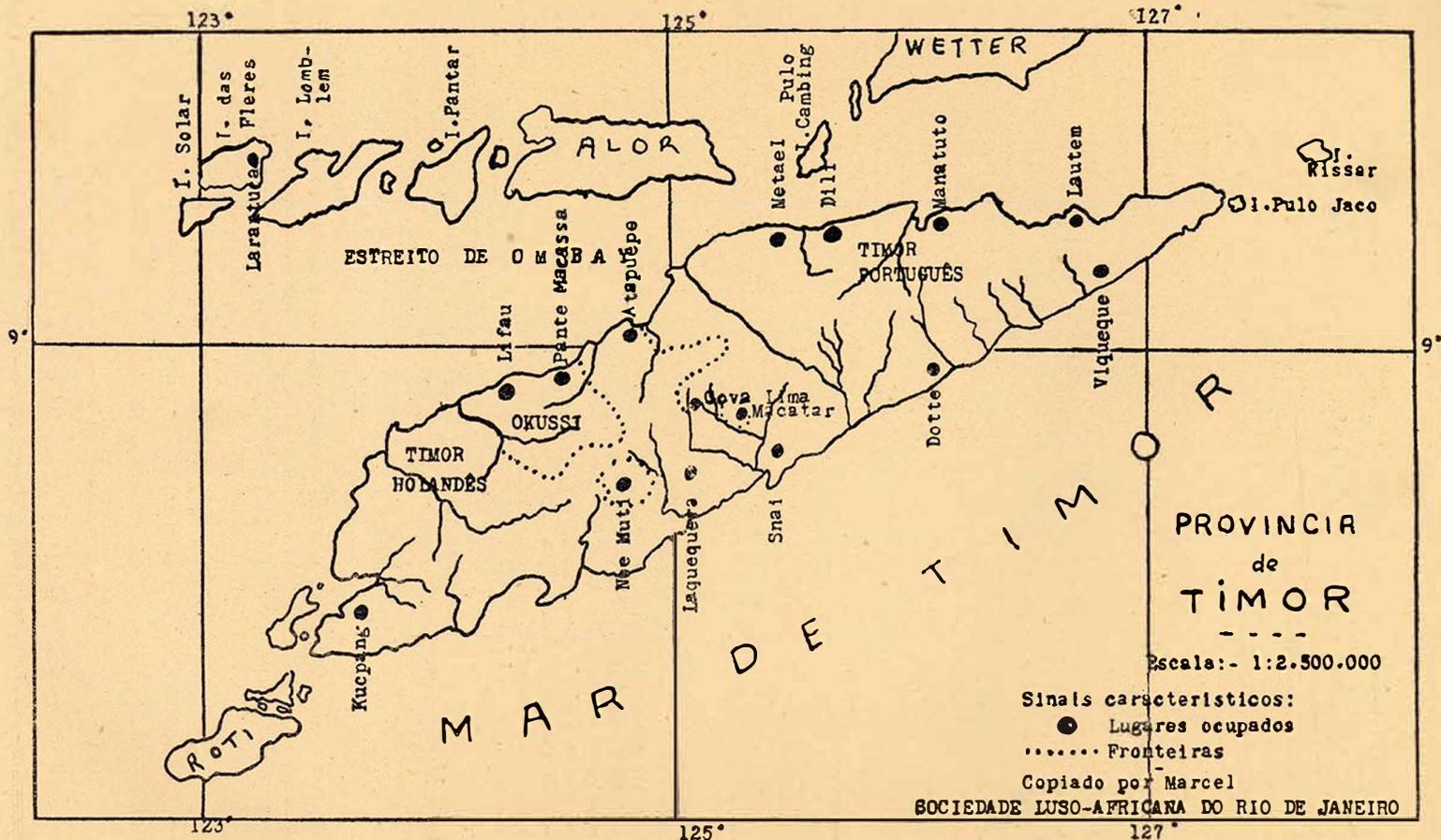
Aquêl alto funcionário, pareceu-me não lhe ter soado bem a minha demarcação, e fiquei percebendo que de modo algum lhe conviria que eu fizesse parte duma comissão de delimitação de fronteiras, para a possível e desejada troca.

Como conhecia bem *Okussi*, pois permaneci lá perto de quatro anos, prossegui na sua descrição quanto possível meticulosa para realçar o valor daquela apetecida região, enumerando as ricas florestas de sândalo de que tem o privilégio, bem como de plantas alimentícias, que o indígena cultiva esmeradamente, plantas industriais, como o algodão, amendoim, palmeiras, purgueira, tabaco, etc.; assim como também plantas medicinais, como quineiras, rícino, salsaparrilha, açafraão, etc., etc. prados importantes que devem ser tomados como factores de valorização e que não podem ser desprezados; acrescentando mais, que a densidade de sua população era para considerar porque continha 71 habitantes por quilómetro quadrado. Quanto ao território holandês a permutar, eu ignorava qual o seu censo em relação á sua superfície de 120 km.² assim como também os valores compensadores a colocar paralelamente á riqueza florestal e á variedade de plantas em completa exploração em *Okussi*.

Conhecia muito por alto o território holandês, ignorando, é certo, qual o seu valor real, mas bem avistado

Seja amigo de si mesmo !

...compre n' O CAMIZEIRO, 28/32 — Assembléa



das alturas das nossas fronteiras, essa cunha, talvez medida no nosso território com pensamento reservado, é um vale com ligeiras ondulações de terreno e onde não se divisa coisa que nos deslumbra, de molde a fazer aguçar apetites, incapaz de produzir pruridos cubiçosos.

Ora, nada tendo de atraente aquêlê território, porque nada ali se fez para o valorizar, talvez com o propósito preconcebido de numa data qualquer, passar para mãos doutro possuidor, fui exigente na justa proporção, quando áquele alto funcionário, tracei o plano da possível delimitação das futuras fronteiras avançando com as nossas até ao limite máximo de possibilidades.

De resto, considero de toda a vantagem em efectivar a troca daquela região nas condições expostas por circunstâncias várias, sobressaindo o seu isolamento e a distância a que se encontra do resto da província, e não esquecendo principalmente a riqueza que encerra aquela área de 580 km.² com uma população laboriosa e submissa, para atender 120 km.² que não pôde comportar um núcleo tão populoso a avaliar pela pequena extensão do seu território.

*Francisco de Aragão
Tenente Coronel*

“Angola representa para nós, portugueses, e para todo o mundo civilizado, um passado de tal grandeza, que deve apagar aos vossos olhos o que lhe falta ainda para vos receber como um país de prósperas civilizações. Foi ao longo desta extensa e tão nossa costa, do Cabo Bojador ao Cabo Frio, mais à terra, mais ao largo, que tomou verdadeira forma, que entrou pelo caminho das realizações êsse gigantesco e formidável desígnio de descobrir novos mundos que a nossa alma nacional concebeu. Estamos a pisar terra sagrada”.

NÓRTON DE MATOS

DEFESA MILITAR DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

“Não está nas nossas tradições coloniais o abandonarmos sem luta e de mão beijada o que herdámos dos nossos maiores e mesmo em dias de decadência bem mais difíceis do que os de hoje, quando, destroçados em Alcácer, nos resignámos à dominação filipina, durante mais de meio século os portugueses que viviam nas colónias as defenderam à mão armada contra os estrangeiros que lá pretenderam fixar-se. A luta feroz contra os holandeses no Brasil a que puseram termo as duas vitórias de Gururapes, a defesa tão pertinazmente sustentada nos presídios de Maçangano e Muximba, em Angola, o cerco da fortaleza de São Sebastião, em Moçambique, que D. Estêvam de Ataíde tão heróicamente suportou, e o baluarte inexpugnável de Macau, demonstram bem que, mesmo na mais negra época de decadência e desalento, o altivo espírito de independência e de orgulho nacional se não apagára por completo — e foi possível lutar e foi possível vencer.”

“Podemos, pois, afirmar que é possível e oferece excelêntes condições de êxito defender pela fôrça das armas a posse integral das nossas colónias. Está isso nas nossas tradições e a experiência da última guerra prova irrecusavelmente que as condições de tóda a ordem que caracterizam a vida colonial, bem aproveitadas, favorecem e facilitam a empresa.

“Temos recursos em homens mais do que suficientes e os nossos soldados sempre se bateram com notada galhardia quando a indisciplina, a desorganização e a incompetência dos dirigentes não tomaram conta da sua sensibilidade de meridionais, lançando-os nas flutuações e nos desânimos derrotistas.

FRANCISCO DE ARAGÃO
TENENTE-CORONEL

IRMÃOS AMARAL NOGUEIRA

MADEIRAS E MATERIAIS

Cimento, Cal, Telhas, Tijolos e Manilhas, sempre em stock.

Tacos, Frisos, Forros, de madeiras nacionais, aparelhadas e para tódas as aplicações.

Rua do Riachuelo, 168 — Tel. 2-4728

RIO DE JANEIRO

“EXPRESSO SOCCORRO LAPA”

QUAES AS SUAS VANTAGENS

1.^a — Fornecer-lhe gazolina em qualquer ponto que se encontre, quando á noite as bombas estiverem fechadas.

2.^a — Se o motor não quer pegar ou estiver falhando.

3.^a — Se furar uma camara de ar.

4.^a — Se arrebentar um pneu.

5.^a — Se faltar oleo.

6.^a — Se as velas estiverem sujas ou estragadas.

7.^a — Se o acumulador ficar descarregado.

8.^a — Se estiver seu carro em curto circuito.

9.^a — Se os freios não funcionarem.

10.^a — Se entupir os canos de gazolina.

11.^a — Se em um dia de chuva o seu carro atolar e precisar de reboque ou guindaste.

12.^a — Se fôr victima de qualquer accidente e quebrar uma roda, bengala, eixo ou tombar; em qualquer destas emergencias não terá mais que telephonar para

2-3166

Em caso de um desastre em que o seu auto necessite de vistoria pelas partes interessadas, V. S. o deixará em abandono? Não. Sendo socio do EXPRESSO SOCCORRO LAPA, a empresa se encarregará de tomar conta do vehiculo até á decisão final.

Inscrevam-se hoje mesmo; custando apenas 20\$000 mensaes. Posto de Lubrificação e freios, com aparelhos mais modernos.

PINTO & NEVES

27, Rua Theotonio Regadas, 27

Visitai a nossa exposição de automoveis de ocasião

ASSICURAZIONI GENERALI

DI TRIESTE E VENEZIA

COMPANHIA ITALIANA DE SEGUROS, FUNDADA EM 1831

A sua organização internacional concretiza-se nas suas 15.000 direcções, sucursais e agencias directas, além de mais de 28 COMPANHIAS DE SEGUROS QUE LHE SÃO FILIADAS.

De accôrdo com as disposições das leis brasileiras, TEM REALIZADO NO BRASIL UM CAPITAL E RESERVAS DE RÉIS 8.467:000\$000 (balanço de 1931) ficando ainda todos os seus compromissos garantidos pela totalidade de seu vultoso patrimonio, que ascende á cifra de 1.220.000:000\$000; invertida com as maiores garantias e em grande parte em bens de raiz de sua propriedade.

A “Assicurazioni Generali” opéra em seguro de vida com as taxas as mais módicas e ainda em condições as mais liberais; as suas apolices são incontestáveis desde o início do seguro; cobrem sem aumento de prémios os riscos derivantes da participação do segurado em serviço militar, em tempo de paz ou guerra. Estão isentas de tôda a restrição relativa a viagens, residência, occupações, etc., etc.

Dentro do prazo de 4 mezes, depois do vencimento do prémio não pago, o segurado tem o direito de revalidar a apolice sem exame medico.

As suas liquidações são as mais rapidas possiveis, já tendo liquidado casos, aqui no Brasil, em 48 horas.

Quem pretender efectuar um seguro de vida, deve ocupar-se em examinar as garantias oferecidas pela seguradora e as vantagens das suas apolices.

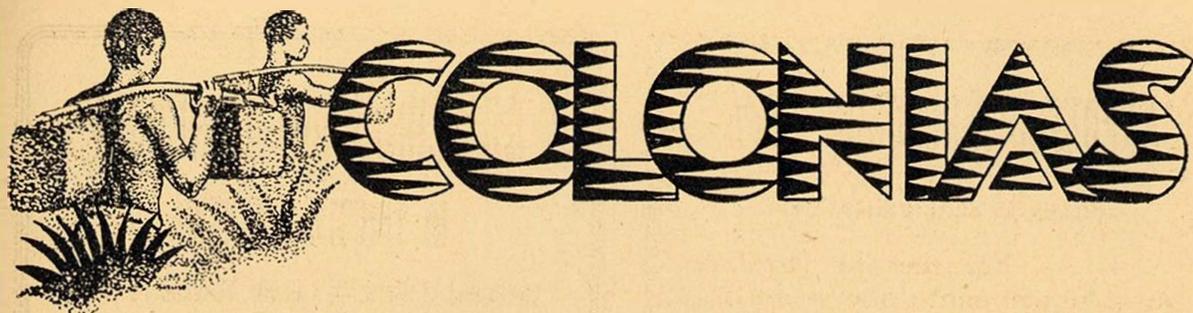
OPÉRA TAMBEM EM SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS, MARITIMOS, TERRESTRES, RESPONSABILIDADE CIVIL, ROUBO.

Representação Geral para o Brasil

RUA DO OUVIDOR 158. 2.º — RIO DE JANEIRO

Sucursal para o Estado de S. Paulo :

RUA 15 DE NOVEMBRO, 23 — S. PAULO



Congresso do Instituto Colonial Internacional

REALIZOU-SE em Lisboa, durante os primeiros dias da segunda quinzena do mês de Abril próximo findo, o quarto Congresso do Instituto Colonial Internacional, que teve o condão para todos os portugueses muito honroso, de chamar á nossa linda capital as maiores celebridades coloniais do mundo, membros categorizados do próprio Instituto e delegados da Inglaterra, da França, da Bélgica, da Holanda, da Itália e de Portugal, autênticos valores como: Louis Frank, coronel Bertrand, Henri Carton, Eduardo Jonghe, Paul Fontaine, Henri Rollin, Octave Lowers, Pierre Ryckmans e o Padre Pierre Charles, pela Bélgica; o coronel Conrado Zoli, antigo Governador da Eritrécia, o professor Gennaro Mondaini e o senador Cuttelan, chefe da secção dos Mandatos da Liga das Nações, pela Itália; o professor Moucharville, René Yvon, Blanchard de la Brosse, o Conde de Warren, Henri Iambuc, G. Juilen e Paul Valroger, pela França; Newton, Cratman e Lord Luggard, eleito presidente do congresso que se realizará no proximo ano, em Londres, pela Inglaterra, e finalmente os Coroneis Vicente Ferreira, Lisboa de Lima e Carlos de Roma Machado, os Drs. Rui Ulrich, Carneiro Pacheco, Luis Carrisso, Augusto de Vasconcellos, Fernando Emídio da Silva, Henrique Monteiro de Mendonça e o Engenheiro Bacelar Bebiano, componentes da delegação portuguesa.

Dentre os numerosos trabalhos discutidos e apreciados merece registo especial a tésse apresentada pelo antigo Ministro das Colonias e ex-Alto Comissário da República em Angola, Coronel Vicente Ferreira, sobre "O regíme monetário nas colónias"; e sobretudo é digno dos mais altos encómios e louvores o por todos os títulos notável discurso do Sr. Dr. Armindo Monteiro, digníssimo Ministro das Colónias e mui ilustre membro do Instituto Internacional Colonial.

"Vão de grande altura, — escreve o Tenente sr. Henrique Galvão —, o discurso pronunciado pelo sr. dr. Armindo Monteiro na sessão inaugural: Arrazoado político, de forma e pensamento superiores — foi o discurso digno do chefe dum Império que reconquista, trabalhosamente, o seu orgulho e o seu prestígio; apresentação convincente, clara e sábia de idéas flagrantes de observação e oportunidade — foi o discurso digno do técnico que é membro do Instituto.

"Falando como ministro das colónias do seu país, como técnico com responsabilidade e como verdadeiro europeu, o sr. dr. Armindo Monteiro realizou a própria expressão do pensamento, da vontade e da altivez do seu país".

Essa memorável oração, que tão fundo calou no espirito dos Congressistas e no da própria Nação Portuguesa, arquivámo-la com o mais legítimo orgulho em outro lugar deste *Boletim*.

Ao sr. Conde de Penha Garcia, colonialistas dos mais ilustres e com larga folha de serviços em prol do nosso Ultramar, dirigiu a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO o seguinte telegrama, por lhe ter sido conferida a honra de presidir tão importante assembleia:

"Conde de Penha Garcia — D. D. Presidente do Congresso do Instituto Colonial Internacional — Lisboa.

Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro saúda na ilustre pessoa de vocelência o patriotismo dos colonialistas desejando vitoriosos sejam resultados congresso — Secretário"

A primeira conferência do Império Português

POR ocasião da primeira conferência imperial portuguesa, realizada em Lisboa nos princípios de Junho, presidida pelo sr. Ministro das Colonias e assistida por todos os Governadores Gerais, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO enviou ao sr. dr. Armindo Rodrigues Monteiro o seguinte telegrama de saudações:

"Ministro das Colónias — Lisboa

Sociedade Luso-Africana saúda respeitosamente na ilustríssima pessoa de Vossa Excelência elevado pensamento patriótico — inspirador conferencia imperial ultramarina triunfantemente inaugurada".

A Semana das Colónias

A "Semana das Colónias" é uma das mais felizes das numerosas iniciativas patrióticas a que a douta SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBÔA tem metido ombros, durante a sua já longa e brilhante existência.

Então, ultimamente, debaixo da presidência do Sr. Conde de Penha Garcia, a sua actividade tem sido prodigiosa.

A proposito, da iniciativa a que nos estamos reportando, aquele ilustre colonialista fez distribuir uma circular em que resume da seguinte maneira as suas intenções:

"A Semana das Colonias foi criada pela Sociedade de Geografia em cumprimento de um voto do 1.º Congresso Colonial, e há alguns anos, que por ela vem sendo realizada, como instrumento de ensino e de propaganda da nossa missão colonial.

“Não tem ela por fim exaltar aquele sentimento digno do legítimo orgulho que todos sentimos pela grande obra colonial do Passado.

“Prendemos apenas manter como um culto a homenagem nacional do respeito e da gratidão por aqueles grandes homens e por aquele povo que outrora descobriram novos mundos, criando impérios e espalharam pela Terra a Raça Portuguesa”.

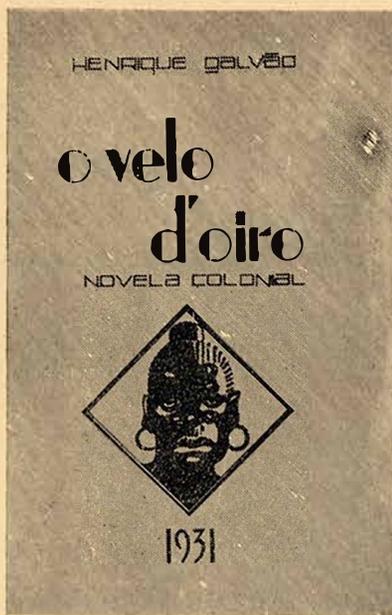
Literatura Colonial

No louvável propósito de incentivar os nossos escritores a cultivarem o difícil ramo da literatura colonial, a Agência Geral das Colônias instituiu vários prêmios para as melhores obras submetidas aos concursos por ela realizados anualmente.

De acôrdo com o que determina o Decreto n.º 21.988 de 15 de Dezembro de 1932, os júris do VII Concurso de Literatura Colonial reuniram-se no dia 15 de Junho, para classificação das diversas obras apresentadas.

Foram classificados os seguintes trabalhos:

1.ª categoria — 1.º prêmio, 5.000 escudos, com diploma, *O Velo de Ouro*, de Henrique Galvão; 2.º prêmio, 2.500 escudos, com diploma, *Ceus de Fogo*, de Campos Monteiro (Filho); com diploma de honra: os livros *Pela Nossa Africa*, de José Ribeiro da Costa Junior, e *Adão e Eva* de D. Maria Amelia Rodrigues.



2.ª categoria — 1.º prêmio, 5.000 escudos, com diploma, *Angola* (historia), de Alfredo Albuquerque Felner; 2.º prêmio, 2.500 escudos, *A Mulher na India Portuguesa*, de D. Propercia Correia Afonso de Figueiredo; com diplomas de honra: *Na Roda do Batuque*, de Luiz Teixeira; *Visões da China*, de Jaime do Inso.

Ao referido concurso foram submetidas as seguintes obras:

1.ª Categoria — “O Velo de Ouro”, de Henrique Galvão; “Adão e Eva”, de Maria Amelia Rodrigues; “A Colmeia”, de Carlos Rates; “Dona Ana”, de J. J. Ferreira Martins; “O Rei de Timor”, de Teofilo Duarte. “Princesa Negra”, de Luis Figueira; “Ceus de Fogo”,

de Campos Monteiro Filho; “Pela Nossa Africa”, de José Ribeiro da Costa Junior; “Baomé Sambu”, de Afonso Correia; e “Novela Africana”, de Julião Quintinha.

2.ª Categoria — “Na Roda do Batuque”, de Luiz Teixeira; “Visões da China” de Jaime do Inso; “Africa do Sonho”, de Mauricio de Oliveira; “Em Terras Distantes”, de Augusto Cabral; “Os Portugueses na Colonização”, de Gaspar Ribeiro Vilas; “A Mulher na India Portuguesa”, de Propercia C. Afonso de Figueiredo; “A Ilha do Principe”, de Juvenal Paiva de Carvalho; “João Belo e o Imperio”, de Mario Ferreira; “Africa Negra”, de João Baptista Pereira; “Nau Catrineta”, de Armando Ferreira; “Historia do Nosso Tempo”, de Henrique Galvão; “Angola”, de Alfredo Albuquerque Felner; “A Prôa de Sagres”, de Pedro Muralha; “Na Costa de Africa”, de Americo Pires Lima.

3.ª Categoria — “O Estado da India”, de J. J. Ferreira Martins; “O Congo Português”, de José de Almeida Matos; “Huila”, de Henrique Galvão; e “Timor”, de Teofilo Duarte.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, saúda por tal motivo todos os concorrentes, mórmente aqueles que foram galardoados com prêmios e distinções, e entre estes, mui particularmente os seus brilhantes colaboradores Srs. Major José Ribeiro da Cotsa Junior, Comandante Jaime do Inso e Tenente Henrique Galvão.

Conferências Literárias Coloniais

No “Teatro Nacional Almeida Garrett”, de Lisboa, vai realizar-se dentro em breve uma série de seis conferências literárias coloniais, organizada pelos distintos artistas Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro e com o patrocínio do *Jornal do Comércio e das Colônias* e da brilhante revista *Portugal Colonial*.

Pelos altos méritos e pelo extraordinário êxito de tão simpática como digna iniciativa, respondem os nomes dos ilustres conferentes: srs. General Nórton de Matos, Dr. Agostinho de Campos, Brigadeiro João de Almeida, Professor Lopo Vaz de Sampayo e Melo, António Eça de Queiroz e Tenente Henrique Galvão.

DROGARIA SUL AMERICANA

FUNDADA EM 1835

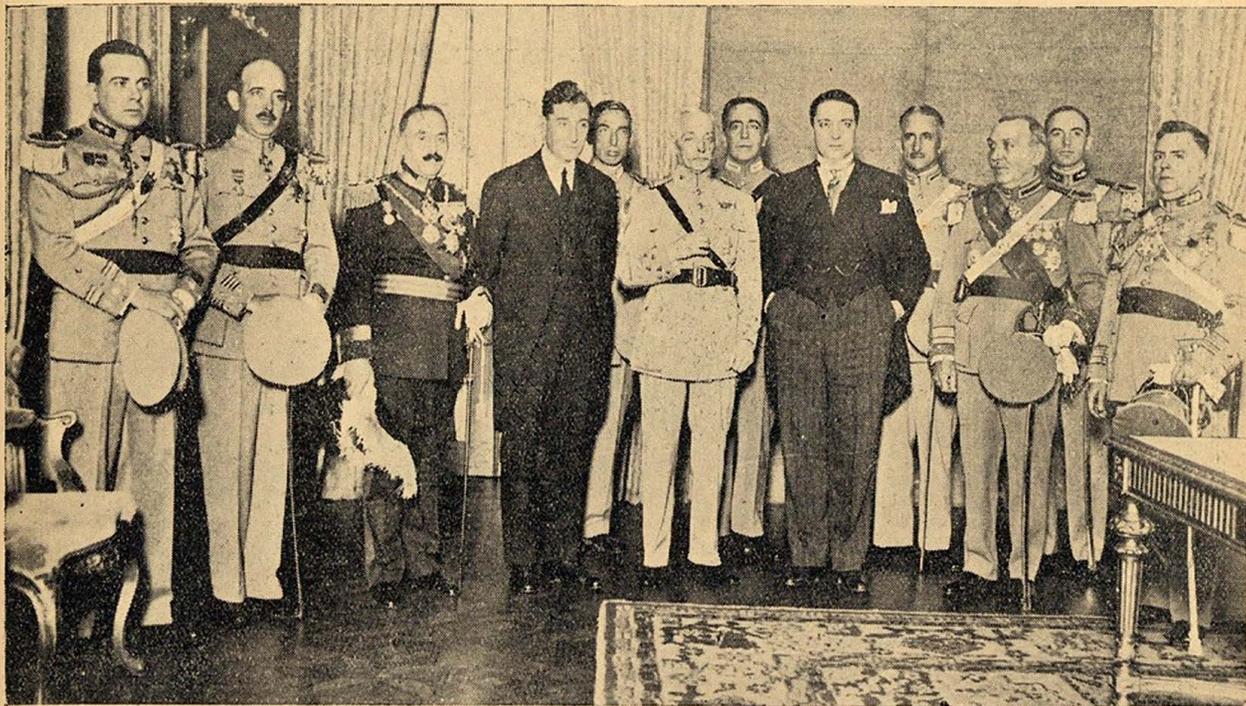
SILVA GOMES & CIA

REMEDIOS QUASI DE GRAÇA

LARGO S. FRANCISCO, 42 — TELS. 2-6021 E 2-9112

RIO DE JANEIRO

Exijam V.^{as} S.^{as} os vinhos e azeites de V. S. (Visconde Salreu)
em todos os bons hotéis e restaurantes — Telef. 4.0749



O SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS E OS SRS. GOVERNADORES GERAIS NO PALÁCIO DE BELEM, DEPOIS DE TEREM APRESENTADO CUMPRIMENTOS A S.AS EX.AS OS SENHORES PRESIDENTE DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

(FOTO CEDIDO PELO "DIÁRIO PORTUGUÊS")

ARTIGOS DE PAPELARIA ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

OBJECTOS DE ESCRITÓRIO ○ ○ ○ ○

PAPEIS EM GERAL ○ ○ ○ ○ ○ ○

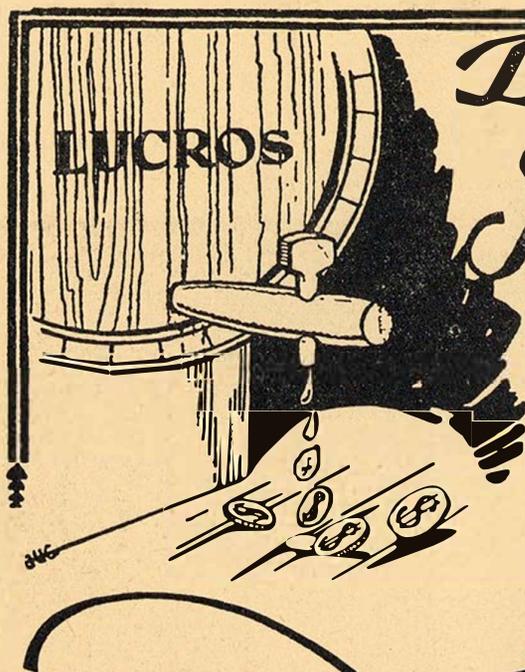
Importadores e Exportadores
Cóval & Co

RUA S. PEDRO, 136

Telef.: 3-0450 3-1449

CODIGOS: RIBEIRO e MASCOTTE

○ RIO DE JANEIRO ○



*De pingo
em pingo...
Seus lucros
se vão !...*

**mais
de 3
milhões**

DE NEGOCIANTES

USAM O

SISTEMA DE

CONTRÔLE

National

INFORMAÇÕES, SEM COMPROMISSO, NA

Casa  Pratt

RUA DA QUITANDA, 46 -- CAIXA 1.025

RIO DE JANEIRO

FILIAES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

A L E R T A !

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

POR CARLOS LEAL

ACTOR E PUBLICISTA

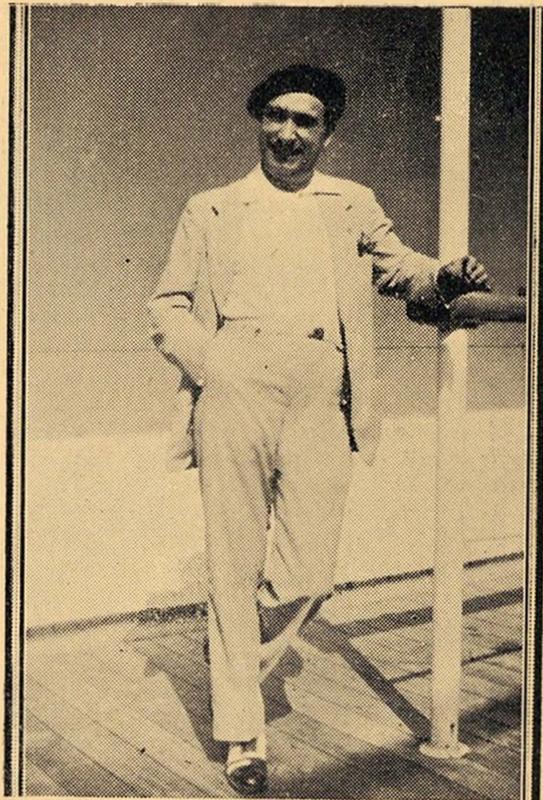
COMPLETAMENTE fóra do assunto, porquanto não sou colonial nem sequer ainda visitei o nosso Império Ultramarino, apesar dos convites sucessivos para lhes levar um pouco do meu bom humor, — é claro, consoante os ditames da profissão, — o que lhes posso dizer que interêsse à especialidade da vossa esplendida e patriótica publicação? — Pedís-me quasi o impossível...

Como, porém, sou um detective forçado da Vida, — esta negregada vida de ódios em que andamos chafurdando, *malgré tout*, — e ainda pelas conseqüências da profissão e até da minha maneira de artista — género magazine-falado... eu poderei rabiscar algo do que ouço e sinto —, mas, e para que melhor todos me possam entender e digerir, — sem as pretensões de estilo, nem snobismos literários.

O novo Brasil para os portugueses, está declaradamente, amplamente esclarecido nas nossas colónias. E' no vasto império colonial português, — classificado como o terceiro do Mundo potencial, — que a seiva e a inteligência do novo homem tem de procurar exercer as actividades, porque é nêsse imenso Terreal que um novo mundo se desperta. A velha e rabujenta Europa sempre em causa, adoenta os espíritos mais fortes. As Américas, possivelmente com razões aceitáveis até ao ponto aceitável em terrenos para que não chegam, — apossam-se de nacionalismo — com manifesto prejuizo da emigração de que tanto necessitam.

Os ócos da Paz que estão formando vertiginosamente a nova grande guerra, — resultaram conciliábulos para nos arrebanharem as Colónias, — por certo, no desconhecimento do que poderemos realizar de homérico para as salvar das garras aduncas alemãs e italianas que de há muito cubiçam o nosso património africano.

E então, é facil saber até onde poderemos ir, quando se abrirem as páginas doiradas da nossa História, e lêrem o que foi Aljubarrota, e a arrancada de 1640; o que foi o brado da Nação quando do *Ultimatum* inglês, as atitudes que tomamos perante as ameaças invasoras dos vários Prins da nossa vizinha Espanha, até á escalada épica do Monsanto, galgada tambem pela capa e batina de escopeta do actual ministro das Obras Públicas e Comunicações, engenheiro Duarte Pacheco. Como tôda a gente portuguesa sabe, os monárquicos haviam-se instalado no cume da linda serra para derrubar a República, esta nossa amada República, único relicário da nossa liberdade, da Liberdade de todo êste invencível povo de vinte milhões de almas espalhadas pelo orbe, dando-lhes lições de trabalho, honra e corágem. Ou não fôssemos os precursores de tôdas as descobertas e aventuras sublimes, — até mesmo quando fômos pelos ares ao apoteótico Rio de Janeiro, — êste povo cuja História é uma epopeia assombiante de corágem jamais excedida ou igualada.



CARLOS LEAL

Cliché inédito a bordo do "ARLANZA" quando do seu regresso a Lisboa, embarcado em Buenos Aires em Novembro de 1932

Pois que tentem assaltar-nos as Colónias, e verão como é a arrancada lusada! De resto, não haverá que ter receios de maior peso, porque o Estado Novo do novo Pombal, — e já não o podem eliminar da História, — está de plantão, e a Nação de atalaia!...

Pois as Colónias Portuguesas, mercê das várias circunstâncias do seu apreciável desenvolvimento, — formam o novo Brasil. Para ali teremos de encaminhar, de preferência, as nossas actividades, e muito em especial pelo facto de estarmos em nossa casa.

Portugueses, em Portugal há enormes fortunas, e outras se estão refazendo e conseguindo normalmente e simplesmente com os recursos próprios do país que ainda é um caudal de riquezas, sempre fértil e venturoso para todos os que mourejam e saibam agir pelo braço e pela inteligência.

E vindo até esta Metrópole de inegalável sol, — sanatório onde se curam tôdas as enfermidades, poderá observar-se o estupendo progresso porque Portugal continente de norte a sul, tem passado nestes últimos anos,

E se o nosso formosíssimo Arquipélago está atrazado pelas emergências do entalço entre-Oceano, — Moçambique progride e deslumbra em todos os seus ramos de actividade, sendo de notar o desenvolvimento maravilhoso de Lourenço Marques. Angola prepara-se para novas investidas, e dentro em pouco, tôdas as suas riquezas, que são as riquezas de um Império, — poderão ser apreciadas, facultando a emigração sem o receio de perdas de esforço.

E se a Alemanha e a nobre Itália, se justificam para se assenhoriarem do que é muito nosso, — alegando que “*não sabem onde alojar os seus súbditos*”, — que escolham outras parágens, — o deserto do Sahara comporta muita gente! De resto o famoso e tresloucado Hitler, já tomou resoluções de despejo que muito bem podem ser seguidas pelo senhor Mussolini: Em Portugal, pôde renascer um Viriato, e ainda se arranjam alguns Nunos Alvares, e da tèmpera rija de Martim Moniz, de Mousinho de Albuquerque, do coronel Aragão dos dragões de hoje, do Carvalho de Araujo, — em multidão de valentia até ao bravo Milhões que no 9 de Abril depois de esbrasear a sua incansável metralhadora, saiu ileso do arraial onde os que não morriam, endoideciam!

Experimentem-nos!?!...

Eis o que, sem deter o pensamento nem exitar na marcha cadente da minha modesta pena de publicista orgulhoso das suas escaramuças, lhes posso dizer nesta hora calamitosa em que estamos atentos aos manejos dos de fóra. E tenho cá uma Fé, que, da Grande Catástrofe, ainda seremos nós os do lado de cá, quem se salva. E porque? — Porque o nosso faról é a Estrela d’Alva.

Lisboa Abril 1933.

Carlos Leal

N. DO AUTOR:

Depois do artigo feito, tenho conhecimento pelo *Diário de Lisboa*, no relato sôbre as últimas notas á márgem do Congresso Colonial realizado em Lisboa com solenidade sob a presidência do nosso respectivo Ministro, que as coisas sobre a pretensão às nossas colonias, tomam

“Não há nenhum motivo para nos apoucarmos em frente dos grandes homens, porque, quando um homem superior cai á água e não sabe nadar, o mais pobre barqueiro o pode salvar. O mundo está tão divinamente disposto que cada um no seu lugar, no seu posto e a seu tempo, equilibra o restante.”

GOETHE

um novo aspecto... interessante pelo menos como forma de nos tranquilisar.

O congressista snr. Conrado Zoli, figura prestigiosa da Itália fascista, amigo íntimo de Mussolini e de Balbo, antigo oficial superior do Exército, durante a Grande Guerra, governador de duas possessões, secretário geral do ministério das Colónias e hoje presidente da Real Sociedade de Geografia de Roma, reunindo assim um certo número de qualidades que o tornam um excelente delegado—observador da Itália, em tão magna reunião como foi a dos colonistas, celebrada no nosso país, cujas colónias há tanto tempo são apontadas como cobiça dos italianos, — declarou, como delegado oficial do govêrno do seu país, que: — era tão grave como falsa a acusação lançada ao seu país e que não podia deixar de a repelir enêrgicamente. Prosseguindo, de que a Itália, não tentou nunca, não tenta, nem tentará enriquecer-se com os bens alheios. — “Respeitaremos sempre o que aos outros pertence,” — disse o snr. Conrado; — terminando por declarar que o sr. Mussolini, já desmentira perentôriamente ao ministro de Portugal, junto do Quirinal, essa malévola atoarda.

E depois de se referir em tom de grande sinceridade, ao carácter do sr. Mussolini que é sempre sincero nas suas afirmações, e que nenhum italiano deixava de acreditar nas palavras do Duce, — disse por fim que os alarmes não passavam de uma intencional e hábil invenção parisiense, com fins, que eles italianos conheciam bem... De facto a notficia foi colhida nos periódicos franceses.

Estamos de atalaia!...

De resto, contamos com os deveres aliados da Inglaterra, e já também temos o confôrto moral da nobre Espanha com a qual estamos, agora mais do que nunca consubstanciados; com a Espanha que, por um dos seus mais eruditos escritores, não acha possível qualquer pleito contra o nosso legítimo império colonial.

A Espanha, estará por amizade fraternal a nosso lado, em qualquer emergência, e aconselha-nos a que nos ponhamos de aviso contra o perigo materialista do saxão.

E por aqui me detenho, até que a possibilidade de outra escaramuça, mas em concordância com a minha grei, — me volte a honrar a rubrica nas páginas excelsas de o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

C. Leal

CALÇADOS FINOS E CHAPEUS NA
CASA CAVALIERE

encontra V. Excia. as melhores qualidades
pelos menores preços

A. Bordallo & C.^{ia}

Rua 7 de Setembro, 48 — Telefone 4-1574 — RIO

Rua Marechal Deodoro, 73 — NITEROY

RECOMENDAMOS A MARCA A. B. C.

O nosso terceiro aniversário

PODERÍAMOS encher orgulhosamente, com o relato fiel e circunstanciado da sessão soléne e do sarau artístico com que festejamos no dia 22 de Maio o terceiro aniversário desta colectividade, algumas colunas do presente BOLETIM, que não haveria da nossa parte a exuberância tropical habitual em notícias desta ordem. Mas não o faremos, pois queremos afirmar simplesmente que uma e outro corresponderam de um modo absoluto, em brilhantismo e ardor cívico, á nossa expectativa, como se verifica da seguinte notícia, extraída do *Jornal do Brasil*, conceituadíssimo diário brasileiro, de 24 do referido mês:

“A directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, no intuito de corresponder á admiração que todos os portugueses do Brasil, o govérno de Portugal e tóda a Nação Portuguesa, dilatada desde a Europa á Ásia, á África e á Oceânia têm por esta patriótica colectividade, cujo progrâma é completamente vasto pelo que já realizou e se propõe realizar e sumamente grandioso pela sua alta finalidade patriótica, humanitária e civilizadora, resolveu dar um cunho mais festivo, onde não faltasse o requisito da arte, á solenidade comemorativa do terceiro aniversário da sua fundação. Para tal, a directoria convidou para oradores officiais da solenidade, o eminente homem de letras, príncipe dos prosadores contemporâneos, Sr. Carlos Malheiro Dias e a ilustre professora Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro”.

Constituída a mesa pelo Sr. Consul Geral de Portugal, que presidiu, pelos Srs. Drs. Marcelo Matias,

consul-adjunto e Augusto de Sousa Paptista, secretário da “Federação das Associações Portuguesas do Brasil”, pelo Sr. Carlos Malheiros Dias, pela Exm.^a Sr.^a Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, e finalmente pelos Srs. Alfredo Nunes, presidente do “Centro Lusitano D. Nuno Alvares Pereira” e Antero de Faria, presidente da “Sociedade Lusio-Africana do Rio de Janeiro”, o Sr. Dr. Pedroso Rodrigues concedeu a palavra á Exm.^a Sr.^a Dr.^a Fernanda Casimiro, que pronunciou o seguinte discurso:

Minhas Senhoras. Meus Senhores.

Quer a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que seja eu a intérprete do seu saúdar agradecido.

Saúdar dirigido a todos que pela personalidade marcante honram e engrandecem esta comemoração.

Ao Insigne Mestre do Verbo, que vai envolver a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA no esplendor de sua Oração.

Aos que gentilmente se prestaram a colaborar nesta festa de aniversário trazendo, para maior brilhantismo a Magia, a Suavidade da Arte, numa das suas mais divinas manifestações.

Ao Ilustre Representante de Sua Exc.^a o Sr. Embaixador os maiores respeitos da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA.

A V. Exc.^a, Sr. Consul Geral Dr. Pedroso Rodrigues, um respeitoso agradecimento, profundamente sentido, porque desde o início vindes acompanhando o trabalho da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, dando-lhe sempre no valioso apoio moral, um alto incentivo, e no valor material da vossa pessoa a honra da presença, do aprêço, o orgulho



A BRILHANTE INTELLECTUAL DR.^a FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO PRONUNCIANDO A SUA FORMOSA E VIBRANTE ORAÇÃO

de tão elevada estima. A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA faz jus para continuar a merecer de V. Exc.^a esta consideração.

Ao Sr. Dr. Marcelo Matias, conselheiro adjunto, ilustre expoente da moderna geração intelectual, a gratidão que não paga a dívida contraída, mas guarda a saúde bem portuguesa, das Palestras Coloniais. AO GRANDE — em maiúsculo — escultor do Pensamento, pintor magistral da Idéa, cinzelador da Palavra, ao Mestre que congrega tantos dons e qualidades desde o Homem de Letras, ao Português que dignifica em tudo a Pátria, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA apresenta, com a devida vénia, a imensa e agradecida admiração. Manda-me salientar — eu não vou fazer apologia de V. Exc.^a — louca temeridade! um grão de areia junto do monte Everest, uma gota de água ao pé das cataratas do Niagára!

Manda-me salientar que por V. Exc.^a muitos olhares se volverão para a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA. Quantas interrogações? Carlos Malheiros Dias deu-lhes a subida honra de orador oficial? Vale seu esforço, finalmente?

Essa interrogação há-de volver-se na afirmação de que as acções não se justificam pelos homens, mas sim pelas obras que eles praticam.

O fulgor do nome de V. Exc.^a cercado, hoje, nesta memorável noite, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, deixará a par do culto, uma recordação grata e imperecível.

No distinto Representante da Federação das Associações Portuguesas, a LUSO-AFRICANA saúda todas as colectividades que se dignaram comparecer.

A's Ex.^{mas} Senhoras, que num requinte de gentileza e fidalguia vão emocionar a alma no encantamento da música e do canto, a SOCIEDADE reverente beija as mãos.

Ao conjunto de Arte e Harmonia que se chama ORFEON PORTUGAL — Portugal e Brasil unidos no Sublime, efusivos agradecimentos.

A' Ex.^{ma} Directoria do CENTRO NUNO ÁLVARES PEREIRA, representada pelo Ex.^{mo} Sr. Alfredo Nunes, gratos cumprimentos pela cedência do salão nobre.

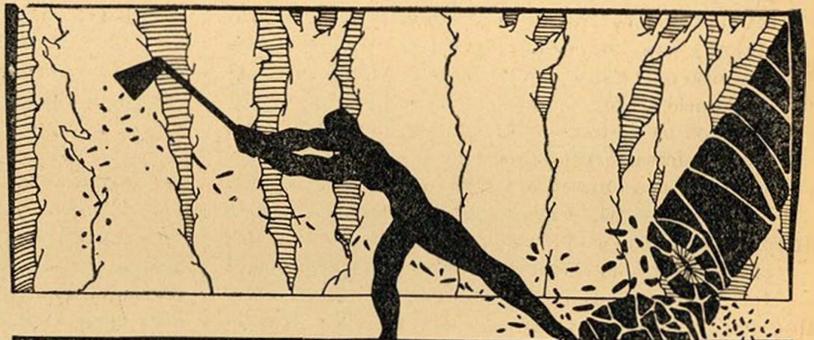
À Imprensa amiga e á distinta assistência o obrigado que de tão simples abrange todo o sentir.

E na pessoa do Ilustre Representante de S. Ex.^a o Sr. Embaixador, a Homenagem a Portugal.

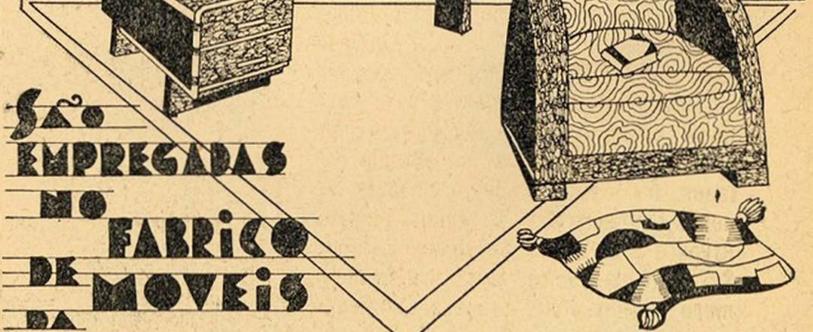
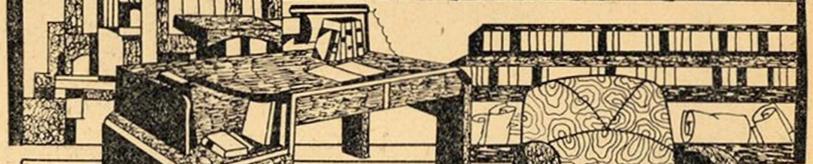
A parte artística, que decorreu brilhantemente, esteve a cargo da Sra. D. Margarida Simões e das Senhorinhas Alda Pereira Pinto e Isaura Matias que foram muito applaudidas.

O festejado corpo coral do "Orfeão Portugal" também se fez ouvir com o maior agrado, tendo colhido fartos aplausos.

A "Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro" espera de quem quer que transcreva, na íntegra ou em excertos, os trabalhos ou quaisquer dados estatísticos aparecidos nos seus "Boletins", a gentileza, que agradece, de indicar a respectiva procedência.



AS MELHORES MADEIRAS DO BRASIL



SÃO EMPREGADAS NO FABRICO DE MOVEIS DA

ASA
MARCA

UNES
REGISTRADA

INDEXE

BIBLIOTÉCA

Registaram-se durante o trimestre expirante as seguintes ofertas:

LITERATURA — HISTORIA E ECONOMIA :

MOSTEIRO DA BATALHA O TEMPLO DA PÁTRIA.

PORTUGAL PENDANT LA GUERRE ET PENDANT LA PAIX, oferecidos pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra.

MEMÓRIA SOBRE MACAU.

MACAU — pelo Com.^{te} Jaime do Inso, oferecido pelo Sr. Pedro José Lobo, Director dos Serviços Económicos de Macau.

PORTUGAL NÃO É IBÉRICO — Dr. Fran Paxeco, oferecido pelo autor.

TUDO — José Luís Caldas, oferecido pelo autor.

ESPELHO DO BRASIL — Osório de Oliveira, oferecido pelo autor.

TAUROMAQUEIDA — David Denis, oferecido pelo autor. A' MEMÓRIA DO DR. ALVARO DE CASTRO, oferecido pelo Major Costa Junior.

E' o INIMIGO QUE FALA... — Tenente Mário Costa, oferecido pelo autor.

VOLUNTÁRIOS DE LOURENÇO MARQUES — Tenente Mário Costa, oferecido pelo autor.

A ORGANIZAÇÃO, A DIRECÇÃO E EDUCAÇÃO Á LUZ DAS LEIS NATURAIS — M. Carlos, oferecido pelo autor.

HISTÓRIA MILITAR E POLITICA DOS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE DE 1833 AOS NOSSOS DIAS — General José Justino Teixeira Botelho, oferecido pelo autor.

MOÇAMBIQUE PERANTE GENEBRA — Dr. Eduardo d'Almeida Saldanha, oferecido pelo autor.

CASOS DA COSTA DA AFRICA — Dr. Eduardo d'Almeida Saldanha, oferecido pelo autor.

PORTUGUESES, ALERTA! — Dr. Eduardo d'Almeida Saldanha, oferecido pelo autor.

SEMANA PORTUGUESA DE VIGO

Pelo facto de termos recebido demasiado tarde, — justamente quando este "BOLETIM" já se encontrava em adiantado estado de impressão —, a valiosa colaboração com que se dignaram honrar-nos os ilustres intelectuais galegos, D. Avelino Rodriguez Elias, D. Jesús Lourenzo Gil e D. Manuel Lustres Rivas e o brilhante publicista patricio Sr. Júlio de Lemos, só no próximo número publicaremos a nossa prometida reportagem acerca da Semana Portuguesa de Vigo.

ERRATAS

Dos erros que escaparam à revisão do presente BOLETIM e cuja correção confiamos à inteligência dos leitores, destacamos a troca do nome do Ex.^{mo} Senhor Consul Geral de Portugal, Dr. Pedroso Rodrigues, pelo de Pedro Rodrigues, verificada a páginas 3, linha 4.

Que S. Ex.^a, a quem, aproveitando o ensejo, tributamos as nossas homenagens e o nosso preito de gratidão, se digne relevar-nos tão imperdoável como involuntário lapso, apelo que tornamos extensivo ao ilustre escritor Sr. Carlos Malheiro Dias.

A VIDA DUM APÓSTOLO — Sebastião de Magalhães Lima — Tribuno.

A VIDA DUM APÓSTOLO — Sebastião de Magalhães Lima — Jornalista.

A VIDA DUM APÓSTOLO — Sebastião de Magalhães Lima — Escriitor, oferecidos pela comissão publicadora.

SENSACIONALISMO — Conferências, oferecido pela Casa do Estudante do Brasil

ESTATISTICA :

BOLETIM Mensal de Estatística da República Portuguesa, mês de Abril, n.º 4; Estatística Comercial da República Portuguesa — ano de 1931; Estatística Geral de Cabo Verde de 1931; Anuário Estatístico de Portugal de 1931; Estatística Geral do Governo da Companhia de Moçambique; Anuário Comercial de Portugal e Separata das Colónias de 1932; Anuário de Macau no ano de 1927 e Anuário do Ensino da Província de Moçambique.

DIVERSOS :

MACAO (*The Portuguese Colony in China*); Feira e Exposição Industrial de Macau; Macau Filatélica; Macao Fairs and Exhibitions; Território de Manica e Sofala (monografias); Hino Nacional *A Portuguesa* Relatório da Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra; Relatório da Sociedade "Dous de Fevereiro" e Descobrimento — revista dirigida por João de Castro Osório.

MAPAS :

PLANTA GERAL DA CIDADE E NOVO PORTO DE MACAU, gentilmente oferecido pelo sr. Pedro José Lobo, director dos Serviços Económicos de Macau e MAPA DA ILHA DE SANTO ANTÃO, oferecido pelo nosso sócio correspondente naquela ilha, sr. Mário Leite

NOVOS SOCIOS

Durante os meses de Abril a Junho fôram admitidos os seguintes sócios:

JOSÉ DE BARROS } propostos por
CÉSAR AUGUSTO PINTO FERREIRA... } Alamiro de An-
DAVID DE ANDRADE } drade.

JOSÉ CORREIA DE MATOS } propostos por
MÁRIO MARIA DE ANDRADE } David de Andrade
JERÓNIMO MOREIRA CAMPOS }

NELSON CORRÊA DOS SANTOS } propostos por Mar-
JOAQUIM DA CRUZ FERREIRA } cel Augusto.
DR. ANTONIO SANTAREM COELHO... }
VASCO D'AZEVEDO CARNEIRO }
LINO BIZARRO }

MARIANO MOREIRA } propostos por J.
ANTONIO DE MATOS } Nascimento Ri-
ANTONIO PRISTA FILHO } beiro
EURICO PIRES RIBEIRO }

MANUEL CORRÊA MARTINS } propostos por An-
AUGUSTO VASCONCELOS MACHADO... } tero de Faria.

MÁRIO ALBUQUERQUE E CASTRO FREIRIA.
FREDERICO DA SILVA } propostos por
FRANCISCO COSTA LANÇA } Francisco
FRANCISCO XAIRER MARTINS } Gavicho de
RUI DA SILVA LOPES } Lacerda.
MANUEL DIAS CELESTINO }
IRENIO DE ALMEIDA }

JOSÉ DA SILVA GONÇALVES }
DIOGO JOÃO DE SOUZA TRINDADE }
JOÃO GASALHO MERGULHÃO }

D. ANTÓNIO DE ALMEIDA } propostos
TENENTE J. ENCARNAÇÃO ABELHA } por Manuel
FRANCISCO DA CUNHA LIBÓRIO } Quintans de
JOSÉ BARATA MOREIRA } Lima Bra-
JORGE CASTILHO MIRANDA LEMOS } ga
ALBERTINO TEIXEIRA R. FARIA }
ARTUR MOREIRA }
JOSÉ DA SILVA & IRMÃO }
A. BASTOS PINA }

JOSÉ NOVO }
HENRIQUE C. M. OLIVEIRA }
JOÃO DE ALMEIDA }

JOÃO C. PEREIRA } propostos pela Dra. Fernan-
ANTONIO GARCIA } da de Bastos Casimiro.
ANTERO AUGUSTO DA SILVA. }

JOSÉ VIRIATO SOARES DA CUNHA } propostos por
FRANCISCO GARCIA SARAIVA } Mario de
ANTONIO VINHA } Sousa Soa-
ALFREDO ARMANDO DE SOUSA OSÓRIO... } res
M. MARTINS D'ARAUJO }
LAUREANO ASSUNÇÃO }

**ESTE É O TONICO
DAS IDEAS FELIZES
E DO BOM HUMOR**



Cismas, perturbações nervosas, insonias, fraqueza cerebral, má digestão e prisão de ventre, são males que não conheço Tenho bom humor, espirito lucido, idéas claras e nervos controlados, porque uso diariamente NEUROBIOL. Não teime, use NEUROBIOL, o tonico do cerebro, e será forte, sadio e robusto.



Neurobiol



CERVEJA FORTE ESPECIAL

TELEFONES, 4-6329 E 4-0120

Black Princess

S/A Comp.ª Cervejaria Princeza Ruas { Visconde de Itaúna, 27 e 29
Azeredo Coutinho, 26 a 34

FERNANDO VAZ..... }
 MANUEL LUIS CORRÊA..... }
 MANUEL EVANGELISTA DA SILVA..... } propostos por João
 ANTERO PAULO GOMES..... } Cunha.
 ANTONIO DE CASTRO..... }
 ANTONIO NILO BORGES..... }
 MANUEL MARIA JOSÉ BARBOSA... }
 JOÃO ANTÔNIO ESTÊVES..... } propostos por Anto-
 JOAQUIM SEBASTIÃO SANTOS..... } niode Sousa Amo-
 ANTONIO PEDRO FERNANDES..... } rim.
 ANTONIO SOARES DA COSTA PINTO. }
 COM.^{DO}R ANTONIO PARENTE RIBEIRO... }
 MANUEL JOSÉ LEBRÃO..... } propostos por
 DR. JOSÉ AUGUSTO PRESTES..... } Manuel Ma-
 JOSÉ MAURICIO ROSA E SILVA..... } ria José Bar-
 NICOLAU LUIS CARDOSO GUIMARÃES... } bosa.
 ALBERTO DE ANDRADE TORRES..... }
 AUGUSTO DA SILVA..... } propostos por Domingos
 JOSÉ FERNANDES LIMA... } José Veloso.
 FRANCISCO MESQUITA DE BARROS, proposto por Henri-
 que E. N. Santos.
 JOÃO ANTONIO DOS SANTOS, proposto por Artur Ferreira
 da Costa.
 FIRMO COELHO DA ROCHA GUIMBRA, proposto por Ma-
 nuel Morgado.
 LUIS CARLOS REIS, proposto por Joaquim Monteiro.
 AUGUSTO DA FONSECA SOARES, proposto por Manuel
 Silva Reis.
 ARISTIDES CABRERA CORRÊA DA CUNHA, proposto por
 Joaquim Sebastião Santos.

ANTONIO CARLOS DA SILVA REIS, proposto por Francisco
 da Silva Reis.
 JOAQUIM CONÇALVES LOPES, proposto por Eleuterio
 Perestrelo Pinto Osorio.
 PEDRO D'AZEVEDO, proposto por Luis Franco.
 ALBERTO SOARES PINA, proposto por Isaias de Carvalho.
 ANTONIO LOPES BARBOSA, proposto por Francisco das
 Dôres Gonçalves
 MANUEL CARNEIRO DAS NEVES, proposto por Adelino
 Domingos Maia.

COLABORADORES ARTÍSTICOS

E' com a mais viva alegria que reiteramos nêste
 lugar, tornando-o, assim, público, o agradecimento da
 Comissão organizadora dêste BOLETIM, aos nossos dis-
 tintos consócios, Srs. FERNANDO CORREIA DIAS, MÁRIO
 DE SOUSA SOARES, RODOLFO MOULIN e BERNARDINO CA-
 SIMIRO, pela brilhante colaboração artística que de mo-
 do tão espontâneo como gracioso lhe têm prestado.

Dar-se-á noticia de tôdos
 os livros oferecidos pelos seus
 autores à Bibliotéca da "Socie-
 dade Luso-Africana do Rio de
 Janeiro".

Para suavizar os rigores do inverno, V. Ex.^a
 deverá procurar conhecer o grande sortimento
 de FLANELAS de tôdos os tipos, que as

CASAS PERNAMBUCANAS
 estão apresentando á sua distinta freguezia.

CORES FIXAS — OS MENORES PREÇOS

Filiais: Rua do Ouvidor, 123/125
Praça Tiradentes, 10/12
Rua Marechal Floriano, 118
Largo de S. Francisco, 44

Niteroi: Rua Visconde do Uruguai, 258

IMPRESA

"GAZETA POPULAR" — Há algum tempo vem esta Sociedade recebendo, com continuidade, o diário brasileiro em epigrafe, publicado na cidade de Santos. E' seu director o sr. Alberto Carvalho.

Deixa, aqui, consignado a Sociedade Luso-Africana, ao seu director, o seu sincero reconhecimento.

"A PROVÍNCIA DE ANGOLA" — Por determinação do director d'este diário, publicado em Luanda, Angola, passou esta Sociedade a receber cinco exemplares em vez de um, conforme vinha recebendo.

Muito obrigado.

"NOTÍCIAS ILUSTRADO" — Editado em Lourenço Marques, como suplemento do diário matutino "Notícias", circula há algum tempo naquela cidade, o semanário "Noticias Ilustrado".

Jornal moderno, bom aspecto gráfico, escolhida colaboração e ótimas reportagens fotográficas, vem, de um modo iniludível, mostrar o crescente progresso da imprensa lourençomarquiã.

Esta Sociedade, fazendo votos pelo seu progresso, agradece os numeros recebidos.

"RUMO" — É o nome duma moderna revista editada pela Casa do Estudante do Brasil. Desde a primeira á ultima página o leitor nota o espírito moço que orienta a referida revista. Bom aspecto gráfico. Sem maiúsculas. Original. Ótima colaboração. "Rumo" fará sucesso, que é o que desejamos.

Agradecemos os numeros enviados.

"O FAROL" — É com prazer que registámos o recebimento do bi-mensal marginado que circula na rfdente vila duriense, Cantanhede, e inteligentemente dirigido pelo sr. Alberto M. Andrade.

Fazendo vótos pelo crescente progresso de tão necessária quanto útil publicação, para a laboriosa população cantanhedense, agradecemos a permúta iniciada, á qual vámos corresponder.

LUTUOSA

MANUEL JOSÉ LEBRÃO — Figura singular de filantropo a d'esse nosso venerando compatriota que a morte implacavelmente eliminou do número dos vivos.

Da sua incomparável benemerência falam com superior eloquência as colectividades de caridade e filantropia, portuguesas e brasileiras, que tão espontânea-

mente auxiliou enquanto vivo, como largamente contemplou, após a morte, legando-lhes considerável parcela da sua avultada fortuna.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, em cujo quadro social figurava o nome do pranteado benemérito, associa-se à mágua de tódos os portugueses e compartilha da dor que cruelmente punge o coração da sua bondosa esposa, a quem, por êsse infausto acontecimento, apresenta os seus mais sentidos pêsames.

D. EMÍLIA DA CONCEIÇÃO MATOS PREGO MENDES NORTON — Por lamentável lapso, deixamos de registrar no último número d'este BOLETIM o triste falecimento aos 85 anos de idade, em sua Casa do Bário, na freguesia de Moreira do concelho de Ponte do Lima, desta ilustre e respeitabilíssima Senhora, extremosa Mãe do grande português, eminente colonialista e nosso ilustíssimo sócio honorário, Senhor General Norton de Matos, antigo Ministro da Guerra, Alto Comissário da República em Angola, Embaixador de Portugal em Londres e Deputado da Nação.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO fez-se representar nos funerais de tão nobilíssima Senhora, pelo seu distinto consócio Sr. Júlio de Lemos, ilustre Secretário-Perpétuo do "Instituto Histórico do Minho", e aproveita o ensejo d'este registo para reiterar a S. Exc.^a e a tóda a prestigiosa Família Norton de Matos, as mais sentidas condolências, já telegraficamente apresentadas, pelo rude e irreparável golpe que sofreram.

MANUEL RODRIGUES BASTOS — Também no dia 16 do mês de Junho fomos surpreendidos pela notícia do falecimento, na cidade de Vizeu, do Sr. Manuel Rodrigues Bastos, pai amantíssimo dos nossos distintos consócios, Ex.^{ma} Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro, ilustre presidenta da Assembléa Geral desta colectividade, e do Sr. Armando Augusto Bastos, e sogro do nosso consócio Bernardino Casimiro a quem, por tão amargo transe, apresentamos as sentidas condolências da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

F. JORGE DE OLIVEIRA & C.

Compradores e Vendedores em grande escala de Solas,
Couros nacionais e estrangeiros e Accessorios
para fabricação de calçado

Importação e Exportação

CASA FUNDADA EM 1899

A MAIS SORTIDA — OS MENORES PREÇOS

RUA ANDRADAS, 93 e 95

Telefone 4-1604 — Caixa Postal 1366

End. Telegraf.: TRONCAL

Cods.: Ribeiro e A. B. C., 5.^a ed.

RIO DE JANEIRO

Conde d'Agueda



**AFAMADOS
VINHOS**

*A MAIS ALTA
QUALIDADE!*

REPRESENTANTES GERAES: M. GODINHO CUNHA & CIA.

RUA GENERAL CAMARA, 165



Major J. R. da Costa Junior

Entre as diversas personalidades que mais solícito e constante apoio prestam à SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, não se poupando a fadigas para a tornarem conhecida com a difusão dos seus patrióticos e desinteressados fins e bem assim para a servirem e prestigiarem



com o auxílio da sua influência pessoal e da sua colaboração autorizada, é de absoluta justiça destacar-se o nome do Sr. Major J. R. da Costa Junior, — o qual alia aos méritos próprios de um oficial culto, estudioso e disciplinador, excelentes predicados de publicista, postos recentemente mais uma vez à prova com a publicação do livro *Pela Nossa África*, premiado no concurso de literatura, promovido pela Agencia Geral das Colónias.

Felicitando êste nosso ilustre e devotado consócio, aguardamos com o maior interêsse o referido livro, tanto pelo prazer que a sua leitura nos vai causar, como pelo facto de nos podermos externar mais de espaço a seu respeito no próximo número.

EM VIAGEM

DR. AUGUSTO DE SOUSA BAPTISTA — A bordo do "Alcântara" seguirá no próximo dia 16 de julho com destino a Portugal êste nosso ilustre consócio e digníssimo Secretário da "Federação das Associações Portuguesas do Brasil".

Com os nossos cumprimentos, desejamos a S. Excia. e Exma. Família muito boa-viagem.

ABEL MOREIRA NEVES — No dia 16 do mês vindouro embarcará a bordo do S/S "Alcântara" de visita a Portugal, êste nosso companheiro de Directoria, a quem desejamos excelente e feliz viagem.

ARTUR MOREIRA NEVES — Pelo mesmo vapor tambem embarcará com igual destino êste nosso prezado consócio, a quem da mesma forma desejamos boa viagem.

CASAMENTO

Têmos a mais grata satisfação, encerrando estas noticias com um registo galante: o enlace matrimonial do estimado membro do Conselho Fiscal desta colectividade, Sr. Alberto Lopes dos Santos, com a Sta.

Narcisa Gomes Leite, gentil filha do nosso consócio Sr. Domingos Gomes Leite, realizado no dia 25 de Maio pretérito.

Paraninfaram o acto, no registo religioso, por parte da noiva o Sr. Armando Bonilha e a Sra. Dirce Bonilha e por parte do noivo, o Sr. Amadeu Andrade, operoso chefe da importante firma desta praça, Vilas Boas & Cia. e nosso consócio, e sua Ex.^{ma} Esposa; no registo civil, por parte da noiva o Sr. Ubaldo Acarino e a Sra. Margarida Acarino, e por parte do noivo o Sr. Abel Moreira Neves, nosso companheiro de directoria e sua Ex.^{ma} Esposa.

Aos jovens nubentes auguramos um porvir risonho e um lar muito feliz.

A' generosa Imprensa do Brasil, de Portugal e suas Províncias Ultramarinas, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO testemunha o seu profundo reconhecimento pelos favores recebidos e pelas gratas atenções com que a mesma a tem cumulado, sem visar outro fim que não seja contribuir com o seu poder extraordinário para a difusão do pan-lusitanismo, — ideal do qual esta colectividade se tornou o arauto intrépido e galhardo.

Consignando êste agradecimento, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA não pode deixar de salientar o nobre procedimento da Imprensa do Brasil e Portugal, e de apontá-lo como exemplo de isenção e prova consoladora de que nem tudo é mercantilismo!

CAFÉ PAULISTA
TORREFAÇÃO E MOAGEM
Soares Pinheiro & Comp.
RUA DA CONSTITUICAO 23A - Teleph 2-0836
RIO DE JANEIRO

**TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA**

“COLCHÃO MECANICO”

É o colchão ideal
PELO
conforto, resistencia e asseio

Sousa Baptista & Cia. Ltda.

RUA 13 DE MAIO, 45

TELEFONE 2-3586

RIO DE JANEIRO

CARTONAGENS FINAS

PARA
QUALQUER INDÚSTRIA

ALVES FREIXO & C.^A

RUA DO LAVRADIO, 101

TELEFONE: 2-0893

RIO DE JANEIRO

**Clichés em Fotogravura e Zincografia,
Doublés, Tricromias, etc.**



CASA PASTOR

GRAVADOR DA "REVISTA SOUSA CRUZ"



RUA PEDRO 1.º N.º 47

(Antiga Espírito Santo)

—○ FONE 2-7095 ○—



Parte dos clichés que comporta este Boletim são feitos na

CASA PASTOR

CASA GUIMARÃES LTDA.

ESQUINA DA SORTIE
"TALISMAN"



**A maior e mais antiga agencia de loterias
da Capital Federal**

Of. Graf. Villas Boas & C. — Rio de Janeiro

Desta edição fez-se uma tiragem especial de 50 exemplares em papel couché "Perfect art"